

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

O PETRÓLEO AFRICANO NO HORIZONTE DO BRASIL  
A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A ENERGIA NAS  
RELAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA E BRASIL-ANGOLA (2003-2014)

ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA

RIO DE JANEIRO

2015

ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA

O PETRÓLEO AFRICANO NO HORIZONTE DO BRASIL  
A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A ENERGIA NAS  
RELAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA E BRASIL-ANGOLA (2003-2014)

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de MESTRE em Economia Política Internacional.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Ingrid Sarti

RIO DE JANEIRO

2015

## FICHA CATALOGRÁFICA

O48 Oliveira, Alana Camoça Gonçalves de.

O petróleo africano no horizonte do Brasil : a relação entre política externa brasileira e a energia nas relações Brasil-Nigéria e Brasil-Angola (2003-2014) / Alana Camoça

Gonçalves de Oliveira. -- 2015.

161 f. ; 31 cm.

Orientadora: Ingrid Sarti.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2015.

ALANA CAMOÇA GONÇALVES DE OLIVEIRA

O PETRÓLEO AFRICANO NO HORIZONTE DO BRASIL  
A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A ENERGIA NAS  
RELAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA E BRASIL-ANGOLA (2003-2014)

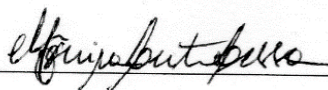
Dissertação apresentada ao Programa de  
Economia Política Internacional - PEPI, do  
Instituto de Economia – IE, da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do título de  
Mestre em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 16 / 12 / 2015



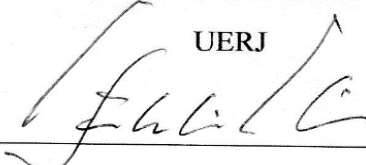
PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> INGRID SARTI (ORIENTADORA)

UFRJ



PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MÔNICA LESSA

UERJ



PROF DR FRANKLIN TREIN

UFRJ

RIO DE JANEIRO

DEZEMBRO/2015

À minha família, que sempre me apoiou.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ingrid Sarti, pela confiança, pela oportunidade de trabalhar ao seu lado e por me ajudar a tornar essa dissertação uma realidade.

Ao programa de Economia Política Internacional da UFRJ, pela proposta multidisciplinar e pelos conhecimentos que adquiri ao longo do curso.

À Cordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES).

Aos meus professores do PEPI, em especial ao Prof Dr Daniel Barreiros, ex-coordenador, pelo empenho e dedicação ao programa.

Aos professores que aceitaram fazer parte de minha Banca de Defesa, Prof Dr Franklin Trein, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Lessa, Prof Dr Williams Gonçalves e Prof Dr Maurício Metri.

Aos meus pais, Américo e Denise, ao meu irmão, Bruno, à minha tia, Aida Regina e à minha avó, Aida, pelo suporte e incentivo no decorrer desta desgastante jornada.

Ao meu namorado, Hélio Kenzo, pelo carinho e suporte, por suas leituras e correções, além do apoio emocional.

Aos meus colegas que foram essenciais nesta dissertação.

Aos meus ex-professores da UNIRIO, em especial, Prof Dr Carlos Milani e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Enara Echert, por me ajudarem com artigos e livros sobre a temática.

Aos professores Prof<sup>a</sup> Cristina Luz, Prof Dr Rodolfo Dino e Prof Dr Osvaldo Braga, pelo apoio e pelos dados que tornaram essa dissertação viável.

Aos meus amigos pesquisadores que me auxiliaram, de alguma maneira, dando apoio à minha pesquisa, em especial Gabriela Figueiredo Netto, Carlos Renato, Danielle Costa, Taisa Rezende e Pablo Victor Fontes.

À Karina Ventura, pela revisão e pelo suporte ao final do processo de construção da dissertação.

Ao Instituto Niten e ao Sensei Jorge Kishikawa, pelos ensinamentos e pela lapidação de minha disciplina.

"Se você busca muito alguma coisa, é certo que deixará outras no meio do caminho."

Kentaro Miura

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves. O petróleo africano no horizonte do Brasil. A relação entre política externa brasileira e a energia nas relações Brasil-Nigéria e Brasil-Angola (2003-2014). Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional. UFRJ. 2015.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como ponto de partida a constatação de que o papel relevante que o petróleo desempenha para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas se destaca na política externa brasileira no século XXI, quando o Brasil enfatiza o paradigma da autonomia em sua busca de projeção internacional como potência emergente. A hipótese é que nesse processo a descoberta de reservas de petróleo no Brasil e as relações comerciais com países africanos foram fatores de notável influência nos rumos de uma política voltada para as relações Sul-Sul, que resultaram no estreitamento de laços com o continente africano. A pesquisa desenvolvida teve como objetivo analisar as relações do Brasil com o continente africano mediante abordagem das questões relativas ao projeto de autonomia e desenvolvimento do Brasil no decorrer da política externa brasileira, adotada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014). Em perspectiva histórica, os antecedentes são analisados inicialmente, revisitando a relação com o continente africano desde a Instauração da República. O objeto deste trabalho foram as relações comerciais, diplomáticas e energéticas do Brasil com dois países africanos produtores de petróleo: Nigéria e Angola. A participação da Petrobras nesse processo e sua atuação no continente africano foi outra questão abordada nesta dissertação.

**PALAVRAS-CHAVE:** RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA; POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO, NIGÉRIA; ANGOLA.



OLIVEIRA, Alana Camoca Gonçalves. The African oil in the horizon of Brazil. The relation between Brazil's foreign policy and energy in Brazil-Nigeria and Brazil-Angola relations (2003-2014). Dissertation of the Master's Degree program in International Political Economy. UFRJ. 2015.

### **ABSTRACT**

The starting point of this work is the role that oil plays in the development of contemporary societies and how it stands out in the Brazilian foreign policy in the twenty-first century, when Brazil emphasizes the paradigm of autonomy in their quest for international recognition as an emerging power. The hypothesis is that in this process the oil reserves discovered in Brazil and trade relations with African countries have been a remarkable influence factor in the direction of a policy aimed at South-South relations, which resulted in closer ties with the African continent. The research aimed to analyze the relations between Brazil and Africa by addressing issues related to the project of autonomy and development of Brazil regarding Brazilian foreign policy, adopted in the government of Luiz Inacio Lula da Silva (2003-2010) and the first government of Dilma Rousseff (2011-2014). In a historical perspective the antecedents are analyzed initially revisiting the relationship with the African continent since the Founding of the Brazilian Republic. The objects of this study were commercial, diplomatic and energy relations between Brazil and two African oil producing countries: Nigeria and Angola. The participation of Petrobras in this process and its performance in Africa was another issue treated in this paper.

**KEYWORDS:** BRAZIL-AFRICA RELATIONS; BRAZILIAN FOREIGN POLICY, GEOPOLITICS OF OIL; NIGERIA; ANGOLA.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.
- APEX – Agência brasileira de promoção das exportações.
- ASA – Fórum América do Sul-África.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- BPD – Barril de petróleo por dia.
- BRICS – Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
- CABGOC- Cabinda Gulf Oil Company Limited
- CBN – Central Bank of Nigeria.
- CEDPEN - Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional.
- CGG – Comissão Golfo da Guiné.
- CNOC –China National Offshore Oil Corporation.
- CNP – Conselho Nacional do Petróleo.
- CNPE – Conselho Nacional de Política Energética.
- CNPC – China National Petroleum corporation.
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.
- DEM – Divisão de Energia e Recursos Minerais do Itamaraty.
- E&P – Exploração e Produção.
- END – Estratégia Nacional de Defesa.
- EUA – Estados Unidos da América.
- FHC – Fernando Henrique Cardoso.
- FMI – Fundo Monetário Internacional.
- FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola.
- IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul.
- IED – Investimento Estrangeiro Direto.
- JK – Juscelino Kubitchek.
- LABMUNDO – Laboratório de Política Mundial.
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.
- MEND – Movimento de Emancipação da Nigéria.
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.
- MPLA – Movimento para Libertação da Angola.
- MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

NEPAD - New Partnership for Africa's Development (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África).

NNPC – Nigeria National Petroleum Corporation.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OPA – Operação Pan-Americana.

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

OUA – Organização da União Africana.

PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

PDP – Plano de Desenvolvimento Produtivo.

PEB – Política Externa Brasileira.

PEI – Política Externa Independente.

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.

PIB - Produto Interno Bruto.

PND – Política Nacional de Defesa.

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SCI – Sistema Consular Integrado.

TNP – Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

UA – União Africana.

UE – União Europeia.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas, formada pelos 12 países Independentes da América do Sul.

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Balança comercial Brasileira de 1971 até 2010 e a participação africana em % .....	45
Gráfico 2: Importações Brasileiras de Petróleo ao longo dos anos.....	45
Gráfico 3: Produção de petróleo mundial em 1980.....	51
Gráfico 4: Principais Produtos Exportados pela Nigéria em 2013.....	58
Gráfico 5: Intercâmbio Brasil-Nigéria (1974-1988) (US\$ 1.000.000).....	64
Gráfico 6 – Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria (1990-2002) (US\$ F.O.B.).....	67
Gráfico 7: Exportação e Importação Brasil-Angola (1976-2002).....	73
Gráfico 8: Principais Produtos Exportados da Angola para outras regiões no ano de 2013 .....	74
Gráfico 9: Importações e Exportações Brasil-África por fator agregado US\$ bilhões .....	79
Gráfico 10: Demanda Mundial de Energia em 2010.....	87
Gráfico 11: Produção de Petróleo no Brasil (2004-2010).....	88
Gráfico 12: Balança Comercial Brasil-África (2003-2010).....	94
Gráfico 13: Balança Comercial Brasil-África (2010-2014).....	101
Gráfico 14: Número de Acordos de Cooperação Sul-Sul Brasil-Nigéria.....	106
Gráfico 15: Relações Comerciais Brasil-Nigéria 2000-2014.....	108
Gráfico 16: Importações e Exportações Brasil-Nigéria por fator agregado US\$ milhões .....	108
Gráfico 17: Investimento da Petrobras na Nigéria entre 2003-2012.....	109
Gráfico 18: Acordos Brasil-Angola de Cooperação Sul-Sul.....	112
Gráfico 19: Relações Comerciais Brasil-Angola 2000-2014.....	114
Gráfico 20: Importações e Exportações Brasil-Angola por fator agregado US\$ milhões .....	114
Gráfico 21: Investimento da Petrobras na Angola entre 2003-2014.....	117

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Independências Africanas por data.....	34
Mapa 2: Embaixadas Brasileiras na África.....	37
Mapa 3: Há milhões de anos, a África e o Brasil faziam parte de uma única massa continental.....	58
Mapa 4: Maiores Produtores de Petróleo por país, em 2013.....	80
Mapa 5: Empresas Brasileiras na África em 2010.....	92
Mapa 6: Principais empresas brasileiras na África em 2014.....	100

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Campanha do Petróleo.....	31
Figura 2: Segurança Energética.....	53
Figura 3: Pré-Sal.....	86

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Direção das Exportações Brasileiras para a África em US\$ milhões (Cinco primeiros).....	79
Tabela 2: Origem das Importações Brasileiras da África em US\$ milhões (Cinco primeiros).....	80

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 Os percalços da Política Externa Brasileira (1889-2002).....	21
1.1 A Política Externa Brasileira.....	21
1.2 República Velha (1889-1929).....	24
1.3 A crise e a Era Vargas (1929-1945).....	26
1.4 A eleição de Dutra e a volta de Vargas (1946-1955).....	29
1.5 Desenvolvimento, Política Externa Independente e Golpe (1956-1964).....	31
1.6 Ditadura Militar (1964-1985).....	38
1.7 Redemocratização (1986-2002).....	43
1.8 Síntese.....	47
2 O ouro negro e as relações Brasil-África no século XX.....	49
2.1 O petróleo no século XX e a demanda energética.....	50
2.2 A África no século XX: os recursos e a expansão capitalista.....	53
2.3 Histórico de Relações Brasil-África e a energia: Nigéria e Angola.....	55
2.3.1 História da Nigéria e a energia no século XX.....	58
2.3.2 Brasil-Nigéria: o comércio e a energia de 1960 até 2002.....	62
2.3.3 Angola e a energia no século XX.....	67
2.3.4 Brasil-Angola: o comércio e a energia até 2002.....	69
2.4 Síntese.....	74
3 O continente africano, o petróleo e a Petrobras na política externa do governo Lula e Dilma.....	76
3.1 Governo Lula (2003-2010): Política Externa, Petróleo e África.....	81
3.1.1 O petróleo e o Brasil como potência energética.....	83
3.1.2 As Relações Comerciais, as empresas e o continente africano no governo Lula.....	89
3.2 Governo Dilma (2011-2014): Petróleo e África.....	94
3.2.1 O petróleo e o Brasil como potência energética durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff.....	97
3.2.2 As Relações Comerciais, as empresas e o continente africano no governo Dilma Rousseff.....	98
3.3 O Brasil, a Petrobras durante os três mandatos do governo PT: as relações do Brasil-Nigéria, Brasil-Angola e a atuação da Petrobras.....	101

3.3.1 Relações Brasil-Nigéria a partir de 2003 até 2014.....	103
3.3.2 Petrobras e Nigéria: 2003-2014.....	108
3.3.3 Relações Brasil-Angola a partir de 2003 até 2014.....	110
3.3.4 Petrobras na Angola a partir de 2003.....	115
3.4. Síntese.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
ANEXOS.....	142
Anexo A – Trajetória da Internacionalização da Petrobras .....	142
Anexo B – Viagens Presidenciais de Lula e Dilma (2003-2014).....	143
Anexo C – Atos Internacionais Brasil-Nigéria de 2003 à 2014.....	144
Anexo D – Atos Internacionais Brasil-Angola de 2003 à 2014.....	146
Anexo E – Transcrição da Entrevista realizada com Carlos de Lima.....	150
Anexo F – Questionário: Petrobras na África.....	159

## INTRODUÇÃO

No decorrer da história brasileira, desde o século XX, a política externa esteve vinculada à dinâmica do desenvolvimento interno do Brasil. A política externa foi um elemento que contribuiu para a ampliação de mercados e para o estabelecimento de relações políticas e econômicas do Brasil com os países do Norte e do Sul. Alinhada à perspectiva de desenvolvimento, esteve sempre crescente a necessidade brasileira ao longo dos anos de consumir o petróleo, recurso energético que ganhou um status de relevância internacional durante o século XX.

O petróleo transforma-se em protagonista da matriz energética mundial a partir da segunda metade do século XX e continua sendo o principal combustível no século XXI. Dados revelam, por exemplo, que em 2014 a produção de petróleo no mundo alcançou as 4220,6 milhões de toneladas e é estimada a existência de 239,8 milhões de toneladas de reservas provadas que não começaram a ser exploradas.<sup>1</sup>

Logo se observam no continente africano os efeitos do novo cenário internacional da produção de petróleo. A demanda energética emergirá com uma questão crucial para os países emergentes, que começam a adentrar fortemente no continente africano em busca de petróleo e gás natural com o intuito de suprir suas demandas energéticas internas, como é o caso da China, da Índia e do Brasil.

A África é um continente com quase um quarto da superfície do planeta (22,5% das terras do globo), com mais de 30 milhões de quilômetros quadrados de extensão e detentora de inúmeras reservas de recursos minerais e naturais globais. O continente é rico em reservas de diamantes, ouro, petróleo, cromo e platina, possuindo, ainda, vastos recursos de madeiras, recursos naturais e terras aráveis. Assim, a África do século XXI vivencia um período de prosperidade que está alicerçado tanto em questões políticas como econômicas. Por isso, o continente africano é alvo dos holofotes de grandes potências e países emergentes, devido às necessidades crescentes das economias desses países.

Até recentemente, a caça mundial por recursos vitais era dominada quase que totalmente pelas potências industrializadas maduras. Três centros de poder econômico – EUA, Japão e Europa – devem ter devorado a grande maioria do petróleo, gás natural, carvão, urânio e outras fontes primárias de energia utilizadas em todo o mundo, juntamente com quantidades desproporcionais de outras *commodities*

---

<sup>1</sup> Ainda existem outras reservas que apresentam potencial para exploração, mas não estão incluídas nos dados estatísticos (BP, 2015).



industriais, tais como minério de ferro, cobre, alumínio e estanho. Na última década, no entanto, jovens competidores cresceram e adentraram na cena com economias estrondosas que devoram quantidades gigantescas de matérias-primas só para sustentar suas taxa de crescimento.<sup>2</sup> (KLARE, 2008: p.63).

Um dos recursos mais buscados no continente africano, devido às suas riquezas de reservas, é o petróleo. Destaca-se, dessa maneira, a temática energética como um dos principais debates das relações internacionais e da economia política internacional pelo fato da demanda por recursos energéticos estar estritamente ligada com o desenvolvimento dos Estados e com o poder dos países no tabuleiro mundial. A disputa por recursos é estimulada no século XXI devido às demandas domésticas cada vez maiores do crescimento econômico e do desenvolvimento dos países. Com isso, novos atores começaram a emergir no cenário internacional, modificando o antigo tabuleiro do século XX.

Historicamente, o Brasil possui uma estreita relação com o continente africano, compartilhando uma história que remonta ao século XV, com a colonização portuguesa e as trocas comerciais entre as regiões. No entanto, desde então as relações entre o Brasil e o continente africano passaram por momentos de aproximação e afastamentos. A partir do século XXI, houve uma reaproximação intensa entre o Brasil e o continente africano, tendo em vista a posição estratégica que o governo Lula reservou à África em sua política externa direcionada para a cooperação entre os países do Sul.

O Brasil também está ligado com o continente através de elos comerciais e energéticos, porque, desde o século XX, o país precisa do petróleo africano para suprir suas demandas internas. Tradicionalmente, essa dependência brasileira ocorre desde a ditadura militar na década de 1970, quando já havia uma política externa que vislumbrava a necessidade de criar alianças com diversos países que não potências desenvolvidas.

Diante da necessidade de industrialização, com a ideia de ascender no tabuleiro internacional e explorar os recursos existentes em solo nacional, o Brasil começou de forma efetiva a exploração de petróleo nos anos 1950, quando foi criada a Petrobras. O petróleo foi, desde então, fator crucial ao desenvolvimento brasileiro e à política externa, indispensável à

---

<sup>2</sup> No original “Until recently, the global hunt for vital resources had been dominated almost entirely by the mature industrialized powers. Three centers of economic might—the United States, Japan, and Europe—devoured the vast majority of the oil, natural gas, coal, uranium, and other primary sources of energy used worldwide, along with disproportionate amounts of other industrial commodities such as iron ore, copper, aluminum, and tin. In the past decade or so, however, brash young competitors have been muscling their way onto the scene with roaring economies that devour mammoth quantities of raw materials just to sustain their explosive rates of growth”.

demanda de custeios para o desenvolvimento industrial e agrícola brasileiro (CERVO; BUENO, 2015; PINHEIRO, 2010).

Diante da busca pela industrialização, progressivas demandas energéticas e instabilidades oriundas da Guerra Fria, o Brasil buscou aliados na África para importar petróleo, que logo se tornou um motor do estabelecimento de relações entre o país e o continente africano. Tal acontecimento estimulou não só as trocas comerciais, como também o diálogo diplomático entre o Brasil e países africanos produtores de petróleo, como bem observou Vizentini (2012). Assim, o Brasil se reaproximou dos países do continente africano, fortalecendo não só suas relações comerciais, como diplomáticas.

Desse modo, com o “renascer” do continente africano no cenário internacional, a política externa brasileira no século XXI promoveu a África a um dos principais pontos de influência comercial e a uma das prioridades de sua política externa que, como já mencionado, buscou um alinhamento com os países do Sul durante o governo do ex-presidente Lula e o primeiro mandato de governo da presidente Dilma.

É durante a primeira década do século XXI que são descobertas potenciais reservas de petróleo no Brasil, ao mesmo tempo que há a empreitada do governo em busca de uma “Revolução dos Biocombustíveis”. A energia também ganha um papel de destaque para o governo brasileiro, assim como a Petrobras ganha o status de “Companhia de Classe Mundial” (DE LIMA, 2015). Estas questões alavancam não só a posição do Brasil no cenário internacional, mas projetam uma política externa brasileira que busca estreitar os laços com o continente africano.

### **Desenvolvimento da Dissertação**

O presente trabalho tem como objetivo geral realizar uma análise histórica das relações entre o Brasil e o continente africano com foco no período do governo Lula (2003-2010) e no primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014). Busca-se demonstrar como o petróleo foi importante na construção do relacionamento do Brasil com o continente africano no final do século XX e no início do século XXI.

Devido à importância econômica e energética para o Brasil de dois grandes produtores de petróleo e notáveis parceiros comerciais no continente africano - a Nigéria e Angola -, serão ambos objetos privilegiados deste estudo. A Nigéria é o país do qual o Brasil mais importa petróleo; além disso, tem o maior PIB da África e é um dos principais países em termos

diplomáticos.<sup>3</sup> Angola, por sua vez, é o principal país a importar produtos brasileiros e tem uma tradição histórica de fortes laços com o Brasil, que remonta ao século XV e que inclui o falar a mesma língua.<sup>4</sup>

Em suma, considerando a relevância geopolítica<sup>5</sup> do petróleo para o Brasil e para a conjuntura mundial, o objetivo geral do trabalho é estudar as relações do Brasil com os países africanos no que tange ao campo da energia, sobretudo do petróleo no período dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Será abordada a mudança da política externa brasileira para o continente africano nos dois períodos de governo PT, bem como as relações diplomáticas Brasil-África e a dependência brasileira do petróleo africano no mesmo período.

A atuação da Petrobras na Nigéria e na Angola também será analisada. Entende-se que como a Petrobras é uma empresa majoritariamente estatal, ela está, em geral, alinhada com a política externa do governo, sendo um elemento fundamental para o poder do Brasil no cenário internacional. A Petrobras é uma das principais empresas brasileiras no mundo, que projeta o Brasil internacionalmente, principalmente no século XXI. Além disso, a internacionalização da Petrobras é alicerçada, historicamente, nas demandas energéticas brasileiras da exploração de poços fora do território, para prover energia para o Brasil.

Pretende-se demonstrar a estreita relação que existe entre petróleo, desenvolvimento, autonomia e relações Brasil-África. Entendemos que há um crescimento expressivo dessas relações a partir do governo Lula, que se preservou em grau distinto, apesar das descobertas do pré-sal e de outras escolhas próprias da política externa do governo Dilma Rousseff.

A principal hipótese deste trabalho é de que, ao longo da história, a política externa brasileira para a África buscou associar o desenvolvimento interno às demandas energéticas, optando por relações comerciais com parcerias estratégicas que favorecessem essa dinâmica. A segunda hipótese indica que o petróleo é o motor das relações do Brasil com alguns países do

---

<sup>3</sup> Assim como a África do Sul

<sup>4</sup> Ambos os países também pertencem à Comissão do Golfo da Guiné (CGG), uma iniciativa que surgiu como instrumento para promoção de estabilidade e de cooperação entre países que se situam em uma região rica em recursos naturais, especialmente em petróleo. A Comissão é composta pelos seguintes países: Angola, Nigéria, Gabão, Guiné Equatorial, Camarões, República do Congo, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe.

<sup>5</sup> Alguns autores debatem sobre o conceito de geopolítica que é bem complexo. A geopolítica é um ramo autônomo da ciência política que tem por objeto de estudo as relações e as mútuas interações entre o Estado e sua geografia. Segundo Spykman (1944) “o campo da geopolítica é, contudo, o campo da política externa e seu tipo participar de análise usa os fatores geográficos para ajudar a formulação de políticas adequadas para a consecução de certos fins justificáveis (SPYKMAN apud MELLO, 1999, p.74). Podemos associar a ideia de geopolítica com a ideia de território, estratégia e desenvolvimento. Desse modo, a energia se torna elemento crucial para a geopolítica na medida em que o tema é pertinente para as três questões supracitadas.

continente africano e que é por meio dele, como importador, que o Brasil fortalece suas relações com alguns países africanos, como, no caso, a Nigéria e a Angola.

A terceira hipótese é de que, durante o governo Lula, houve um incremento das relações entre o Brasil e o continente africano devido a uma política externa orientada para os países do Sul global e que esse processo foi afetado no período do governo Dilma. Considera-se também que, durante o século XXI, o Brasil se tornou um ator fundamental na geopolítica da energia mundial devido às descobertas de petróleo em seu território.

A pesquisa foi desenvolvida por análise bibliográfica e documental, por meio de livros, teses, dissertações, notícias e artigos acadêmicos a respeito do tema. A pesquisa documental está voltada para uma análise de documentos, dados do FMI, do Banco Mundial, da Petrobras e da ABC, assim como para discursos, relatórios internacionais e boletins, com o intuito de entender a política externa brasileira, a atuação do Brasil no continente africano e a economia. Foram realizadas entrevistas com funcionários ou ex-funcionários da Petrobras para melhor entendimento do papel da estatal nas relações entre Brasil e África.

A dissertação se dividiu em três capítulos, além da introdução e da conclusão. Os dois primeiros capítulos têm um recorte temporal voltado para o século XX. O primeiro aborda a história da política externa brasileira através de duas dinâmicas: autonomia e desenvolvimento. O capítulo também abrange as relações do Brasil com o continente africano e a questão do petróleo, alinhando esses dois fatores à estratégia da política externa brasileira ao longo da história do século XX. Buscou-se analisar a definição da política externa frente à hegemonia norte-americana, tentando entender como se pautou a orientação da política externa brasileira ao longo dos governos desde a instauração da República.

No segundo capítulo, observa-se a importância do petróleo no século XX e as relações entre Brasil e África, especificamente, com Angola e com Nigéria, durante o século XX até 2002. Nesse capítulo também é abordada a história de ambos os países africanos após a Independência e a relevância que ambos têm para o Brasil ante a demanda energética brasileira e as crises do petróleo da década de 1970. Buscou-se mostrar, principalmente, as relações políticas e comerciais entre o Brasil e cada um dos dois países africanos.

O último capítulo se direciona a uma das hipóteses do trabalho, abordando os dois mandatos do ex-presidente Lula (2003/2006 e 2007/2010) e o primeiro mandato da presidente Dilma (2011/2014). Busca-se entender então como as relações comerciais e diplomáticas do Brasil com a África – principalmente com a Nigéria e a Angola – e a questão da energia aparecem na política externa brasileira. Pretende-se também fazer uma análise aprofundada do

período sobre tais relações. Ainda assim, a questão da internacionalização da Petrobras no continente africano, com foco nos respectivos países supracitados, será destacada como hipótese de um alinhamento da política externa brasileira aos crescentes investimentos do período da Petrobras no continente africano.

Desse modo, a dissertação versa sobre um tema fundamental nas relações internacionais, que é o petróleo, tentando entender como o Brasil emerge em um contexto de demandas cada vez maiores pelos hidrocarbonetos e como as relações Brasil-África são pautadas.

## **1 - Os percalços da Política Externa Brasileira (1889-2002)**

O presente capítulo revisita a história diplomática brasileira abordando a questão energética e seu desempenho na política externa do Brasil. Entende-se que a energia e a diversificação de parceiros ao longo das relações exteriores do Brasil são motivadas pela perspectiva de desenvolvimento, o que nos conduzirá à compreensão do vínculo entre política externa, energia, desenvolvimento e, em particular, o continente africano. Pretende-se, então, analisar como a energia surge na política externa brasileira e como a África reaparece como parceira estratégica do Brasil após mais de um século de rompimento diplomático<sup>6</sup>.

O período abordado neste capítulo remete à instauração da República em 1889 e brevemente revisita todo o século XX, na tentativa de captar a história da política externa brasileira através de dois eixos que a conectam: a autonomia e o desenvolvimento interno. Compreende-se que em cada governo a resposta da política externa à hegemonia norte-americana será um indicador da autonomia que se pretendeu obter.

Por sua vez, o papel do petróleo e o grau de importância da África na política externa brasileira, desde a República até o governo Fernando Henrique Cardoso, devem não só revelar a centralidade do petróleo como apontar o quanto é profunda a relação entre desenvolvimento interno e política externa. Afinal, como bem lembra Metri (2015), o petróleo é um instrumento para a projeção de um país no cenário internacional, sendo central no âmbito da diplomacia como mecanismo de dissuasão, influência, apoio e retaliação, transformando-se em instrumento de poder político e econômico.

A África também serviu a estratégia brasileira ao longo da história, pois a sua aproximação com o continente no século XX foi permeada pela ideia de projeção internacional, busca por novos mercados e acesso ao petróleo. Desse modo, a política externa brasileira ao longo do século XX será imbuída nos interesses estratégicos domésticos de crescimento econômico e valorização do Brasil no cenário internacional.

### **1.1 A Política Externa Brasileira**

A política externa é um instrumento na ampliação do poder do Estado no cenário internacional, sendo necessária para projetar a imagem do país; é por meio dela que o Estado estabelece relações com os outros países do tabuleiro mundial. Todos os Estados buscam a

---

<sup>6</sup> Referência ao rompimento diplomático entre o Brasil e o continente africano que ocorreu no final do século XIX devido às pressões inglesas e portuguesas. Entende-se que a Independência do Brasil e as imposições inglesas referentes à abolição do tráfico negreiro foram fatores que resultaram no rompimento das relações entre o Brasil e a África.

proteção de seus interesses e aquilo que difere a política externa de cada Estado são “*as peculiaridades nacionais, pois são estas que determinam a maneira pela qual o Estado concebe e conduz a sua política externa*” (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p.1).

A política externa pode ser definida como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais -, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Nesse sentido, trata-se da conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder. (PINHEIRO, 2004, p.5)

Vinculada à política externa está a diplomacia, que pode ser caracterizada como a ação externa que é um reflexo dos valores e objetivos de um Estado. Dessa maneira, a política exterior está sempre permeada pelos interesses e ambições de um país e cabe a ela “*agregar os valores e as pretendidas regras do ordenamento global, da integração ou da relação bilateral, isto é, prover o conteúdo da diplomacia desde uma perspectiva interna, quer seja nacional, regional, quer seja universal*” (CERVO, 2008, p. 9).

Considerando que a política externa é um reflexo das necessidades internas, podemos entender que ela está relacionada com a busca de desenvolvimento econômico, conhecimento científico, inovação tecnológica, organização empresarial, recursos naturais, densidade demográfica, cultura, opinião pública e o sentimento nacional. (CERVO, 2008: p11). Para tanto, as negociações internacionais podem ser concebidas como um “jogo de dois níveis”<sup>7</sup> orientados para o entrelaçamento da dinâmica interna e externa de um Estado-Nação (PUTNAM, 1988).

Logo, cabe ao governo conjugar os interesses e adequar a política externa de forma a satisfazer pressões internas, maximizar ganhos no âmbito internacional e utilizar-se adequadamente de seus recursos de poder. Afinal, apesar de o Estado ser o ator central na política externa, existem outros atores que são capazes de influenciá-la na medida em que podem participar do processo internacional e intervir tanto na agenda como na tomada de decisão (PINHEIRO, 2004, p. 8).

Como a política externa está vinculada à conjuntura internacional e o próprio Estado está imbuído pelos acontecimentos de sua época, as preferências e os interesses do Estado estarão de acordo com os constrangimentos da esfera internacional e das influências internas. Por esse motivo, a evolução histórica de uma política externa não é, em sua maioria, linear, pois

---

<sup>7</sup> No original, “two-level game”, termo cunhado por Putnam em 1988.

se modifica de acordo com diversos fatores como: conjuntura externa, orientação político-partidária de governo, capacidade de articulação dos grupos nacionais etc.

Diante desse fato, toda política externa de um país está condicionada à viabilidade nacional e à permissibilidade internacional, assim como a autonomia está vinculada a esses dois fatores.

... a viabilidade nacional de um país depende, para um determinado momento histórico, da medida em que disponha de um mínimo crítico de recursos humanos e naturais, incluindo-se a capacidade de intercâmbio internacional (...) A categoria da permissibilidade internacional é de caracterização abstrata mais difícil. Refere-se, fundamentalmente, à medida em que, dada a situação geopolítica de um país e suas relações internacionais, esse país disponha de condições para neutralizar o risco proveniente de terceiros países, dotados de suficiente capacidade para exercer sobre ele formas eficazes de coação. Essas condições poderiam ser puramente internas, como o desenvolvimento de apropriada capacidade econômico-militar, ou também externas, como o estabelecimento de convenientes alianças defensivas. (JAGUARIBE, 2008, p. 169-171)

Essa questão é fundamental para analisarmos a política externa brasileira ao longo dos anos, pois além das mudanças que ocorreram devido às lideranças com pensamentos divergentes de política externa, o cenário internacional influenciou na capacidade de articulação da diplomacia brasileira perante o mundo. Por essa razão, existem continuidades, ajustes e descontinuidades de políticas externas no Brasil, refletidas em ações de aproximação e de afastamento diplomático com os países.

Diante de lideranças com ideologias em disputa e mudanças conjunturais no século XX, principalmente, a política externa brasileira foi impactada por alterações ao longo da história, aproximando-se de alguns países e distanciando-se de outros. Além disso, é interessante analisarmos o caso das relações do Brasil com o continente africano, pois desde o início da história colonial brasileira, a África foi um grande parceiro do Brasil, mas isso mudou ao fim do século XIX e as relações só foram retomadas de forma significativa na década de 1960.

Será durante o século XX que o Brasil vivenciará a industrialização de forma efetiva e verá sua política externa ligada à perspectiva de desenvolvimento econômico. O século XX representa um marco para a economia política internacional devido às grandes guerras e à globalização; tais fatores influenciaram todo o mundo e foram importantes para traçar os objetivos da política exterior do Brasil ao longo dos anos.

Dessa maneira, a política externa brasileira cambiará de acordo com as correntes de sua época, mas sem deixar de lado a ideia de desenvolvimento. Entende-se que, por exemplo, na



última década, a política externa brasileira não seja um mero instrumento de projeção, mas sim um elemento fundamental para o próprio projeto interno de desenvolvimento do Brasil (SARTI, 2010; p. 2). Também para Garcia (2010), *“A política externa do Brasil não pode ser simplesmente entendida como um mecanismo de projeção do Brasil no mundo, ela é um elemento substancial do próprio projeto nacional brasileiro”*. Desse modo, a noção de autonomia aparecerá na política externa do Brasil como resposta à hegemonia norte-americana, constituindo um pilar para elaboração do seu projeto de política no século XXI.

## **1.2 República Velha (1889-1929)**

A instauração da República no Brasil não trouxe significativas mudanças na política externa brasileira, pois ela ficou amparada pelas relações que mantinha com a Europa, sobretudo, Inglaterra e Portugal. Nesse período, além de uma aproximação com países latino-americanos, como Argentina, Chile e Uruguai - que reconheceram prontamente o novo regime adotado pelo Brasil -, os EUA começaram a se aproximar do Brasil e logo se tornaram um importante aliado estratégico comercial e político. Desse modo, o fim da monarquia no Brasil facilitou sua proximidade com os vizinhos continentais sob regimes republicanos, rompendo com seu isolamento diplomático.

Os EUA reconheceram a instauração da República no Brasil em 1889, antes da Grã-Bretanha<sup>8</sup>. Nesse primeiro momento, o Brasil não tinha interesse em se desvencilhar da Europa, mas enxergava nos EUA vantagens comerciais, econômicas e políticas. Afinal, a nação norte-americana, em 1890, já havia superado a produção industrial inglesa e se projetava como grande potência no cenário internacional, apesar do eixo hegemônico ainda se concentrar na Europa.

Ao poucos é construída a noção de aproximação do Brasil com outros países que não europeus. Mesmo que de maneira tímida, são traçados os primeiros passos para o projeto de política externa do Brasil a partir do século XX. Afinal, a busca por novas relações com países, tanto da América do Sul como da América do Norte, serviam para fortalecer o Brasil no âmbito internacional e também para diversificar parcerias, ampliando o mercado e estimulando o desenvolvimento. Os EUA eram importantes, visto que supriam a demanda do Brasil de produtos manufaturados e semimanufaturados, enquanto o país latino-americano, por sua vez, exportava principalmente produtos agrícolas como o café, valorizado economicamente no

---

<sup>8</sup> O tratado aduaneiro assinado entre os dois países (Brasil e EUA) em 31 de janeiro de 1891 foi a primeira ruptura com a política exterior do Império. Ainda assim, na Revolta da Armada de 1894, os EUA intervieram a favor de Floriano Peixoto. Tanto a intervenção armada como o acordo aduaneiro favoreceram o início da preponderância americana nos negócios exteriores (CERVO; BUENO, 2011: p.177).

cenário internacional. Para tanto, os governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891), Floriano Peixoto (1891-1894), Prudente de Morais (1894-1898) e Campos Salles (1898-1902) foram etapas para a formulação de uma diretriz da política externa brasileira (CERVO; BUENO, 2011).

Durante a época onde Barão do Rio Branco (1902-1912) foi Ministro das Relações Exteriores, que abrange o período dos presidentes Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914), criou-se um paradigma de política externa na qual a ascensão dos Estados Unidos como a nova potência econômica era vista com bons olhos pelo governo brasileiro.

Apesar da morte de Barão do Rio Branco em 1912, seus sucessores deram continuidade ao projeto de política externa. O fim da I Guerra Mundial elevou os EUA a status de potência<sup>9</sup> e isso contribuiu para o desenvolvimento de uma política mais voltada para a aproximação do Brasil com os EUA. O governo brasileiro utilizou-se da relevância que os norte-americanos davam para a América Latina devido aos preceitos da Doutrina Monroe<sup>10</sup> e à ideia de que toda a América Latina fazia parte de seu entorno estratégico de influência, não sendo interessante a atuação de potências estrangeiras para o projeto de potência norte-americano (CERVO; BUENO 2011, p.195).

Para o Barão, os EUA “*eram uma grande e poderosa nação com quem devem contar e que necessariamente há de ter a sua parte de influência na política internacional do mundo inteiro*” (AHI apud CERVO; BUENO, 2011, p.199). Mesmo que com ganhos assimétricos, a aliança Brasil-EUA fez com que o país colhesse frutos dessa parceria estratégica, com avanços econômicos e territoriais, como foi o caso do Acre (1903).

O Brasil, na periferia do sistema capitalista e exportador de produtos tropicais, de acordo com a divisão internacional do trabalho estabelecida em fins do século XIX, tinha naquele país seu mais importante mercado consumidor. Em contrapartida, a amizade do Brasil convinha aos Estados Unidos pela sua posição estratégica já que a Argentina mantinha estreitos vínculos com a Grã Bretanha e repelia a aproximação norte-americana, pelo potencial de seu mercado e possibilidades de investimentos. (CERVO; BUENO, 2015, p.192)

Rio Branco acreditava que o Brasil seria a “contrapartida” norte-americana na América do Sul, ou seja, o país latino-americano teria condições semelhantes aos EUA: território,

---

<sup>9</sup> Os EUA se consolidam como potência após a II Guerra Mundial.

<sup>10</sup> A Doutrina Monroe foi estabelecida pelo ex-presidente dos EUA James Monroe (1817-1825) com o intuito de afastar qualquer traço de influência europeia para colônias já livres. Com isso, a Doutrina entendia que os continentes americanos não poderiam ser considerados como susceptíveis de colonização por nenhuma potência europeia.

população e grande poder em seu entorno geográfico. Desse modo, assim como os EUA detinham a hegemonia na América do Norte e no Caribe, o mesmo ocorreria com o Brasil em relação à América do Sul. (SILVA, 1995, p.99-100).

Durante todo o período da República Velha, o principal motor das relações entre o Brasil e os EUA foi as relações econômicas, tendo em vista que os EUA eram os propulsores da economia agroexportadora brasileira. Além disso, os EUA substituíram os ingleses com investimentos no Brasil, levando o país à condição de mercado preferencial dos norte-americanos (PINHEIRO, 2004: p.17-19). A política externa brasileira continuará no mesmo padrão nos anos subseqüentes de Venceslau Brás (1914-1918), Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-1922), Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930).

Durante o período da República Velha, o governo brasileiro buscou expandir o mercado, aliando-se com países sul-americanos de forma tímida, com a nova potência hegemônica de maneira preferencial e, com os países da Europa de modo regular. Esse foi o primeiro passo fundamental na história da política externa brasileira, pois é na República Velha quando são constituídas alianças que vão se fortalecer e oscilar no decorrer do século XX.

### **1.3 A crise e a Era Vargas (1929-1945)**

A crise de 1929<sup>11</sup> atingiu, principalmente, os Estados Unidos e a Alemanha. Como consequência disso, ambos os países começaram a visualizar na América Latina um ponto de partida para escoar sua produção industrial e reverter a periclitante situação econômica que vivenciavam. Todavia, os dois países eram marcados por políticas internas diferentes, pois enquanto os EUA, no período pós-I Guerra, buscavam garantir sua liderança econômica na América Latina a partir do livre-comércio e o culto à liberal democracia, a Alemanha se apoiava nas trocas de mercadorias sem a intermediação de uma moeda forte e no culto ao autoritarismo parlamentar nacionalista (MOURA, 2012, p.36).

Nesse cenário de pós-crise e entre guerras, Getúlio Vargas assume como presidente e diante de uma rivalidade entre os dois países e de necessidades internas para o desenvolvimento do Brasil. Dessa maneira, o primeiro governo de Vargas (1930-1945) aproveitou-se da disputa entre EUA e Alemanha para obter vantagens econômicas. O período foi marcado por uma *equidistância pragmática*, na qual o Brasil adotava uma política de aproximações alternadas e

---

<sup>11</sup> Os principais fatores que alavancaram a crise no mundo foi a superprodução agrícola, principalmente, nos EUA, a diminuição do consumo, o livre mercado e a falta de uma moeda internacional – fim do Padrão Libra-Ouro.

simultâneas com Estados Unidos e Alemanha, tirando proveito da conjuntura em favor do desenvolvimento brasileiro (BUENO; CERVO, 2011, p. 269; PINHEIRO, 2004, p.23).

É importante retratar que a crise de 1929 afetou o panorama mundial e também o Brasil, fazendo com que os fluxos de investimentos e importações de café diminuíssem. Todavia, a recuperação americana e a empreitada alemã revitalizaram o setor, estimulando novamente as exportações brasileiras. Nota-se no período que a elite brasileira continuava interessada nas relações com os EUA, mas alguns outros setores tinham interesse na aproximação com a Alemanha (PINHEIRO, 2004, p.23; MOURA, 2012, p.40).

Comercialmente falando, a Alemanha, em 1932, participava do comércio brasileiro com um percentual de 9% de importações; em 1936, 1937 e 1938 elevou esse índice para 23,5%, 23,9% e 25%. Com relação aos EUA, de 30,2%, em 1932, houve uma queda para 22,1%, 23% e 24,2% nos períodos supracitados. O mesmo pode ser visto nas exportações: os EUA recebiam 45,8% das exportações brasileiras em 1932 e passaram a receber apenas 34,3% em 1938. A Alemanha, por sua vez, que comprava 8,9% das exportações em 1932, passou a comprar 19,1% das exportações em 1938 (CERVO; BUENO, 2015, p.273).

A partir de 1933, os Estados Unidos adotaram a “política de boa vizinhança”, que era caracterizada por uma maior colaboração econômica e militar, com o intuito de impedir a influência europeia na América Latina, mantendo a estabilidade nas Américas e assegurando a liderança norte-americana. Desse modo, como a economia latina precisava de auxílio para sua recuperação, os EUA forneceram empréstimos e estimularam o desenvolvimento dos países latino-americanos. Ou seja, a política norte-americana de proteção combinou com a necessidade de auxílio para uma estabilização econômico-comercial e defesa da América do Sul. Dessa maneira, os EUA começaram a encorajar a recuperação comercial e financeira do continente por meio da cooperação e de empréstimos que financiassem produtos complementares à indústria norte-americana, como minerais estratégicos (CERVO; BUENO, 2015; MOURA, 2012, p.44).

Diante disso, após a Conferência do Panamá realizada em 1939, foi criada a Comissão Consultiva Interamericana Financeira e Econômica, que tinha o objetivo de atacar as desarticulações econômicas de guerra, incentivando as exportações não competitivas das repúblicas latino-americanas e suas indústrias.

A principal preocupação econômica do governo estadunidense em suas relações com o Brasil neste período não era de assegurar que os bens manufaturados produzidos nos Estados Unidos tivessem um mercado ou de melhorar as condições de investimento. Tratava-se de eliminar a influência alemã na economia brasileira e fornecer às

indústrias de guerra estadunidenses matérias-primas estratégicas essenciais e/ou raras (MOURA, 2012, p. 62).

Em 1941, para estimular a economia brasileira e afastar a influência alemã, o Brasil e os EUA firmaram um acordo no qual o Brasil se comprometia a vender sua produção total de “*bauxita, berilo, cromita, ferro-níquel, diamantes industriais, minério de manganês, mica, cristais de quartzo, borracha, titânio e zircônio exclusivamente aos Estados Unidos*”; enquanto o governo norte-americano deveria facilitar o envio de certos materiais necessários para a indústria brasileira. Esse acordo era vantajoso para os EUA, que viam seus estoques de recursos minerais estratégicos utilizados na indústria de guerra se esgotarem e, ao mesmo tempo, era interessante para o governo brasileiro, pois estimulava a produção e a indústria que nascia (MOURA, 2012, p. 63).

Vargas conquistou projetos importantes para o desenvolvimento brasileiro como, por exemplo, a construção da Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. No dia 25 de setembro de 1940 foi enviada aos EUA uma delegação para concluir o acordo entre os dois países e ficou definida a ajuda financeira e tecnológica para a construção da siderúrgica, concedida pelos norte-americanos por intermédio do Eximbank (FAUSTO, 2010, p.371; CERVO; BUENO, 2015, p. 280).

A posição do Brasil no Atlântico era importante para a estratégia global dos Estados Unidos, aos quais, além disso, não interessava o aumento da influência econômica e militar da Alemanha sobre o Brasil, caso esta instalasse a siderúrgica. A conjuntura internacional criada pela Segunda Guerra Mundial foi, pois, decisiva para tornar realidade o projeto de Volta Redonda”. (BUENO; CERVO, 2015, p.281)

Foi ainda no período Vargas que a história do petróleo começou a ser enraizada na história do Brasil. A história do petróleo no Brasil começou quando Marquês de Olinda concedeu a José de Barros Pimentel o direito de extrair o betume em terrenos situados às margens do rio Marauá na Bahia, em 1858. Em 1892, ocorre a primeira sondagem profunda no Brasil, em Bofete (SP), e a partir desse momento é inaugurada a prática de exploração no Brasil. Entretanto, apesar da exploração começar antes do século XX, somente em 1930 houve o primeiro sucesso em uma perfuração de poço de petróleo<sup>12</sup>.

Todavia, durante o governo de Vargas, o projeto de desenvolvimento nacional passava pela siderurgia, pela industrialização e pela segurança internacional. Por isso, Vargas estava

---

<sup>12</sup> O escritor Monteiro Lobato é também um dos principais nomes da história do petróleo no Brasil, pois em 1931 criou a Companhia de Petróleos do Brasil, uma empresa de capital aberto, além da Companhia de Petróleo Nacional, Companhia Petrolífera Brasileira, Companhia de Petróleo Cruzeiro do Sul e Companhia Mato-grossense de petróleo. Ver mais em: <http://www.flatout.com.br/historia-de-monteiro-lobato-e-o-petroleo-brasileiro/>

empenhado com a criação da CSN e visava o reequipamento das Forças Armadas. De acordo com Fausto (2010, p. 372), nesse mesmo período já havia o interesse de alguns industriais brasileiros em instalar refinarias de petróleo no Brasil, mas a partir de 1935, com o foco da indústria siderúrgica e o interesse dos EUA em determinados materiais estratégicos no Brasil, o petróleo foi deslocado para um segundo plano.

Entretanto, desde a década de 1930, a questão da nacionalização dos recursos do subsolo entrou em pauta nas discussões do congresso e empresas estrangeiras, como a Standard, em 1936, e a Texaco, a Atlantic e a Anglo-Mexican, em 1938, começaram a propor a instalação de refinarias de petróleo no Brasil. O interesse das empresas despertou o debate e, em 1938, o governo decretou a lei nº 395, que criava o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e que foi comandada pelo General Horta Barbosa. O decreto-lei nacionalizava a indústria do refino de petróleo importado ou produzido no Brasil. Foi sob direção do General Barbosa que a primeira jazida de petróleo foi descoberta em Lobato, na Bahia - poço DNPM-163.

No entanto, somente em 1941 é descoberta a primeira reserva, no município de Candeias, capaz de produzir o suficiente para vender o petróleo comercialmente. Durante a década de 1930, o consumo brasileiro já causava uma dependência incômoda dos produtores estrangeiros e por isso a criação do CNP foi importante para melhorar a estrutura da exploração do petróleo no Brasil, concentrando-se, primeiramente, na exploração na Bahia. Segundo Lucchesi (1998, p.21), a partir de 1941 até 1953 foram descobertos os campos de Candeias, Aratú, Dom João e Água Grande, até hoje os maiores campos terrestres já encontrados no recôncavo baiano.

Dessa maneira, é possível observar a relevância dada por Vargas ao desenvolvimento econômico brasileiro, atrelando suas estratégias de política externa às necessidades internas do Brasil. Por esse motivo houve o investimento em indústrias de base e estratégicas. Os EUA serviram como aliado do Brasil na empreitada desenvolvimentista, contribuindo para a industrialização brasileira e no maior protagonismo brasileiro no cenário internacional. Afinal, o Brasil figurou ao lado dos vencedores da Guerra, sendo convidado a participar da Conferência de Paz de Paris (1946) e recebendo um assento rotativo no Conselho de Segurança da ONU (1946).

Entende-se que a partir desse momento “*as relações do Brasil com os Estados Unidos foram pautadas com a busca de autonomia no seio das barganhas, da economia à política, da Guerra Fria aos dias da globalização*” (SARAIVA, 2014, p.25).

#### **1.4 A eleição de Dutra e a volta de Vargas (1946-1955)**

Com a eleição de Eurico Dutra (1946-1951), fortaleceu-se a aliança do Brasil com os EUA, tendo em vista que os norte-americanos saíram da guerra como única potência econômica, militar e política no ocidente. A elite dirigente brasileira almejava que o Brasil, com esse alinhamento, se destacasse de outros países, principalmente da Argentina, e obtivesse maior destaque nos fóruns de ordem mundial. Entretanto, isso não ocorreu de fato já que os Estados Unidos não aceitaram um desequilíbrio entre os países da América Latina, e o Brasil não passou de uma sombra dos Estados Unidos nos fóruns internacionais (PINHEIRO, 2004, p.27-28). Após o fim do conflito da II Guerra, o Brasil e a América Latina ficaram sob a égide da hegemonia norte-americana, sob o ponto de vista político, econômico e cultural<sup>13</sup>.

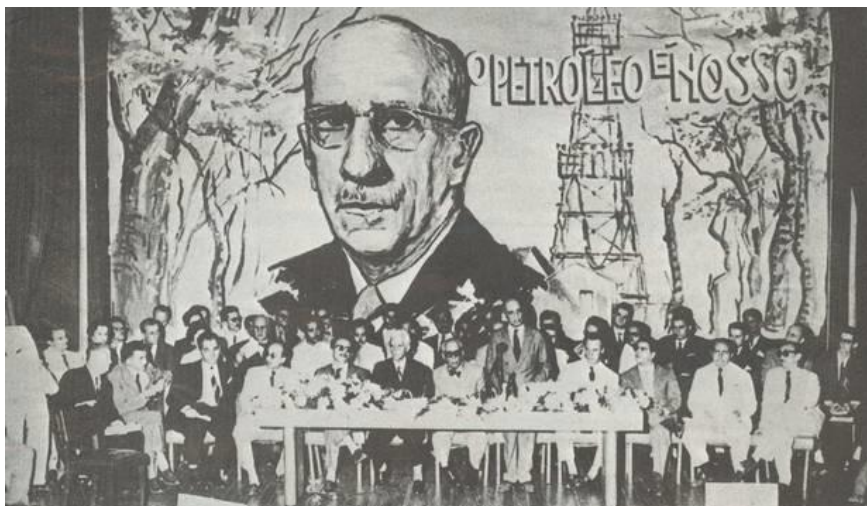
O Brasil saiu da II Guerra Mundial com o intuito de continuar sua expansão na indústria e construir influência regional. Desse modo, a África começa a ser incluída novamente na agenda brasileira.

O ambiente da descolonização africana foi, sem dúvida, o espaço para um relativo renascimento do interesse brasileiro pelo continente africano no mundo contemporâneo. A África foi se incluindo lentamente como um ponto de manobra para interesses da inserção internacional do Brasil e sua afirmação no contexto do pós-guerra. O mais importante era, para o Brasil, afinar-se com os Estados Unidos e potências vencedoras na guerra em matérias de interesse comum. Daí o Brasil ter aceito a postulação do Estados Unidos para participar do comitê *ad hoc* criado pelas Nações Unidas em 14 de dezembro de 1946, para estudar e requerer informações às potências coloniais sobre a situação em seus territórios. (SARAIVA; GALA, s/d)

Ainda no governo Dutra, começa a se espalhar o início da propaganda nacionalista em defesa da soberania brasileira ante os recursos naturais, tendo como slogan “O Petróleo é Nosso!”. Diante disso, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), criado em 1948, dirige e coordena a campanha do petróleo no Brasil, articulando militares, estudantes, homens públicos e intelectuais (PLANALTO, 2009). A campanha foi movimentada pelos nacionalistas que vislumbravam, na estatização e no afastamento de empresas de fora do Brasil, a independência econômica que seria um complemento da liberdade política trazida com o movimento democratizante.

---

<sup>13</sup> Nesse mesmo período, em 1947, fora assinado o Tratado de Assistência Recíproca (TIAR). Segundo Bueno (2011) “o Tiar integrava o sistema interamericano ao sistema mundial e previa mecanismos de manutenção da paz e da segurança no hemisfério” (CERVO; BUENO, 2011; p.291).



**Figura 1: Campanha do Petróleo**

Fonte: Planalto, 2009.

Nas eleições de 1950, Vargas volta ao poder, eleito pelo povo. O segundo governo de Vargas (1951-1954) ficou conhecido pela tentativa do Brasil de se desenvolver economicamente com a ajuda dos Estados Unidos. Além disso, o Brasil teve um comportamento mais autônomo e de aproximação com a África, América Latina, Oriente Médio e Ásia com o objetivo de se projetar internacionalmente. Nesse período, no Brasil, o país se voltou para a industrialização vertical, na qual o capital estrangeiro era aplicado para o crescimento das indústrias de base e o capital público nacional para as obras de infraestrutura fundamentais. (PINHEIRO, 2004, p.33).

O projeto desenvolvimentista visava a industrialização e o crescimento econômico do Brasil e a política exterior trazia “*de fora três insumos em apoio aos esforços internos: capital complementar à poupança nacional, ciência e tecnologia e mercados externos, com que transitar da substituição de importações à substituição de exportações*” (CERVO, 2003, p. 14). Desse modo, a política externa de Vargas tinha como premissa que as relações econômicas do Brasil com países estrangeiros deveriam contribuir para o desenvolvimento econômico interno e havia a necessidade de um alinhamento político-militar com o ocidente (HIRST, 1996, p. 211).

Nesse período temos duas aproximações do Brasil: uma voltada para os EUA e outra em direção a países do Terceiro Mundo. A aliança com os EUA era estratégica, pois o governo continuava a barganhar em busca de vantagens para a indústria brasileira. Durante a IV Reunião



de Consulta dos Chanceleres Americanos<sup>14</sup> em 1951, o governo brasileiro sentiu que o momento era propício para mobilizar investimentos econômicos por parte dos EUA, firmando um memorando com 14 itens de cooperação econômica. Dentre eles, havia, por exemplo, a montagem de refinarias de petróleo, o plano para aproveitamento de carvão e a implantação de indústrias para beneficiamento de matérias-primas. (BUENO; CERVO, 2011, p. 296; HIRST, 1996, p. 212).

Mas como a África surge nesse contexto de proximidade do Brasil com os EUA? Durante a VII Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil defendeu abertamente a tese sobre equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o progresso social e político em conjunto com a África.

.... o lugar da África para o Brasil era o de observância das carências africanas, especialmente a sua necessidade de se desenvolver como condição indispensável para a “expansão do comércio mundial”. Embora isso não significasse qualquer apoio direto à tese da descolonização na África, Vargas imprimiu um ângulo mais autônomo para o posicionamento do Brasil frente à questão. (SARAIVA; GALA, s/d)

A postura próxima dos EUA se mantém, mas com a abertura para preocupações com a África. No entanto, o pensamento brasileiro estava voltado para a ideia de desenvolvimento econômico e para isso o Brasil precisava se aliar aos EUA. Nesse ponto, surge o debate sobre os entreguistas e os nacionalistas: os primeiros entendiam que o Brasil deveria ter alinhamento total com os EUA e os segundos compreendiam uma margem de autonomia entre o Brasil e os EUA.

Esse sentimento nacionalista recairá diretamente para as questões dos minerais estratégicos, alavancando principalmente a campanha em favor da nacionalização do petróleo e a necessidade da criação de uma empresa capaz de gerir o recurso. Em 3 de outubro de 1953, Vargas assina a Lei N°2004 criando a “Petróleo Brasileiro S.A.”, ou Petrobras, como é mais conhecida.

A Petrobras inicia suas operações em 1954 e nasce com a responsabilidade de promover as pesquisas de petróleo e realizar todas as operações do setor no país, como produção, transporte, refino e comércio de petróleo e derivados (PLANALTO, 2009). O governo Vargas

---

<sup>14</sup> Ainda assim, referente a essa questão de materiais estratégicos, em 1951, foi renovado o Acordo Atômico Brasil-EUA, no qual o Brasil se comprometia a vender aos EUA 15 mil toneladas de monazita, sais de cério e terras raras durante um período de três anos. Nota-se que os EUA buscavam suprimentos de materiais estratégicos tendo em vista a Guerra da Coreia e também objetivavam um maior envolvimento do Brasil, para afastar os riscos de comunismo da região da América Latina (HIRST, 1996, p. 215).

tinha o propósito de afastar companhias estrangeiras do Brasil, diminuindo o poder de empresas multinacionais como Shell e StandardOil em solo nacional.

A Petrobras assegurará não só o desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, como contribuirá decisivamente para limitar a evasão de nossas divisas. Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobras resulta de uma firme política nacionalista no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos em cuja viabilidade sempre confiei. (...) Conquistas como essas avigoram a confiança no poder realizador de nosso Povo e nos dão a certeza, contra a opinião dos negativistas, de que levaremos a bom termo a exploração do petróleo brasileiro. É portanto com satisfação e orgulho patriótico que hoje sancionei o texto da lei aprovada pelo Poder Legislativo e que constitui novo marco da nossa independência econômica. (VARGAS, 1953)

A companhia herdou, do Conselho Nacional do Petróleo, campos situados na plataforma continental, duas refinarias, petroleiros, produção de 2,7 mil barris diários e reservas de petróleo de 15 milhões estimados. A Petrobras começou a trilhar o caminho para seu desenvolvimento e eliminou as produções privadas, colocando sob sua tutela a exploração de petróleo no Brasil (SIMÕES, 2007, p. 472).

O suicídio de Vargas e a posse de Café Filho representaram um pequeno período de tempo que é vislumbrado pela cooperação dos EUA na área de energia atômica com o Brasil, com o estabelecimento do acordo de cooperação sobre usos civis de energia atômica<sup>15</sup> e com o Programa Conjunto de Cooperação para o Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil<sup>16</sup>. É importante dizer que já existiam acordos a respeito do tema desde 1945, no governo de Dutra<sup>17</sup>.

## **1.5 Desenvolvimento, Política Externa Independente e Golpe (1956-1964)**

---

<sup>15</sup> Ofereceu facilidades para o intercâmbio e informações sobre a construção de reatores de pesquisa (BUENO, 2010, p.306)

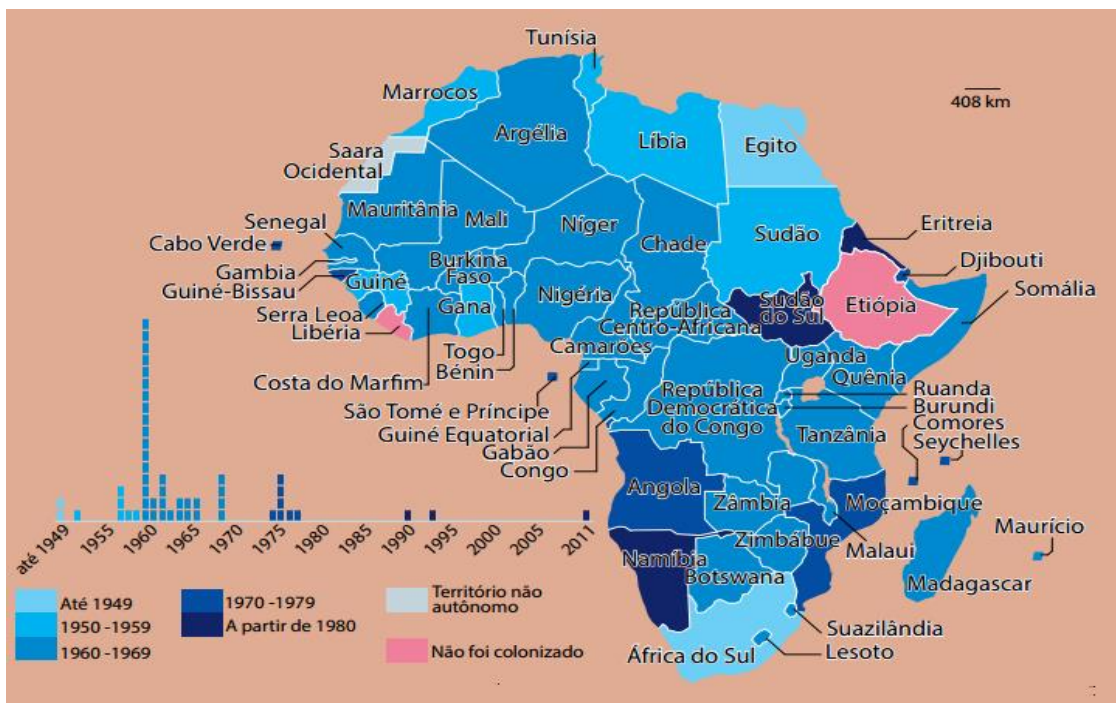
<sup>16</sup> Os EUA forneceriam técnicos, informações e equipamentos para um levantamento das províncias uraníferas brasileiras (Relatório 1955 apud BUENO, 2010, p.306)

<sup>17</sup> O primeiro Acordo Atômico Brasil-Estados Unidos foi formalizado em 1945 e determinava a venda exclusiva da monazita brasileira para os EUA, com o fornecimento de 5.000 toneladas anuais (OLIVEIRA, 2012, p.7). Ainda assim, em 1952 foi assinado um acordo de assistência militar recíproca. Com esse acordo, o Brasil fornecia matérias primas e recebia armas e treinamento. Em 1952, também se firmou um acordo para a venda de minerais atômicos mediante uma compensação que consistia na transferência de técnicas e na aquisição por parte do Brasil de equipamentos para o uso industrial da energia atômica no país latino-americano. E, em 1954, outro acordo se formalizou; todavia, ao invés da compensação, foi relativo a uma simples transação comercial. (BUENO, 2011, p. 302-303).

O presidente seguinte foi Juscelino Kubitschek (1956-1960), cujo principal objetivo político era promover o desenvolvimento acelerado do Brasil. Sob o slogan de “crescer 50 anos em 5”, vislumbrava no cenário internacional a possibilidade de angariar investimentos estrangeiros através de um estímulo ao incremento das relações com outros países, estimulando a aproximação com países latino-americanos, sem, no entanto, perder o foco na cooperação com os Estados Unidos.

Durante o governo JK, em 1958, foi criada a Operação Pan-Americana (OPA). O objetivo de tal iniciativa era estimular o aumento dos recursos públicos norte-americanos para projetos de desenvolvimento dos países latino-americanos com a justificativa de que o subdesenvolvimento e a miséria estimulavam a proliferação do comunismo, grande inimigo dos Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2015, p.311).

A OPA foi o principal ponto da política externa de JK e, com relação a isso, a África foi deixada de lado a favor de uma política externa que valorizava mais o âmbito regional. Todavia, a conjuntura internacional mobilizava questões para a África devido às independências que passaram a ocorrer em 1960. O Brasil, além de reconhecer os novos Estados, “*procurou negociações para troca de missões diplomáticas e contatos para verificar as possibilidades de comércio*” (CERVO; BUENO, 2015, p.323).



**Mapa 1: Independências Africanas por data**

Fonte: ECHART et al., 2015; MILANI et al., 2015.

As relações não se aprimoraram devido à desconfiança que o governo brasileiro tinha com relação ao continente africano. Essa insegurança advinha do recém-criado Mercado Comum Europeu, em 1957, que assegurava em uma de suas cláusulas a associação do mercado com os países africanos, fossem coloniais ou independentes. Essa medida indicava a proteção à mercadoria advinda de países africanos, o que poderia implicar, para o Brasil, tanto a realocação dos investimentos europeus para a África, como a restrição da entrada de produtos brasileiros na Europa (SARAIVA, 2012, p. 33; MOURA, 1991).

Desse modo, o Mercado Comum Europeu poderia afetar “*o projeto de desenvolvimento brasileiro pelo cerceamento à colocação de produtos brasileiros na Europa. As exportações brasileiras de café, cacau e algodão, que eram os principais produtos de exportação do país, poderiam ser ameaçadas pela concorrência*” (SARAIVA, GALA, s/d). Nota-se que a proposta da Operação Pan-Americana (OPA) foi, em certa medida, a expressão dessa preocupação do governo Kubitschek.

Nesse mesmo período, Oswaldo Aranha, ex-ministro das relações exteriores do Brasil, enviou uma carta pessoal endereçada ao presidente Kubitschek, na qual o convida para uma reflexão sobre a África e a Ásia, que seriam determinantes na nova conformação mundial. Dessa forma, anunciou que “*criou-se um estado de espírito mundial em favor da liberação dos povos ainda escravizados, e o Brasil não poderá contrariar essa corrente sem comprometer seu prestígio internacional e até sua posição internacional*” (ARANHA apud SARAIVA; GALA, s/d).

O governo de JK é marcado pelo alinhamento com os EUA que perpetuou o subdesenvolvimento brasileiro, porque a OPA não propunha uma atual capacidade de articulação entre os países, simbolizando, na realidade, um arranjo de intenções. No que concerne às relações com a África, houve uma desconfiança, um afastamento, apesar das reivindicações de antigos diplomatas e de um debate sobre descolonização com as independências africanas. A política ficou voltada para a região latino-americana e para a continuação de uma aliança com os EUA, pois havia a necessidade do governo compatibilizar o desenvolvimentismo ao alinhamento tradicional entre o Brasil e a potência hegemônica.

O governo JK enfrentou as mudanças que o mundo já sofria durante a Guerra Fria e, com isso, a política externa brasileira dos anos vindouros seria um reflexo das mudanças do século XX. Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) vivenciam uma conjuntura internacional nova e modificada com um EUA que não se preocupava, visivelmente, em apoiar

a dinâmica de desenvolvimento brasileiro. Afinal, os EUA viviam diante das mudanças ocasionadas pelo surgimento de um contrapoder, a URSS.

Diversos fatores contribuíram para a mudança na política externa brasileira. Entende-se que o desgaste do processo colonial na África, a independência de grande parte dos países africanos, a eclosão de movimentos nacionalistas africanos, e, ao mesmo tempo, a erosão das relações do Brasil com os EUA foram alguns dos principais fatores que explicariam a reaproximação entre o Brasil e o continente africano (FERREIRA, 2013, p.128; LIGIÉRO, 2011, p.119-124). Nota-se também que países africanos ganharam assentos na ONU e, para tanto, foi estratégico para o governo brasileiro reformular a política externa e reconsiderar esse novo cenário internacional. Ao mesmo tempo, os fatores internos relacionados à vontade brasileira de desenvolvimento e de emancipação econômica contribuíram para a formulação de uma nova política externa.

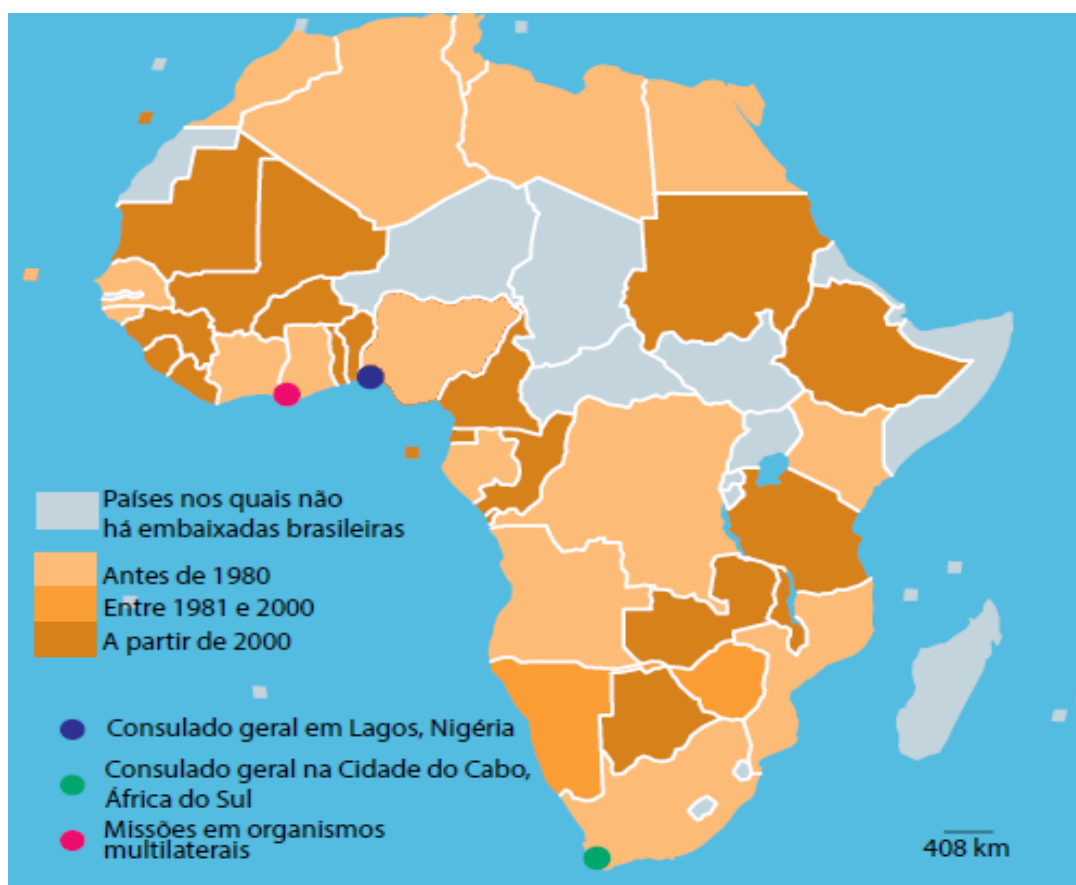
O descaso dos EUA perante o Brasil e o surgimento de novos Estados soberanos no cenário internacional significaram a capacidade de mudança nas relações do Brasil no tabuleiro mundial. Desse modo, a Política Externa Independente, como será chamada, estará alicerçada em uma nova conjuntura, podendo ser caracterizada como *“uma tentativa do Brasil de desvincular-se do momento anterior na busca por uma relação especial com os EUA (...) pela definição da política externa em função dos interesses nacionais, abrindo e ampliando as margens de manobra do Brasil dentro do sistema internacional”* (MEDEIROS, 2010, p.43). Em 1961, o Itamaraty criou a Divisão da África como uma demonstração da importância que o continente ganha na política exterior do governo brasileiro. Nesse momento, as primeiras embaixadas brasileiras foram estabelecidas.

A PEI trouxe, para o Brasil, a autonomia, a diversificação de parceiros políticos e econômicos e uma atitude mais proativa no cenário internacional. Desse modo, há mais liberdade na atuação do Brasil no cenário internacional: críticas são feitas à dimensão conflituosa Leste/Oeste (EUA-URSS) e as relações do Brasil com os países subdesenvolvidos são estimuladas (BUENO; CERVO, 2011, p.335).

Não menos importantes, hoje em dia, do que os laços tradicionais que nos ligam à Europa, são os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia. Com todos eles, praticamente, estamos irmanados na luta pelo desenvolvimento econômico, pela defesa dos produtos de base, pela industrialização, pela incorporação à vida nacional de todas as camadas da população. (...) Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. (...) O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir

uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano... (QUADROS, 1961).

Durante o governo de Jânio Quadros, também foi constituída a Divisão da África no Itamaraty e foram criadas diversas embaixadas no continente africano. Países como Nigéria e Senegal receberam missões diplomáticas brasileiras, assim como o governo do Brasil recepcionou oficiais de países africanos. Curiosamente, apesar dessa proximidade com países africanos independentes, foram estreitados os laços com Portugal, trazendo um caráter um tanto paradoxal às relações do Brasil com Angola e Moçambique (LIGIÉRO, 2011, p.122-125).



## Mapa 2: Embaixadas Brasileiras na África

Fonte: Mapa alterado de ENARA et al., 2015, com dados de ITAMARATY, 2015.

A política externa independente representou um marco para a história da política exterior do Brasil, pois este, além de estreitar laços com países africanos, também dialogou e se relacionou com países asiáticos e, inclusive, com governos socialistas.

Dessa maneira, não é possível pensar que esse alinhamento teve orientações meramente políticas, visto que a busca de alianças com outros parceiros era, fortemente, orientada pela busca de novos mercados. A aproximação com a África e o rompimento com a ideia de “alinhamento às ideologias dominantes” estavam relacionados com a crise na balança de

pagamentos produzida pelas dificuldades de exportação de café e pelo descaso dos EUA com relação ao Brasil no sentido político e econômico. Como resposta à hegemonia norte-americana, o período do governo de Jânio Quadros será marcado por uma política externa sem as amarras de relações com os EUA.

### **1.6 Ditadura Militar (1964-1985)**

A proximidade do Brasil com os países do bloco comunista e o relativo distanciamento em relação aos EUA desagradava tanto à população brasileira quanto à americana. A PEI não foi vista positivamente pelo governo norte-americano, porque não era de interesse, para os EUA, qualquer possibilidade de maior atuação de potências e países de viés ideológico comunista em seu território de influência próxima. A PEI, por isso, representaria uma ameaça no entorno regional dos EUA:

O ano de 1964 representa uma grande mudança na conjuntura interna brasileira, pois é quando ocorre a ascensão da classe militar no poder do Estado brasileiro. O período foi caracterizado pela repressão política e cultural, pela luta contra o comunismo e pela consolidação de um modelo econômico de substituição de importações que objetivava o desenvolvimento brasileiro. Além disso, o governo militar também ficou marcado pelo aumento da dívida externa e pelas altas taxas de crescimento econômico.

De acordo com Gonçalves de Miyamoto (1993, p.214), a política externa do governo militar foi orientada, inicialmente, por um projeto geopolítico associado à necessidade de inserir o Brasil na estratégia de defesa do Ocidente, visto que o Brasil tinha fragilidades que o tornavam susceptível à propaganda proveniente da URSS e da China.

Nota-se, no governo Castelo Branco (1964-1967), uma orientação para o binômio segurança e desenvolvimento. As políticas interna e externa de Castelo Branco estavam orientadas para os EUA, pois internamente os norte-americanos ajudariam no desenvolvimento econômico brasileiro e, ao mesmo tempo, auxiliariam na manutenção da segurança territorial brasileira (PINHEIRO, 2004).

Essa aproximação com os EUA ocasionou a diminuição de relações entre o Brasil e outras nações do globo, inclusive com a África. Mesmo assim, a África não desapareceu do cenário diplomático brasileiro, pois, em 1965, foi realizada a primeira missão comercial que visava visitar Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Camarões e Costa do Marfim. A missão contou com 22 pessoas oriundas de órgãos governamentais e de empresariado. E, em 1966, foi

realizada a segunda missão à África, com o trajeto perpassando pela África do Sul, Angola, Gana e Costa do Marfim. (CERVO; BUENO, 2015, p. 407).

A política africana do Brasil era orientada por três impulsos: cortejando as delegações do Terceiro Mundo nos órgãos multilaterais, foi o Brasil conformando os pontos de vista com os africanos, e Castello Branco, ao menos para fins retóricos, teve de condenar o colonialismo, tanto o jurídico quanto o de exploração econômica e o regime do *apartheid* da África do Sul. (BUENO; CERVO, 2015, p. 406)

O governo de Costa e Silva (1967-1969) manteve a diplomacia alinhada com os EUA e com a perspectiva econômica, apesar de já existirem esforços para a recuperação de parcerias com países do Terceiro Mundo. Esse período ficou conhecido pela chamada “diplomacia da prosperidade”, no qual Costa e Silva entendia que o desenvolvimento não estava condicionado à segurança coletiva, mas sim que essa segurança era produto do desenvolvimento. Desse modo, discursa sua política com prioridades voltadas à ampliação dos mercados externos e atração de capitais para o desenvolvimento brasileiro (MEDEIROS, 2010, p. 45).

No governo de Costa e Silva, as relações com os EUA não esmaeceram, mas não foram o foco da política externa desse período, porque o presidente entendia que o alinhamento total poderia trazer atritos aos interesses nacionais de cada país. Além disso, nesse momento, “*por considerar que a nuclearização pacífica constituía um direito inalienável e que a renúncia a esse direito contribuía para a cristalização do poder condominial das potências já nuclearizadas, foi que o governo recusou-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP)*” (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 223). Pode-se observar que aos poucos a política externa brasileira caminhava para um processo mais autonomista e fora do ritmo norte-americano.

O terceiro governo militar foi o de Garratazu Médici (1969-1974) e sua política externa ficou conhecida pela chamada “diplomacia do interesse nacional”. Diferentemente de Costa e Silva, Médici entendia que a busca por desenvolvimento não estava vinculada aos países desenvolvidos e que o país deveria buscar o desenvolvimento através de uma política global. O período Médici é marcado pelo Milagre Econômico Brasileiro com taxas de crescimento de 11% entre 1968 e 1974 e por baixas taxas de inflação (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 224).

De acordo com Saraiva (2012), o governo Médici retoma as relações do Brasil com o continente africano, constituindo o primeiro passo para a real fortificação de laços que acontecerá de forma mais incisiva no governo seguinte. O governo Médici foi marcado pela busca de novos mercados e com isso são iniciados programas de cooperação técnica entre o



Brasil e países subdesenvolvidos da América Latina (1971) e África (1972), tendo em vista as similaridades de condições geoeconômicas e experiências próximas.

O continente africano foi outra região do globo a merecer atenção da diplomacia brasileira. Nesta parte, os interesses econômicos e estratégicos achavam-se inextricavelmente ligados. Por um lado, pretendeu-se inaugurar e incrementar canais de comércio com os países situados na faixa tropical. Acreditava-se que pela tecnologia de porte médio de nossos produtos manufaturados e, também e sobretudo, pelos vínculos históricos e culturais que unem o Brasil à África, tínhamos condições de cultivar um apreciável mercado para exportação. (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 227)

Em 1972, Gibson Barbosa, então Ministro das Relações Exteriores, fez sua primeira visita à África - missão que tinha como principais interesses as relações comerciais entre os países e a expansão de mercado, para fortalecer o desenvolvimento brasileiro. Além do interesse comercial, a África figurava com um papel de destaque para o Brasil, visto que ambos compartilham o Atlântico Sul. Essa região é considerada como uma área estratégica para o governo brasileiro tanto pelo comércio como na perspectiva de segurança e a África seria a continuação da própria fronteira brasileira devido à proximidade geográfica (SILVA, 1967: p. 137).

Na esfera energética, apesar das crescentes descobertas de petróleo no Brasil pela Petrobras, em 1972, as atividades em terra e o número de técnicos foram sendo reduzidos. Com isso, os resultados modestos, aliados às reservas em declínio, levaram a Petrobras a duas importantes decisões: a criação da Braspetro em 1972, na tentativa de busca no exterior ao petróleo que não fora encontrado no âmbito doméstico; e o incremento dos investimentos para o refino, transporte e petroquímica, tendo em vista o cenário não promissor da exploração (ANEXO A). Além disso, a Braspetro serviria para auxiliar na capacitação gerencial e tecnologia avançada, poder de barganha para negociar compra de petróleo, diversificação de riscos e expansão da companhia no internacional (DE LIMA, 2015). Mas, com o choque do petróleo em 1973 e a descoberta do Campo de Ubarana, os investimentos no mar se elevaram e em 1974 foi descoberto o Campo de Garoupa na Bacia de Campos.

Ao fim do governo Médici, os problemas do cenário internacional começaram a causar reflexos negativos no Brasil e o cenário de crescimento presenciava os efeitos da Crise do petróleo de 1973 e o colapso do sistema financeiro de Bretton Woods em 1971.

O governo Geisel (1974-1979) vivenciou uma situação complicada no cenário internacional. Para recuperar uma boa posição econômica, promoveu uma política de aproximação com os países do mundo todo de forma a estimular as exportações brasileiras.

Diante do objetivo de fazer o Brasil voltar a crescer economicamente e projetar-se internacionalmente, Geisel define a conduta do Brasil como *pragmática e responsável*:

Pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos. Responsável, porque agiremos sempre na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro. (SILVEIRA apud GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 230)

A industrialização brasileira e a alta dos preços do petróleo (como consequência da primeira crise do petróleo de 1973) comprometeram o projeto industrial da economia brasileira. De acordo com Simões (2007, p.474) o Brasil vinha se endividando à larga medida para financiar a etapa final do processo de industrialização, ao passo que a base industrial demandava cada vez mais de recursos de petróleo para o funcionamento de suas atividades. Desse modo, “*o país se viu diante de um dilema: continuar o processo de industrialização à base do endividamento externo (financiado pelos petrodólares) ou arcar com uma desaceleração econômica (diminuição de ritmo da industrialização) que reduziria o crescimento*”.

O regime militar continuou adquirindo petróleo e como consequência o endividamento externo alcançou níveis altos<sup>18</sup>. Nesse período, é criado, no Itamaraty, a Divisão de Energia e Recursos Minerais (DEM), que ocasionará a continuação das importações de petróleo, afinal, o Brasil importava aproximadamente 80% do petróleo que consumia na época. Neste período, o governo criou estratégias para começar a diminuir a dependência de petróleo estrangeiro no Brasil, aumentando investimentos na Petrobras e incentivando pesquisas nas áreas de energia nuclear e biocombustíveis com o programa Pró-Álcool.

Geisel respondia à crise internacional com maior exigência do setor externo, incumbido de prover acesso aos mercados dos países industrializados, novos mercados de exportação, acordos cooperativos, financeiros e de investimentos e fornecimento de matérias primas, particularmente o petróleo. Em 1975, acrescentava medidas internas para enfrentar em particular a crise energética: redução das importações de supérfluos, aumento do crédito e dos incentivos às exportações, incentivo às pesquisas de novas fontes de energia (álcool e xisto) e à produção interna de petróleo e autorização para a Petrobras firmar “contratos de serviço com cláusula de risco”, sem quebra do monopólio. (BUENO; CERVO, 2015, p. 454)

---

<sup>18</sup> US\$ 102 bilhões ao fim do período do regime militar. Ver em: <http://dinheiropublico.blogfolha.uol.com.br/2014/03/31/em-valores-de-hoje-divida-externa-deixada-pela-ditadura-militar-atingiria-us-12-tri-quatro-vezes-a-atual/>

Essa necessidade por petróleo estimulou a aproximação do Brasil com o Oriente Médio e com a África, sobretudo a Nigéria. Para tanto, o Brasil começou a garantir a segurança energética através da diversificação de parceiros, fosse com acordos bilaterais, principalmente, ou multilaterais. O Brasil procurou obter petróleo de nações consideradas do Terceiro Mundo e da URSS, buscando relações com países como Peru, Equador, Venezuela, Angola, Nigéria, China e União Soviética e, também, com fornecedores no Oriente Médio (LIGIÉRO, 2011, p. 198; SARAIVA, 2012, p.44).

Os choques do petróleo explicitaram a superação gradual do comércio quase exclusivo com a África do Sul pelo intercâmbio crescente com outros dois novos parceiros atlânticos: Nigéria e Angola. Para tanto, a Nigéria e a Angola seriam fornecedores de petróleo e, em certo sentido, representam para o Brasil um espaço de diversificação da vulnerabilidade energética brasileira (SARAIVA, 2012, p.44).

... os objetivos diplomáticos do Brasil na África foram, principalmente, o de projetar a imagem de um poder tropical e industrial, que um dia fora colônia, e o de convencer aos Estados africanos que as relações históricas do Brasil com Portugal, última metrópole colonial na África, não inibiriam o desenvolvimento de relações com os países da região. No plano bilateral, esses objetivos organizaram-se em torno de quatro grandes eixos: a assinatura de tratados de cooperação comercial e técnica; o aumento de rotas de comércio no Atlântico; a abertura de investimentos para projetos de desenvolvimento e a retomada do discurso culturalista do início dos anos 1960. (SARAIVA; GALA, s/d).

Foi criado um espaço atlântico otimista, onde os países da África Atlântica que viviam relativa expansão econômica advinda do *boom* do petróleo ofereciam uma parceria comercial ao Brasil que conseguia ter acesso ao petróleo e ao mercado de consumo. Ainda assim, o Brasil oferecia tecnologia tropical adaptada às circunstâncias africanas (SARAIVA, 2012).

Durante o governo militar, a Nigéria se tornou a substituta da África do Sul na balança comercial brasileira, e o foco da relação bilateral foi na troca de produtos industrializados por petróleo nigeriano. Curiosamente, a relação foi tão intensa que, nos anos vindouros, a participação brasileira no mercado nigeriano entre 1985 e 1986 chegou a ultrapassar a relevância econômica das compras nigerianas da Inglaterra (SARAIVA, 2012, p.47). O governo de Geisel marca a política externa brasileira, colocando-a em dimensões mundiais e voltada para um projeto de desenvolvimento econômico associado diretamente a uma política comercial e expansiva de mercados.

O último governo militar foi o do ex-presidente Figueiredo (1979-1985), que prosseguiu em direção ao fortalecimento de parcerias com países do Terceiro Mundo. Além disso, os

resultados do governo Geisel começaram a ser colhidos no âmbito energético e os investimentos na Petrobras aumentaram a produção de petróleo no Brasil. Em 1973, o Brasil produzia 9,8 milhões de metros cúbicos de petróleo bruto e importava 37 milhões; em 1985, o Brasil produzia 31,7 e importava 30,9 milhões. (BUENO; CERVO, 2011, p.462)

Para o Brasil, a África representou uma opção alternativa diante do protecionismo e das barreiras alfandegárias criadas pelos países ricos a suas exportações; para a África, o Brasil veio a constituir nova fonte de suprimento de bens e serviços, aliviando sua dependência das ex-metrópoles. (BUENO; CERVO, 2011, p. 481)

O ex-presidente Figueiredo também protagonizou um evento inédito nas relações entre o Brasil e o continente africano, pois, pela primeira vez, um estadista sul-americano visitou o continente africano. Em sua viagem, Figueiredo foi à Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Argélia (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p.241).

Observando os cinco governos do período militar, conseguimos precisar que todos entendiam que o interesse nacional do Brasil era o desenvolvimento e, assim, faziam de sua política externa um instrumento para tornar viável a industrialização e o crescimento econômico do Brasil.

O governo de Castelo Branco marcou pelo realinhamento da postura do Brasil com os EUA; o governo de Costa e Silva retornou, de forma tímida, para um ideal de expansão de parceiros; já o mandato de Médici fortificou aos poucos a política do governo anterior em busca de parceiros do Terceiro Mundo. O governo de Geisel, com o Pragmatismo Responsável, alavancou as relações do Brasil com todos os países, melhorando o comércio e estimulando as relações do Brasil tanto com seus vizinhos latino-americanos quanto com os africanos. Observa-se que Figueiredo continuou o legado de Geisel e prosseguiu com a aproximação do Brasil dos países do Terceiro Mundo.

Referente à temática energética, durante o governo militar, são descobertos poços de petróleo no Brasil. Tais reservas serão cruciais para o fortalecimento da Petrobras e o suprimento das demandas energéticas do Brasil no fim do século XX e no início do século XXI.

### **1.7 Redemocratização (1986-2002)**

Tancredo Neves é eleito pelo Congresso em 1986 com o papel de preparar o Brasil para a transição democrática; todavia, falece antes de assumir a presidência. José Sarney, assim, assume a presidência do Brasil para dar início ao processo de redemocratização. Desse modo, a política externa acompanhou o ritmo da transição democrática, caminhando de maneira lenta e seguindo os preceitos do antigo regime militar, tendendo a autonomia e a diversificação de

parceiros ao redor do mundo. O governo Sarney vivenciou um período de grandes transformações no cenário mundial que conduziram ao fim da Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim e o desmantelamento da URSS.

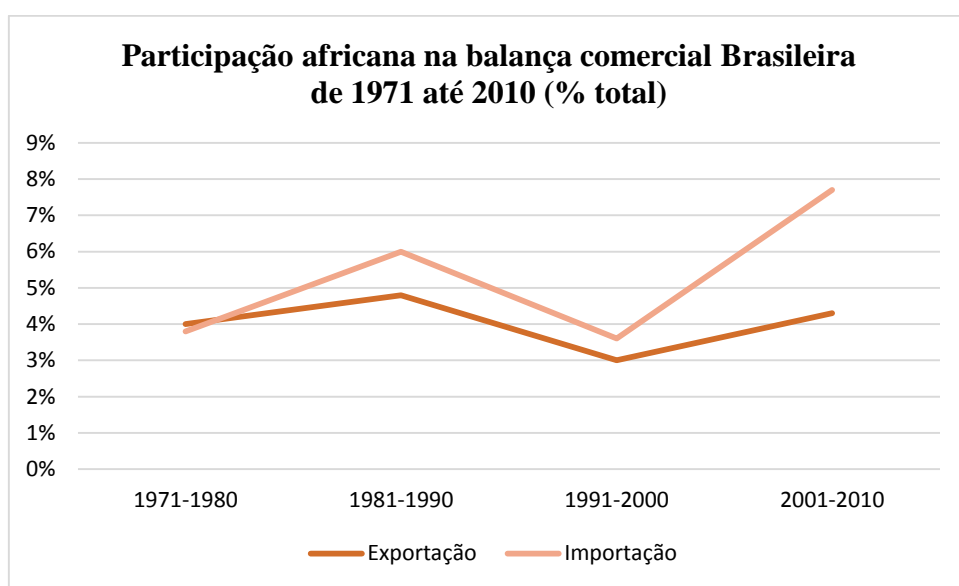
De acordo com Vigevani e Cepaluni (2000, p.40) o Brasil, além de enfrentar uma crise mundial, lutava contra a crise econômica doméstica. O governo brasileiro herdou a dívida externa e os problemas econômicos do período anterior. A taxa de inflação era a maior da história; a produção de alimentos atravessava uma crise; os números de investimentos e empréstimos diminuíram e grande parcela da população brasileira miserável sofreu com todos esses fatores.

A política externa brasileira foi pressionada pela conjuntura da época e, por esse motivo, o Brasil adotou políticas econômicas menos desenvolvimentistas e mais liberais. Além disso, o Brasil se viu obrigado a abrir gradualmente o mercado à indústria de serviços e de computadores dos EUA (VIGEUVANI; CEPALUNI, 2000, p.68). Nota-se que o período é marcado pela crise, então, nessa época, a política externa foi utilizada como um mecanismo estratégico para tentar sanar possíveis conflitos com as potências e para estabilizar o contexto brasileiro interna e externamente.

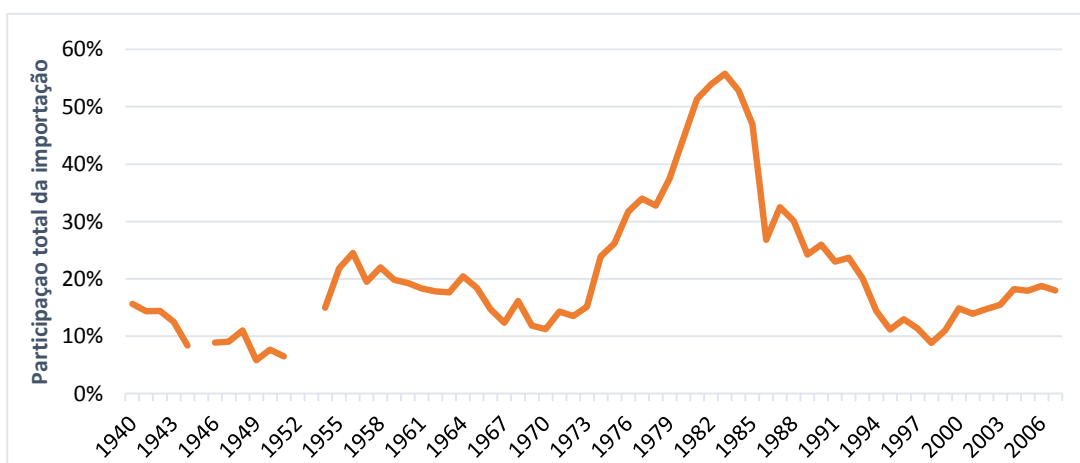
No entanto, apesar dessa proximidade que se fortificava com os EUA, o governo de Sarney ainda tinha relações importantes tanto com as nações da América do Sul quanto com os países da África. É nesse período que é criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que reuniria Brasil, Portugal e países africanos como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (1989). Além disso, também é fundada a ZOPACAS (Zona de Cooperação do Atlântico Sul), que visava manter o Atlântico Sul como uma zona livre de armas nucleares, tensões e conflitos oriundos da confrontação Leste-Oeste, abrangendo países sul-americanos, e da costa oeste da África, como Nigéria, Angola, e Guiné-Bissau.

Apesar disso, o fim do governo Sarney dará início a uma década permeada pela atuação do Brasil próxima ou alinhada com os EUA. Desse modo, Fernando Collor (1990-1992) é o primeiro presidente eleito no Brasil de forma constitucional depois do governo militar e marcará a história brasileira. A política externa do governo de Collor é caracterizada, principalmente, pela reaproximação com as potências do Primeiro Mundo, apesar de em 1992 existir a ideia de Brasil como “*global trader*”, na qual o Brasil teria interesses comerciais globais, sendo necessário, portanto, inserir o Brasil na economia internacional de modo a não fazer relações excludentes (MELLO, 2000, p.10).

As relações com o continente africano passaram a declinar, visto que o Brasil não mais enfrentava a vulnerabilidade energética que serviu como uma alavanca para a política africana do Brasil. Assim, as trocas comerciais entre o país e o continente decaram (SARAIVA, 2012, p.49). Esse ritmo prosseguiu nos governos seguintes. Na década de 1990, o comércio entre o Brasil e a África retornou aos percentuais anteriores à década de 1950, quando as relações comerciais entre os dois não chegavam a 2%. Tal porcentagem representa números completamente diferentes dos níveis alcançados no início da década de 1980, que beiravam os 10%. Nesse momento, a África se tornará marginal na política externa brasileira, um novo afastamento, que perdurará até o século XXI.



**Gráfico 1: Balança comercial brasileira de 1971 até 2010 e a participação africana em %**  
 Fonte: MDIC, 2015.



**Gráfico 2: Importações brasileiras de petróleo ao longo dos anos**

Fonte: MDIC, 2015.

Com o *impeachment* de Collor de Mello, assume o ex-presidente Itamar Franco (1992-1995), que não modificou de forma significativa a política externa adotada pelo seu antecessor.

A política externa brasileira tentou manter a permanência do país no rumo da liberalização econômica com a manutenção de uma autonomia de seus interesses (PINHEIRO, 2004, p. 56).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi marcado por privatizações, abertura econômica, liberalização das regras de comércio e responsabilidade fiscal. No plano externo, intensificou-se a participação brasileira em diversos fóruns internacionais, como a ONU e a OMC.

Nesse sentido, durante o governo FHC, há ênfase nas relações bilaterais do Brasil com os países desenvolvidos, principalmente com a União Europeia e com os EUA, apesar de certa proximidade com os países sul-americanos (com avanços no caminho da integração regional, aprofundando o Mercosul). O interesse do governo é projetar o Brasil internacionalmente, com a concentração de esforços para elevar a condição de potência do Brasil no cenário internacional. Desse modo, o Mercosul serviu como um instrumento de regionalização da dinâmica da globalização e também como meio de promover a liderança brasileira na região.

A política de FHC, direcionada a formas mais apropriadas de inserção do Brasil, levou em consideração a preponderância dos Estados Unidos. Daí o explícito reconhecimento da importância de boas relações com esse país, para garantir o espaço de autonomia do Brasil e para viabilizar o seu papel na América do Sul. (...) Em outros termos, a política cooperativa explicitou-se claramente no caso das relações entre Brasil e Estados Unidos. (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p.43)

Em busca de um maior protagonismo no cenário internacional, o governo FHC fortificou os laços com os países sul-americanos, pois a liderança brasileira na região aumentava o poder de barganha extrarregional. O objetivo da política externa de FHC, sobretudo no segundo mandato, era de estreitar relações com os países sul-americanos com o intuito de projetar o Brasil internacionalmente. Nesse governo, também foram estabelecidas relações com diversos países como, por exemplo, China.

No que concerne à temática energética, em 1997 foi promulgada a Lei Nº 9478, que flexibilizou o monopólio estatal do petróleo, criou o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), colocando sob responsabilidade da ANP as concessões de exploração de petróleo em regime de livre iniciativa. Ou seja, além da Petrobras, outras empresas constituídas sob as leis brasileiras e com sede no Brasil passaram a poder atuar em todos os elos da cadeia do petróleo e, para tanto, a Petrobras perde o monopólio da exploração e do refino de petróleo no Brasil (PLANALTO, 2015).

## 1.8 Síntese

Diante do exposto, é possível entender que a política externa brasileira sofreu muitas mudanças de direção orientadas por visões de Estado diferentes. Ainda assim, nota-se que as duas temáticas pontuadas no início do capítulo – autonomia relativa à hegemonia norte-americana e projeto de desenvolvimento interno – são constantes na história da política exterior brasileira desde a República.

A política externa brasileira sempre esteve ligada às políticas das nações do Primeiro Mundo, o que pode ser explicado tanto pela história de colonização do Brasil como pela proximidade dos EUA com o Brasil, de maneira mais forte, a partir da instauração da República. Todavia, ao longo da história, as relações que foram perdidas com o continente africano no século XIX começam a ser retomadas em alguns governos que buscavam o desenvolvimento brasileiro e a expansão de mercados.

É possível observar que aos poucos começam a ser traçadas as prerrogativas que emergirão no século XXI em torno de uma postura ativa do Brasil no cenário internacional. Nota-se que o século XX foi o momento de fortalecimento econômico do Brasil através da industrialização e, durante esse período, já é possível enxergar a postura brasileira como líder dos países do Sul, com a aproximação da África e com a defesa dos países do Terceiro Mundo.

A partir do governo Vargas vislumbra-se cada vez mais o engajamento na busca pelo desenvolvimento do Brasil com a energia. Enquanto isso, a partir da década de 1960, com as Independências africanas, a África emerge na política exterior do Brasil. Desse modo, é possível entender que a questão energética, as relações com África e a política externa ligada à perspectiva de desenvolvimento são aspectos relevantes na história da política exterior brasileira do século XX. A energia aparece de forma mais incisiva no governo Vargas, com a criação da Petrobras, e também na década de 1970, durante o regime militar. A África aparecerá, principalmente, na Política Externa Independente de João Goulart e Jânio Quadros e no Pragmatismo Responsável de Geisel.

No primeiro caso, o continente africano aparece como parceiro do Brasil, aliado à busca de mercado e de um pensamento Sul/Sul nas relações internacionais, em contraposição à dinâmica Leste/Oeste. Na ditadura militar, a África, por sua vez, surgirá como uma alternativa de mercado e também como parceira estratégica do Brasil no âmbito energético, diante de uma conjuntura internacional incerta, oriunda das crises do petróleo e de uma produção petrolífera doméstica inferior às demandas do desenvolvimento industrial.



Dessa maneira, um processo similar ao que acontece durante a ditadura militar emergirá no século XXI, unindo a África à dinâmica energética, como veremos na seção três. A geopolítica do petróleo e a revitalização do continente africano começará a emergir no século XXI e, com isso, o Brasil acompanhará o ritmo global. A África, que sempre esteve presente na conjuntura mundial de forma colonizada ou marginal, irá se tornar, novamente, o alvo de uma corrida geopolítica, econômica e diplomática.

## 2 - O ouro negro e as relações Brasil-África no século XX

Como apresentado inicialmente, a questão do petróleo é central nos debates das relações internacionais e da economia política internacional pelo fato da demanda por recursos energéticos estar estritamente ligada ao desenvolvimento dos Estados e ao poder dos países no tabuleiro mundial. No século XX, com o avanço da industrialização, a demanda por recursos capazes de gerar energia aumentou extraordinariamente e, conseqüentemente, acirraram-se as disputas internacionais entre potências que buscavam estabelecer alianças estratégicas capazes de suprir as demandas internas por petróleo e que garantissem o acúmulo de poder.

Nesse cenário, o Brasil buscou aliados na África para importar petróleo. O petróleo foi um dos motores do estabelecimento de relações próximas do Brasil com o continente africano e estimulou não só as trocas comerciais, como também o diálogo diplomático entre o Brasil e países africanos produtores de petróleo (VIZENTINI, 2012). O século XX não só aproximou o Brasil da África, como também foi um marco para o continente africano que vivenciou insurgências e, em grande parte, se viu livre das amarras coloniais que persistiam desde o século XV. No entanto, ao mesmo tempo que diversos países africanos se tornaram independentes, foram alvos de relações comerciais desfavoráveis e prejudiciais à extração dos seus recursos, inclusive o petróleo.

De fato, diante da demanda energética das grandes potências, os países africanos exportavam grande quantidade de petróleo e tinham seus investimentos somente na área petrolífera, o que causava extraordinária riqueza. No entanto, também gerava efeitos colaterais em outros setores produtivos do Estado e no bem-estar de sua população. Os problemas decorrentes levaram à síndrome da chamada “doença holandesa”, que tanto afeta os países exportadores de petróleo<sup>19</sup>.

De acordo com Bresser-Pereira e Oreiro (2012), a doença holandesa seria uma falha do mercado que gera externalidades negativas aos outros setores da economia, principalmente, aos de bens e serviços, impedindo que estes se desenvolvam. Desse modo, como o preço das commodities é orientado pelo mercado internacional, a abundância dos recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os possui, levando-o a se especializar na produção de petróleo, por exemplo, e a não investir em outros setores da economia, como a indústria. Esse processo inibe, em longo prazo, o desenvolvimento econômico e torna o país exportador de um

---

<sup>19</sup> A expressão “doença holandesa” refere-se a um problema que a Holanda sofreu na década de 1960, quando o país estava se tornando um importante exportador de gás natural e concentrava seus investimentos nesse produto. À medida que a nova riqueza do gás entrava na Holanda, os outros setores da economia sofriam as conseqüências da ausência de investimentos.

produto ou grupo de produtos primários refém da exportação de tais materiais para crescer, deixando de se industrializar ou mesmo se desindustrializando. Essa doença pode ser associada a alguns países do continente africano, como a Nigéria, tanto em relação à má gestão das riquezas como à concentração da produção de derivados de petróleo.

Neste capítulo buscaremos entender o papel crucial que o petróleo desempenha no século XX e seus efeitos no cenário internacional, tendo como foco as relações do Brasil com a África, particularmente com seus dois principais interlocutores no continente, Angola e Nigéria.

## **2.1 O petróleo no século XX e a demanda energética**

A ascensão do petróleo começou no século XIX, mas durante esse período a prioridade foi sua utilização para tapar buracos em embarcações, como produto medicinal e como combustível para iluminação. Todavia, a industrialização progressiva no século XX e as inovações tecnológicas fizeram com que o petróleo fosse cada vez mais consumido e demandado pelos países, tornando-o elemento constitutivo da estratégia para o desenvolvimento.

Energia é necessária para fazer com que as fábricas funcionem, para gerar poder na cidades e para suprir as demandas do crescimento da população mundial, e para produzir os produtos agrícolas que alimentam o planeta. Mais importante, produtos de petróleo são essenciais para sustentar os alicerces internacionais da globalização – aviões, trens, caminhões, barcos que carregam coisas e pessoas de uma região do planeta para outra (...) Mas as rodas da indústria não são as únicas que desaceleram sem um abundante suprimento de energia, forças militares são igualmente dependentes de uma infusão muito grande de combustíveis importantes<sup>20</sup>. (KLARE, 2008, p. 10-12)

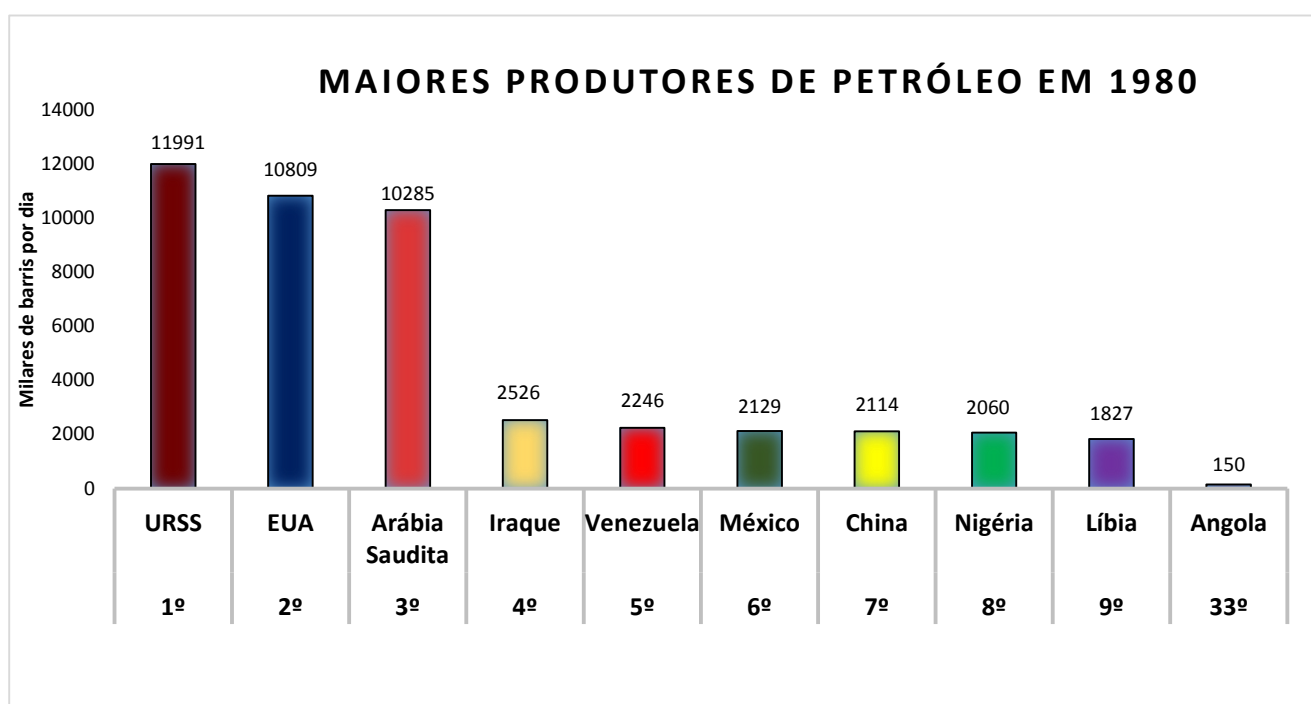
Durante todo o século XX, o petróleo será crucial na economia política internacional, afetando as guerras e também a posição dos países no cenário mundial. Alicerce do poder nacional, sua exploração é sustentada por enormes investimentos, estimulando a geração de recursos bilionários para o mercado de capitais. Além disso, a exploração de petróleo envolve ao mesmo tempo o risco e a recompensa, porque nem todos os poços de petróleo são viáveis

---

<sup>20</sup> No original: “Energy is required to keep the factories humming, power the cities and suburbs that house the world’s rising population, and produce the crops that feed the planet. Most important, petroleum products are utterly essential to sustain the international sinews of globalization—the planes, trains, trucks, and ships that carry goods and people from one region of the planet to another. (...) But the wheels of industry are not the only ones to slow without an abundant supply of energy; military forces are equally dependent on a copious infusion of critical fuels.”

comercialmente e, dependendo da região onde esse recurso é encontrado, pode existir um alto índice de conflito em relação aos recursos (YERGIN, 1991; FUSER, 2013).

Outra característica que se destaca na relação dos conflitos potenciais é o aspecto territorial, revelando a desigualdade da distribuição geográfica entre os países. No Gráfico 3, podemos observar a produção de petróleo em 1980. Percebe-se que os EUA e a Arábia Saudita são os principais locais de produção de petróleo, mas países africanos, como Nigéria, Líbia e Argélia, também aparecem como grandes produtores. Também cabe ressaltar que os países africanos e os do Oriente Médio, por exemplo, não consomem o que é produzido e são capazes de exportar para as potências industrializadas no século XX.



**Gráfico 3: Produção de petróleo mundial em 1980**

Fonte: EIA, 2015.

Nota-se que, ao longo do século XX, a dependência energética e de recursos serviu para arquitetar as relações próximas dos países europeus e americanos com o continente africano e principalmente com o Oriente Médio. As altas demandas por petróleo e a importância dos hidrocarbonetos para continuar alimentando as indústrias nascentes e estabilizadas geraram a necessidade de os países procurarem formas de adquirir o recurso. A energia acaba gerando uma dependência e até mesmo um problema de segurança energética na medida em que as demandas domésticas de diversos países não são supridas com a exploração dos recursos internos, ficando dependentes das oscilações de mercado.

Por isso, o potencial gerador de crise eclode e afeta todo o mundo, como foi o caso dos choques do petróleo em 1973 e 1979<sup>21</sup> (YERGIN, 1991). A questão do abastecimento energético passa a ser central principalmente com a crise de 1973 e, posteriormente na virada do século XXI, com a alta dos preços do petróleo e a concentração estrutural das reservas petrolíferas dos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo)<sup>22</sup> (FUSER, 2013, p.169). Nota-se que o ano em que Petrobras vende seus ativos no Iraque (1979) é o mesmo no qual entra na Angola, sendo possível observar que os países africanos são reais alternativas do governo brasileiro e da empresa estatal para tentar suprir as demandas energéticas do período (ANEXO A).

Vale enfatizar que a noção de segurança energética<sup>23</sup> emerge com destaque porque, ao se basear na competição por recursos para o desenvolvimento interno, estabelece uma forte conexão entre a proteção do território, a exploração de recursos naturais, o fornecimento de combustíveis e a própria ideia de desenvolvimento econômico. Problemas serão certamente mais palatáveis para um Estado capaz de se autoabastecer, o que evita preocupações com escassez de recursos em curto e médio prazo. Contudo, conflitos são sempre esperados entre os países importadores de petróleo, que ficam dependentes dos preços do mercado – um dos melhores exemplos seria o Japão – e por isso procuram alianças com países exportadores de petróleo.

Não é de estranhar, portanto, que guerras e conflitos constituem outra consequência potencial do efeito da exploração e venda dos derivados de petróleo e gás natural na África, principalmente na região do Delta Níger, como mencionaremos mais adiante.

---

<sup>21</sup> A primeira crise do petróleo de 1973 remonta a OPEP, que foi criada em 1960, mas que somente no início da década de 1970 teve um papel crucial para o mundo, quando um forte incremento na demanda mundial por petróleo, concomitante ao declínio na produção do recurso nos EUA, lhe deu poder de barganha e grande influência. A OPEP, em 17 de outubro de 1973, toma a decisão de cortar a exportação de petróleo para os EUA e outras nações que forneceram ajuda militar a Israel na Guerra de Yom Kipur. Em apenas cinco meses, entre outubro de 1973 e março de 1974, o preço do petróleo aumentou 400%, causando reflexos poderosos nos Estados Unidos e na Europa e desestabilizando a economia por todo o mundo. A OPEP já diminuía a oferta de petróleo desde sua criação, e combinado a isso, conflitos e dissuasões aumentaram. Houve, assim, a Guerra dos Seis Dias, em 1967; a Guerra do Yom Kippur, em 1973; a Revolução Islâmica no Irã, em 1979; e a Guerra Irã-Iraque, a partir de 1980. O segundo choque do petróleo, em 79, ocorreu devido à paralisação da produção iraniana em consequência da revolução Islâmica liderada pelo Aiatolá Khomeini (LIGIÉRO, 2011).

<sup>22</sup> Países membros: Angola, Argélia, Líbia, Nigéria, Venezuela, Equador, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Irão, Iraque, Kuwait e Catar.

<sup>23</sup> De acordo com a Energy Information Administration dos EUA, a segurança energética pode ser definida como: “... the uninterrupted availability of energy sources at an affordable price. Energy security has many aspects: long-term energy security mainly deals with timely investments to supply energy in line with economic developments and environmental needs. On the other hand, short-term energy security focuses on the ability of the energy system to react promptly to sudden changes in the supply-demand balance”.



**Figura 2: Segurança Energética**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da EIA, 2015.

## 2.2 A África no século XX: os recursos e a expansão capitalista

Retomando um pouco da história do continente africano no século XX, pode-se compreender que a África foi um dos continentes que mais sofreu com a presença de potências estrangeiras. Desde o século XV, o continente africano transformou-se em uma região de interesses econômicos europeus, sendo a população africana a principal mercadoria. Esse pensamento perdurou até a metade do século XIX, quando aos poucos a Inglaterra passava a impor o fim da escravidão e a substituir o modelo escravista pelo assalariado.

Ao final do século XIX, as potências da época se reuniram na Conferência de Berlim (1884-1885) e estipularam regras para a ocupação da África pelas potências europeias, reafirmando o papel africano “*na Divisão Internacional do Trabalho, tal como fornecedora de matérias-primas e como mercado de seus produtos industrializados, em uma relação monopolista de trocas desiguais*” (MACHADO, 2012, p. 8).

Na Conferência, a Inglaterra se apoderou de territórios na África Ocidental, África Oriental e África do Sul. A França dominou a África do Norte, enquanto a Alemanha conquistou regiões correspondentes aos atuais Camarões, Togo, Ruanda, Burundi, Tanzânia e Namíbia. Portugal conservou Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Itália conquista Líbia, Eritreia e parte da Somália. (FRUCTUOZO; AMARAL, 2010).

A Conferência de Berlim formou fronteiras artificiais determinadas pelos interesses dos países europeus e o problema disso foram os conflitos étnicos que se instauraram em cada região. Por isso, a Europa se fez presente com o discurso de sanar os conflitos territoriais e religiosos nas regiões da África. Mas os europeus continuavam a visar a África pelo mesmo

interesse do passado: os ricos recursos naturais presentes no continente. Afinal, os recursos naturais são um dos elementos constitutivos do poder nacional. Essa divisão instaurada de forma unilateral pela Europa será um dos fatores que, no século XX, influenciará a independência dos países africanos (KLARE, 2008, p. 146).

O cenário começa a mudar com o fim da II Guerra Mundial. Quando as potências europeias começaram a sentir os efeitos econômicos da guerra, sua influência no continente africano começou a diminuir. As lideranças africanas, tomadas pela vontade de mudança, começaram a se mobilizar em prol da independência dos países e, na década de 1960, mais de vinte nações africanas conseguiram suas independências.

A década de 1970 foi marcada pela mudança no sistema financeiro internacional com possível crise da hegemonia norte-americana e pelas sucessivas crises do petróleo. Nessa década, os países africanos contaram, em alguns momentos, com uma balança positiva em relação ao aumento das exportações do petróleo.

Além disso, a crise de lucratividade nos países do Primeiro Mundo, combinada à inflação da receita do petróleo depositada rotineiramente nos bancos ocidentais e nos mercados financeiros “extraterritoriais”, criou uma abundância excessiva de liquidez. Já esse excesso de liquidez foi reciclado como capital para empréstimos em termos favorabilíssimos a países do Terceiro e do Segundo Mundo, inclusive aos Estados africanos (ARRIGHI, 2002, p.43).

Nessa mesma época, os países do Terceiro Mundo estavam visando aos projetos de desenvolvimento, buscando renegociar os termos de sua incorporação na economia política internacional. Afinal, durante a década de 1970, houve um progresso econômico em relação aos países do Primeiro Mundo, mas o crescimento não minorava a pobreza. Ou seja, embora a renda das nações do Terceiro Mundo tenha aumentado – incluindo as rendas do Brasil e do continente africano – o bem-estar da população não foi prioridade. A África, principalmente os países produtores de petróleo, investiu em sua indústria petrolífera com a ajuda de países estrangeiros, o que gerou o abandono de outros setores da economia, culminando na já mencionada “doença holandesa” e na chamada maldição dos recursos (ARRIGHI, 2002).

Ao fim da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim, o modelo neoliberal americano direcionou a política externa dos EUA para os países da Europa e da América Latina, o que trouxe certa marginalidade ao continente africano. Afinal, a economia política internacional estava se adequando aos moldes do novo mundo com o fim da bipolaridade e a emergência de uma potência hegemônica. A África voltará aos holofotes do cenário internacional no século

XXI devido ao crescimento exponencial da China, que precisa de recursos naturais para suprir suas crescentes demandas; e, também, devido à “corrida energética”<sup>24</sup>.

A reaproximação do Brasil com o continente africano se deu, em grande parte, devido às demandas energéticas brasileiras que estavam alinhadas com as políticas de governo voltadas para o desenvolvimento industrial nacional. Desse modo, a diversificação de parceiros e a reaproximação do Brasil com a África começaram a ser engendradas pela dinâmica do petróleo e estimuladas por uma demanda interna do Brasil.

### **2.3 Histórico de Relações Brasil-África e a energia: Nigéria e Angola**

As demandas de petróleo, encarecidas pela conjuntura mundial, e, ao mesmo tempo, a estratégia brasileira de desenvolvimento e segurança energética colaboraram para o estreitamento de laços do Brasil e com o continente africano, especificamente com países como Líbia, Argélia, Nigéria e Angola. Dessa maneira, a Nigéria e a Angola foram um dos principais fornecedores de petróleo na década de 1970 e, em certo sentido, representaram para o Brasil um espaço de diversificação diante da vulnerabilidade energética do país no século XX (SARAIVA, 2012, p.44). O Atlântico Sul passa a ser de grande importância para o Brasil no contexto da Guerra Fria, atuando como um facilitador da proximidade geográfica e da tradição histórica com a África, favorecendo tanto a interação regional como a aproximação do Brasil com o continente africano.

Como mencionado na seção anterior, as percepções do interesse nacional brasileiro em suas relações com a África, que começaram a ser desenvolvidas de maneira mais incisiva na década de 1960 – PEI – e durante a década de 1970 – ditadura – advinham de um interesse estratégico do governo brasileiro em expandir os mercados e diversificá-los. Para tanto, na busca do governo brasileiro por estimular a exportação, há a necessidade de novos mercados consumidores e a África emerge como uma área potencial para a estratégia brasileira.

A busca por abrir tais mercados coube à viagem do Ministro Mário Gibson Barboza, que ocorreu entre 25 de outubro e 22 de novembro de 1972 – antes do primeiro choque do petróleo. A visita acontece em nove países: Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomê, Zaire, Gabão, Camarões, Nigéria e Senegal<sup>25</sup>. Podemos observar que países com fortes relações com

---

<sup>24</sup> Michael Klare (2008), em sua obra “Rising Powers, Shrinking Planet”, falará sobre a corrida energética no século XXI, uma corrida que começa a ser alicerçada no século XX com o crescimento exponencial da demanda de petróleo e outros recursos não renováveis. A utilização e a produção dos recursos trazem indícios de que, no século XXI, o mundo presenciará uma disputa mundial pelos recursos naturais. De acordo com Klare (2008, p. 33), “not only is the consumption of, and demand for, energy and other vital resources reaching unprecedented heights, but many existing reserves are visibly being drained faster than new reserves can be brought on line”.

<sup>25</sup> Ver mais em Sistema Consular Integrado.



Portugal não foram alvos do ministro, tendo em vista que os constrangimentos das relações próximas entre Brasil e Portugal impossibilitavam a parceria com países como Angola e Moçambique naquele primeiro momento (SANTOS, 2008, p. 9).

Em, 1973, é realizada a 1ª Missão Comercial Brasileira aos Países Africanos. Tal missão é crucial para entendermos a busca por novos mercados do Brasil no cenário internacional com a diversificação de parceiros na América Latina, no Oriente Médio e na África. Assim, no mesmo ano do primeiro Choque do Petróleo, a viagem realizou-se no período de 25 de setembro a 29 de outubro, com a participação de representantes de indústrias brasileiras e de funcionários governamentais. A delegação percorreu Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, República Popular do Benim (antigo Daomé), Nigéria, Camarões, Zaire e Líbia (SANTANA, 2003a, p. 528). Foi negociada a participação de companhias brasileiras em projetos de infraestrutura (estradas de rodagem, represas) e a venda de produtos e equipamentos pesados (siderúrgicas, ferroviários, petroquímicos, navais) para a África Ocidental (SANTOS, 2008, p. 9). Antes do fim da década de 1980, o Brasil já tinha embaixadas em diversos países e estava presente em grande parte da África.

Na década de 1970, temos uma multilateralização da política externa brasileira que visava acompanhar o processo de expansão da economia e a continuação do desenvolvimento brasileiro. Todavia, a conjuntura internacional trouxe problemas para o Brasil, tendo em vista as crises do petróleo, como fora mencionada, e a instabilidade do valor dos produtos primários (SVARTMAN, 2006; LIGIÉRO, 2011, p. 198).

A alternativa que o governo brasileiro encontrou foi o estabelecimento de acordos com países exportadores de petróleo, visando ampliar a pauta de exportações com bens de serviços e tecnologia. O continente africano, por isso, foi significativo para as políticas brasileiras. Podemos observar que, nesse momento, na década de 1970, há a criação da BRASPETRO, a subsidiária da Petrobras no âmbito internacional (ANEXO A).

O volume do comércio brasileiro com a África cresceu sensivelmente durante a década de 1970, aumentando as exportações do Brasil de 1960 para 670 milhões de dólares nesse período. Assim, em troca de importações de petróleo, o Brasil exportou, para a África, automóveis, peças de reposição, barcos de pesca e outros produtos de tecnologia adaptada.

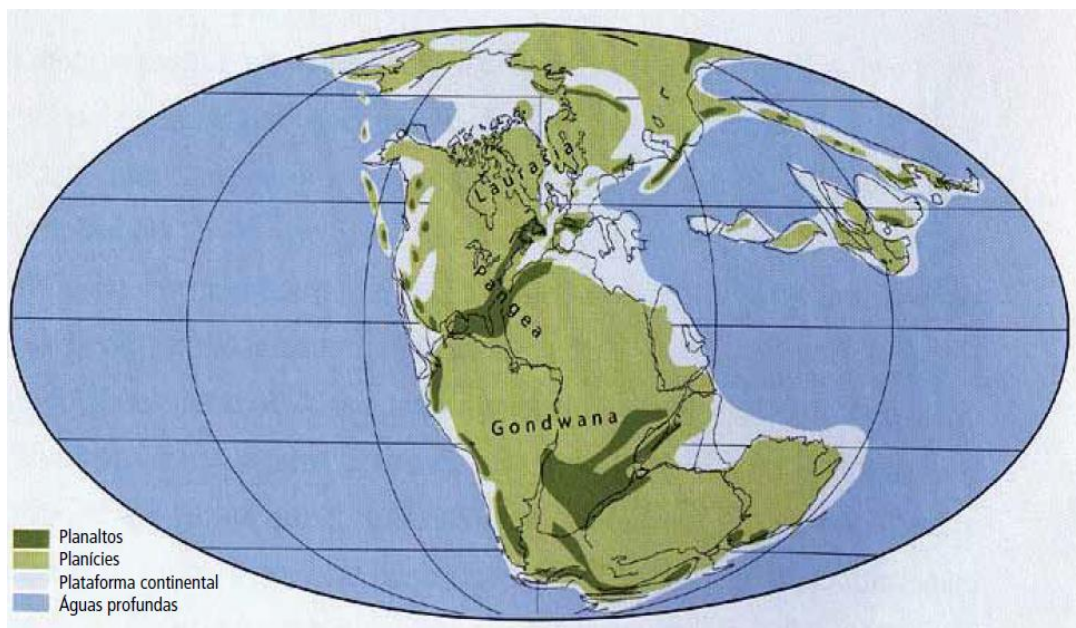
De acordo com Svartman (2006), empreiteiras e empresas passaram a atuar na área de infraestrutura dos novos parceiros comerciais brasileiros. Além disso, bolsas de estudos, convênios culturais, intercâmbios de professores, técnicos e pesquisadores foram operacionalizados com o objetivo de transferir e compartilhar tecnologias. Apesar desse

discurso de trocas de cooperação, a economia brasileira fornecia bens acabados de serviços, ao passo que grande parte dos produtos exportados pelos países do continente africano era matérias-primas, principalmente o petróleo que o Brasil precisava para sua proposta de desenvolvimento. A necessidade de importação de petróleo vinha justamente da busca pela segurança energética e para estimular o crescimento da economia.

As importações de petróleo fizeram com que o Brasil fosse deficitário em seu comércio com o continente africano na primeira metade década dos anos 1970, mas isso se inverteu na segunda metade devido à política de exportação do governo brasileiro e aos financiamentos brasileiros no continente africano. Durante esse período, também há a exportação de serviços com a montagem de veículos automotores na Nigéria e a instalação do sistema de esgotos da Líbia, por exemplo (LIGIÉRO, 2011, p. 239). Desse modo *“a Nigéria e depois Angola tornaram-se os principais parceiros comerciais do Brasil no Atlântico Sul. Com a Nigéria as relações haviam sido insignificantes até a crise do petróleo, mas se intensificaram muito a partir de então”* (LIGIÉRO, 2011, p. 240).

Alguns fatores estimularam e continuam a estimular a procura pelo petróleo africano, sendo alguns deles: o petróleo do Golfo da Guiné que é, tipicamente, de alta qualidade e de baixo teor de enxofre, permitindo, assim, margens de lucro elevadas; os campos que ficam próximos dos mercados americanos, tornando o petróleo facilmente transportável pelas rotas de mar; a maioria das descobertas *offshore*, o que reduziria o risco político de conflitos e revoltas por parte da população; e a abertura dos países às companhias estrangeiras. Ainda assim, postula-se que a Nigéria e a Angola juntas produzem mais de 4,4 milhões de barris diários, e poderão produzir o dobro disso (BP, 2015; OLIVEIRA, 2007, p.75).

Nota-se que a existência de petróleo, tanto no Golfo da Guiné como no Brasil, será uma das estratégias que mobilizará uma articulação geopolítica em defesa do Atlântico Sul. Tanto o Brasil como a Angola e a Nigéria possuem características climáticas comuns compartilhadas em um dado momento da história (Mapa 3). Há aproximadamente 200 milhões de anos, a África e o Brasil formavam a massa continental de Gondwana, e por isso são esperadas algumas descobertas a respeito dos recursos minerais de forma aproximada (IPEA, 2011, p. 2).



**Mapa 3: Há milhões de anos, a África e o Brasil faziam parte de uma única massa continental**

Fonte: IPEA, 2011, p. 2.

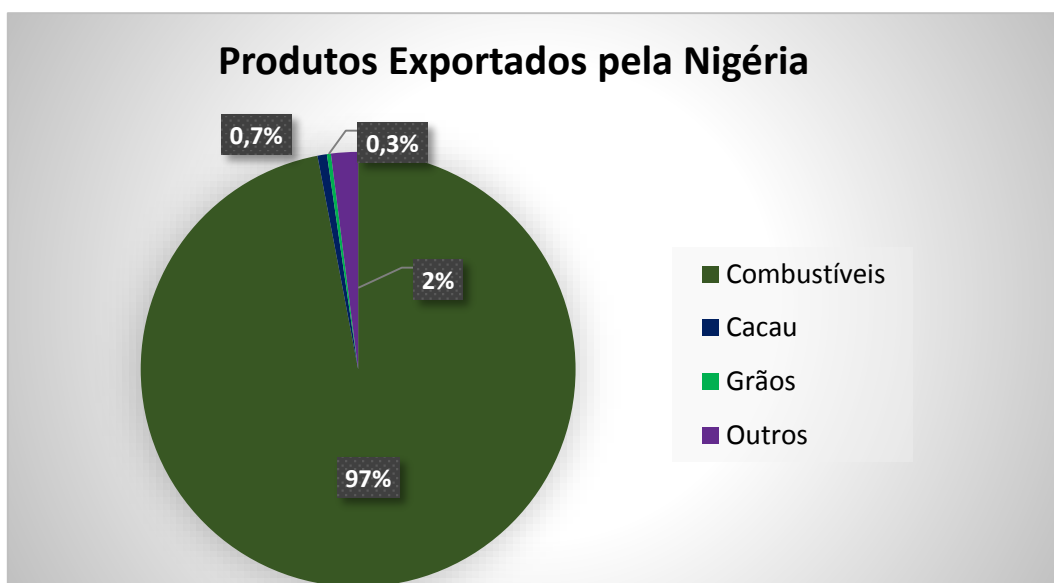
### **2.3.1 História da Nigéria e a energia no século XX**

A Nigéria é um dos gigantes no continente africano, sendo o Estado mais populoso. É uma República Constitucional Federalista e compreende trinta e seis estados, além do Território da Capital Federal, Abuja. O país é localizado na África Ocidental, na região do Golfo da Guiné, sendo banhado pelo Atlântico Sul. A Nigéria compartilha fronteiras terrestres com Benin, Chade, Camarões e Níger; e, como foi uma colônia britânica, a língua oficial é o inglês. É um país rico em recursos naturais, particularmente em petróleo, dispondo de 34 minerais sólidos diferentes, incluindo ouro, minério de ferro, carvão e calcário. Além disso, possui 37,2 bilhões de reservas provadas de petróleo e aproximadamente 188 trilhões de metros cúbicos de reservas provadas de gás natural (BP, 2015).

No século XXI, a Nigéria é o 11º maior fornecedor de petróleo do mundo e possui um grande potencial agrícola, mas uma baixa produtividade. No século XXI, passou a ser a maior economia da África, superando a África do Sul em 2013, com um PIB de U\$509 bilhões contra U\$370 bilhões da economia sul-africana. Apesar de rico em recursos e concentrando um PIB que vai se fortalecer ao longo dos anos, o país é conhecido por ser palco de batalhas sangrentas oriundas de uma disputa que remonta as descobertas de petróleo no solo nigeriano. Desde a década de 1990, a Nigéria vem crescendo com investimentos e, principalmente, devido à indústria petrolífera no país, mas, ao mesmo tempo em que a economia deslança, a

desigualdade e a pobreza continuam sendo marcas profundas das características sociais da Nigéria<sup>26</sup>. (COSTA, 2013, p. 21).

Economicamente, a Nigéria é um refém da “maldição do petróleo” e depende do recurso para crescer e movimentar sua economia. Ainda assim, o investimento no setor do petróleo cria um problema de desenvolvimento em outros setores, porque a Nigéria importa para o mundo, majoritariamente, derivados do petróleo, sendo vulnerável a choques externos, oscilando entre períodos curtos de crescimento e períodos dramáticos de crise (COSTA, 2013, p.23).



**Gráfico 4: Principais Produtos Exportados pela Nigéria em 2013<sup>27</sup>**

Fonte: MRE;DIC;DIP, 2014.

Apesar do objetivo principal da dissertação não envolver estudar a história da Nigéria, entendemos ser essencial adentrarmos em seus conflitos, tendo em vista que estes lidam diretamente com o petróleo e, apesar de não estarem ligados diretamente ao Brasil, afetam o país de forma indireta. Afinal, o Brasil comprou e ainda compra grandes quantidades de petróleo e produtos da Nigéria, que é um de seus grandes parceiros em solo africano.

Desde a sua Independência, a Nigéria vive problemas oriundos da divisão imposta pelas potências no século XIX. O país foi artificialmente criado, ou seja, seu território foi delimitado sem o consenso das comunidades que viviam no território. Os maiores grupos étnicos da Nigéria eram os Hauçás e os Fulanis, que moravam ao norte do país e que mais tarde se tornariam um grupo único conhecido como Hauçá-Fulani. Já ao sul, dois grupos étnicos

<sup>26</sup> Ver mais em <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/nigeria-supera-africa-do-sul-como-maior-economia-africana>

<sup>27</sup> Apesar de dados de 2013, a Nigéria exporta grandes quantidades de petróleo desde a década de 1970 e importa produtos manufaturados e semimanufaturados.

dominavam, os Iorubás e os Ibos. Esses últimos tiveram mais acesso à educação, pois a colonização inglesa esteve mais presente ao sul do país. As guerras civis e os conflitos, de alguma forma, estiveram ligados à temática do petróleo, visto que o país é embuido pela dinâmica da relevância do recurso e, por isso, a economia nigeriana é movimentada (COSTA, 2013, p.24; SIOLLUN, 2009, p.14).

A ex-colônia inglesa tem lutado desde sua independência para manter a unidade, pois as etnias diferentes e conflitantes impulsionam questões separatistas. Estima-se que a guerra Biafra<sup>28</sup> ou Guerra Civil (1967-1970) deixou um milhão de mortos. Subsequentemente, insurgências de conflitos étnicos e religiosos espalharam morte e sofrimento. Apesar dos esforços da Nigéria para resolver tais problemas internos por meios do legislativo e do judiciário, as forças armadas interviram repetidamente nas políticas nacionais, monopolizando o poder de 1966 a 1970 e novamente de 1983 a 1999. O dinheiro oriundo do petróleo significa mais uma fonte de riqueza considerável para a elite militar e seus aliados do que investimentos para gerar benefícios para a minoria da população que ocupa as áreas de produção de petróleo no delta do Níger. Isso gerou uma onda de hostilidade antigoverno - o que se transformou, nos anos recentes, em um grupo insurgente armado liderado pelo Movimento para a Emancipação do Delta do Niger (Niger Delta), conhecido como o MEND (KLARE, 2008, p.154).

O setor agrícola foi diretamente influenciado pelos investimentos massivos no setor petrolífero e, por isso, a fome na Nigéria é fruto da exploração de recursos. Enquanto havia um decréscimo vertiginoso da relevância do setor agrícola para a economia nigeriana, o setor petrolífero crescia. Nesse sentido, apesar de durante a década de 1950 e 1969 a Nigéria ser um dos maiores exportadores de amendoim, cacau, algodão, borracha e outros, em 1970 há uma queda na produção e, com isso, a produção agrícola deixou de ser suficiente para alimentar a população nigeriana. Isso gerou o aumento das importações de alimentos, gerando uma crise de pobreza e desemprego, com migrações das regiões rurais para os grandes centros (OLUSI, OLAGUNJU, 2005, p. 159-160).

A geração de receitas de petróleo, com o declínio de outros setores econômicos, culminou em uma migração em massa para as cidades e altíssimos níveis de pobreza, especialmente na área rural. A infraestrutura básica e os serviços públicos também entraram em processo de erosão a partir de 1980.

As exportações que não envolvem petróleo colapsam na década de 1970, quando o investimento na agricultura diminui rapidamente e a participação do setor petrolífero no PIB

---

<sup>28</sup> Área disputada durante a Guerra Civil.

sai de 1%, em 1960, para mais de 25%, no final da década de 1970. O *boom* do petróleo durante as crises levou a Nigéria a negligenciar sua forte agricultura e um setor industrial emergente em favor da dependência do petróleo cru. Em 2000, as exportações de petróleo e gás somaram mais de 98% das exportações e em torno de 83% das receitas do governo (ODULARU, 2007, p. 12).

A Guerra Civil (1967-1970) terminou no período próximo à eclosão da crise do petróleo. Como a exportação do petróleo aumentou, o governo nigeriano passou a utilizar o petróleo como um instrumento de barganha e também como uma espécie de garantia aos empréstimos que o país acumulava devido ao plano desenvolvimentista do momento (SIOLLUN, 2009, p. 168).

A dependência no petróleo é extraordinária: os petro-dólares correspondem a 83% da renda governamental federal, a mais que 95% das receitas de exportação e equivalem a aproximadamente 40% do PIB (...). Mais que 70% da população vive com menos que um dólar por dia, 43% não tem acesso a saneamento básico nem a água limpa e a mortalidade infantil está entre as mais altas no mundo. (...) Os fundos entram para os cofres do estado, em grande parte, através da petrolífera nacional, a Nigerian National Oil Company (NNPC), criada em 1977 como veículo para a criação de sociedades com companhias petrolíferas estrangeiras. Recebe aproximadamente 57% do total do crude que, na sua maioria, depois exporta. As receitas das vendas de petróleo da NNPC são depositadas numa conta no banco central da Nigéria, o Central Bank of Nigeria (CBN), que é repartida pelos três níveis do governo de acordo com uma fórmula constitucional. (GARY; KARL, 2003, p.26).

A corrupção é um dos maiores problemas, pois se acredita que *“a exploração de petróleo rende anualmente bilhões de dólares para os cofres públicos, dos quais, cerca de 70% são desviados pelos seus dirigentes. O dinheiro do petróleo, que deveria financiar escolas, saúde, moradia, transformando a vida do povo nigeriano, jamais chegou à população”* (PEREIRA, 2008, p.62).

A instalação de empresas petrolíferas trazem problemas referentes à contaminação de regiões, que também ocorrem devido à tomada de espaços que antes eram utilizados para a pesca. Outro problema é que as grandes empresas presentes no país muitas vezes não empregam seus trabalhadores, não contribuindo com a geração de empregos para as populações locais.

Além disso, a Nigéria, mesmo sendo rica em petróleo, não possui capacidade de refino e, por conta disso, precisa importar o combustível que consome. Parece paradoxal, mas por esse motivo há problemas estruturais na Nigéria, visto que o país fica refém de produtos industrializados estrangeiros. Enfim, a Nigéria é um grande produtor de petróleo e começa a ser explorada a partir da década de 1960, se tornando um dos mercados preferenciais de muitos

países que começam a instalar refinarias e importar petróleo do continente africano, sendo o Brasil um desses compradores.

### **2.3.2 Brasil-Nigéria: o comércio e a energia de 1960 até 2002**

Desde a década de 1960, com a Independência da Nigéria, o governo brasileiro enxergou no país africano um importante parceiro comercial e diplomático. Em 1961, o Brasil recebe a primeira missão econômica e, em 1963, recebe a visita do ministro de Desenvolvimento Econômico da Nigéria. Aos poucos as relações entre os dois países vão se fortalecendo devido a uma política externa brasileira orientada para os países do Terceiro Mundo e à necessidade cada vez maior de novos parceiros que não os EUA.

Desde 1965, houve uma tendência crescente pelas importações brasileiras advindas da Nigéria, ao passo que o Brasil exportava seus produtos para o país africano (ATOYEBI, 2012, p.16; SANTANA, 2003d). Desse modo, a crise de 1973 impulsionou as relações comerciais entre o Brasil e a Nigéria, devido a crise mundial do petróleo, pois *“o fortalecimento de vínculos comerciais e maior aproximação com os países produtores de petróleo na África tornaram-se aspectos pertinentes do governo brasileiro no sustento de seu crescimento e sua industrialização”* (ATOYEBI, 2012, p. 17).

No entanto, como observamos na primeira seção, o início do governo militar no Brasil, devido às orientações de política externa nos primeiros mandatos, não representou um adensamento dessas relações. A partir da década de 1970, contudo, o cenário internacional enfrenta mudanças e nesse momento a Nigéria e outros países africanos, como Líbia e Angola, começaram a surgir no ideário brasileiro.

A Nigéria emergiu como uma alternativa para reduzir a dependência brasileira dos fornecimentos de recursos energéticos do Oriente Médio. Além disso, o mercado nigeriano tinha um cenário mais próspero para o Brasil e mais receptivo aos produtos brasileiros - no momento após a crise do petróleo na década de 1970, o Brasil conseguia trocar produtos industrializados brasileiros por petróleo nigeriano.

Entre 1974 e 1979, as exportações brasileiras para a África aumentaram em mais de sete vezes, passando de US\$88 milhões para US\$650 milhões. Já as importações aumentaram de US\$116 milhões para US\$463 milhões. A Nigéria, a partir de 1978 e até a crise da dívida externa dos anos oitenta, transformou-se no parceiro mais importante do Brasil no Terceiro Mundo (LIGIÉRO, 2011: p. 242). As importações brasileiras de petróleo nigeriano também

cresceram muito, passando de quase US\$ 21 milhões em 1972 para mais de US\$ 90 milhões em 1977 (LIGIÉRO, 2011).

Na década de 1970, a Nigéria vivenciava o fim da guerra civil. Nesse contexto, havia uma procura por ajuda técnica e financeira para alcançar o desenvolvimento do setor industrial e, por isso, o mercado nigeriano se tornou atrativo para a venda de produtos manufaturados. Os produtos brasileiros conseguiram alcançar o mercado nigeriano, promovendo uma balança comercial positiva para o Brasil a partir desta década. O petróleo movimentava as relações entre o Brasil e a Nigéria. Em 1979, o Vice-Presidente da Nigéria, Shehu Yar'Adua, e o Ministro da Energia, Justin Tseayo, visitaram o Brasil e discutiram questões referentes ao fornecimento do petróleo no Brasil (ITAMARATY, 2015; ATOYEBI, 2012, p.18; SANTANA, 2003d).

Durante a visita, o ministro de Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, contemplou a presença do ministro de Minas e Energia da Nigéria, entoando a boa relação comercial que o Brasil tinha com a Nigéria. Afirmou que era possível intercambiar conhecimentos e experiências entre os dois países nas mais diversas áreas “*como as da formação de mão-de-obra especializada, agricultura, pecuária, petróleo, aviação civil, engenharia ferroviária e indústria têxtil*”. (MRE, 1979).

Segundo Nwachuku e Uzoigew (2004, p.193), o Brasil foi o primeiro parceiro da Nigéria a realizar o chamado *countertrade*<sup>29</sup>. Desse modo, o Brasil extraiu 40 mil barris de óleo cru por dia da Nigéria durante 12 meses. O valor do óleo cru foi avaliado em US\$500 milhões, e, em retorno, o Brasil deveria enviar produtos manufaturados e produtos de automóveis para suprir esse valor em uma troca equivalente.

Diante disso, o Brasil conseguiu alcançar o mercado nigeriano enviando produtos manufaturados ou semifaturados em uma relação de trocas Norte-Sul na qual a Nigéria enviava somente produtos básicos para o Brasil. Por um lado, isso estimulava o desenvolvimento brasileiro, mas, por outro, a Nigéria se tornava cada vez mais dependente de produtos industrializados advindos de variadas regiões do planeta.

Também utilizando o *countertrade*, a Petrobras efetuava compras de petróleo junto à estatal Nigerian National Petroleum Company (NNPC), que recebia em troca o equivalente em serviços, tecnologia e bens de capital, comercializados por meio da Cotia Trading e destinados, em grande parte, à construção de barragens, hidrelétricas, estradas de rodagem, ferrovias, dentre outros fins (SANTANA, 2003b, p.169).

---

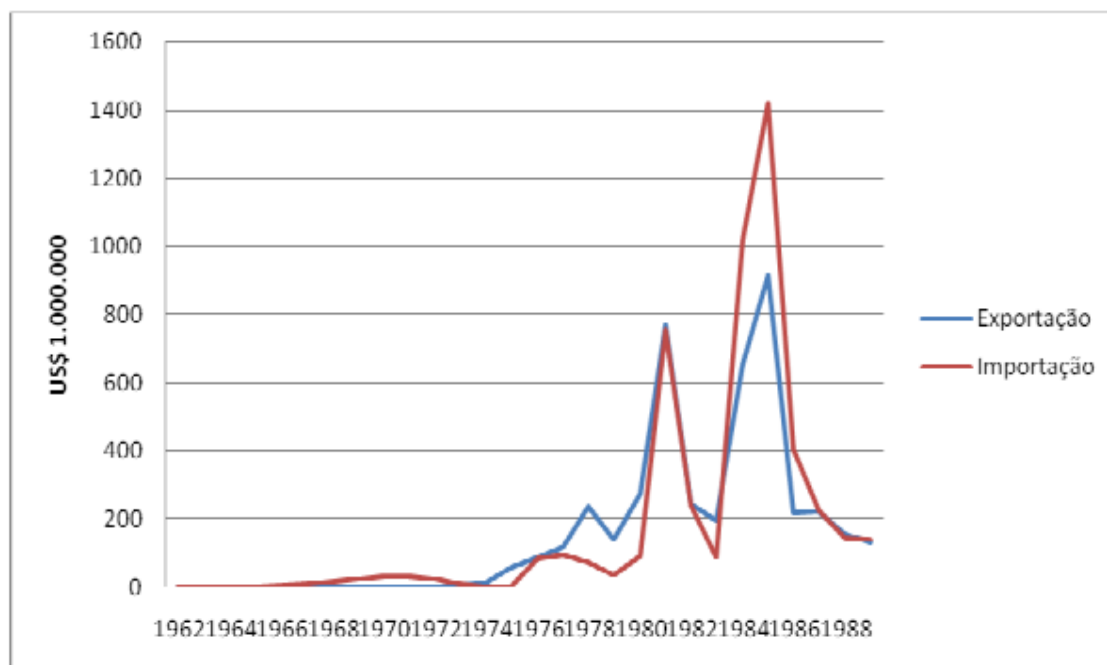
<sup>29</sup> O *countertrade* funcionava como uma espécie de escambo: era dado um x valor de um produto de um país para outro, mas, em compensação, o país receptor dos produtos deveria enviar outro produto de igual valor.



Segundo dados de Atoyebi (2012) o comércio entre o Brasil e a Nigéria era movimentado pelo petróleo. Nesse sentido, o recurso era fundamental para compreender as relações comerciais entre os dois países:

...no VI Encontro Nacional dos Exportadores em abril de 1982, Roberto Fonseca, diretor da Cotia Trading, declarou que “se a Petrobras não pretende importar nada, essa missão é inócua”. Isto mostra a importância das importações de petróleo no intercâmbio Brasil-Nigéria não somente para o Brasil, que mesmo com o preço muito alto sabia que não podia fazer negócios com a Nigéria sem a compra desse produto, mas, também, para a Nigéria, que exigia a troca desse produto para financiar os seus projetos de investimentos, orçamentos e gastos públicos. Além disso, revela-se também a importância do sistema de “*Countertrade*” para o sucesso desse intercâmbio. É importante apontar que, a partir de 1981, o petróleo tornou-se o principal produto das exportações e importações brasileiras. Assim, o país importava óleo bruto da Nigéria e lhe exportava gasolina refinada (ATOYEBI, 2012, p. 17).

Os anos entre 1980 e 1981 e 1983 e 1986, foram os dois grandes momentos de relações comerciais do século XX que ocorreram devido ao sistema de trocas chamado de *countertrade*, como foi anteriormente mencionado. Em 1986, contudo, há uma queda das trocas comerciais, pois o sistema de *countertrade* é cancelado. Inclusive, na década de 1990, há uma diminuição da importância da África para o Brasil.



**Gráfico 5: Intercâmbio Brasil-Nigéria (1974-1988) (US\$ 1.000.000)**

Fonte: MACHADO, 2013.

Quando analisamos o período que compreende a década de 1970 até 1986, percebemos um aumento vertiginoso nas importações do Brasil de combustíveis e derivados. Pode-se observar que é concomitante a questão da energia da África às necessidades brasileiras, e também de acordo com as perspectivas de desenvolvimento brasileiro. Há um incremento das importações advindas da África, mas a queda em 1986 pode ser explicada pela dívida externa brasileira, que atinge os US\$ 105 bilhões em 1985 e cuja renegociação faz com que a economia perca liquidez, reduzindo a capacidade de sustentação do Brasil para sua política comercial em direção ao mercado africano. Essa diminuição permanece e vive um novo declínio na década de 1990 (SANTANA, 2003c, p.17).

Nota-se que em 1974 foi assinada uma Declaração Conjunta Brasil-Nigéria durante a visita do Ministro para Assuntos Exteriores da Nigéria, Okoi Airkpo, no Brasil. No encontro ministerial, foram tratados assuntos bilaterais específicos e temas de interesses comuns. Os países acordaram em expandir o comércio no setor petrolífero, ampliando contratos entre a Petrobras e a Nigerian National Oil Company<sup>30</sup>.

Em 1979, durante a visita do vice-presidente da Nigéria, foram assinados cinco acordos importantes para as relações bilaterais entre Brasil e Nigéria. Foram eles: Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio<sup>31</sup>; Acordo sobre Criação de uma Comissão Mista de Coordenação<sup>32</sup>; Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica<sup>33</sup>; Acordo Brasil-Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus respectivos territórios e além<sup>34</sup>; e Acordo, por Troca de Notas, sobre Rádio e Televisão<sup>35</sup> (SCI, 2015). Ainda assim, declarações Conjuntas de 1983 e 1988 demonstram a vontade de ambos os governos de estreitarem relações no que tange à ciência e tecnologia, comércio, telecomunicações, petróleo, mineração, transporte e agricultura (SCI, 2015).

O acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica previa promover a cooperação entre os dois países com o apoio mútuo de cada um para fomentar o desenvolvimento econômico de cada país. Estimava-se a cooperação nas mais diversas áreas, desde organização de empreendimentos industriais conjuntos, fornecimento de serviços de consultoria, organização de exposições, intercâmbio científico e comércio de petróleo até a expansão de facilidades para levantamentos, estudos geológicos, pesquisa e execução de

---

<sup>30</sup> Ver em [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1974/b\\_2/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1974/b_2/)

<sup>31</sup> Ver em [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b\\_6](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_6)

<sup>32</sup> Ver em [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b\\_5](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_5)

<sup>33</sup> Ver em [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b\\_4](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_4)

<sup>34</sup> Ver em [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b\\_3/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_3/at_download/arquivo)

<sup>35</sup> Ver em [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b\\_2/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_2/at_download/arquivo)

projetos pilotos. Nota-se que, nos acordos assinados em 1979, há uma estrita relação entre acordos comerciais e acordos de cooperação técnica Sul-Sul (ATOYEBI, 2012, p. 27).

Tais acordos renunciaram a expansão do comércio e das relações bilaterais e comerciais entre os dois países. Os principais produtos da pauta de exportações brasileiras para a Nigéria são manufaturados e semimanufaturados, enquanto da Nigéria, nesse primeiro período, são a gasolina, os combustíveis e o açúcar de cana em bruto.

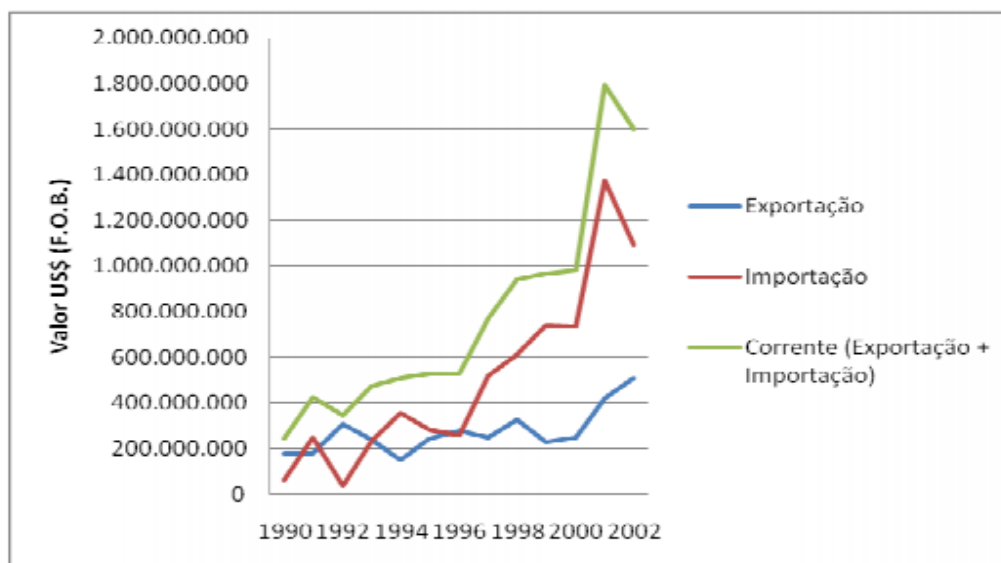
Diante dessa explanação, é possível observar que as relações próximas entre Brasil e Nigéria tem início na década de 1960 e são estimuladas pela conjuntura internacional do século XX. Desde a década de 1960, o Brasil estabeleceu relações com a Nigéria e começou a importar o petróleo e derivados da região; na ditadura militar, na década de 1970, após os choques do petróleo, essas relações se intensificaram.

Assim, tendo como base o petróleo, esse sistema foi o principal responsável por um certo deslocamento das compras brasileiras desse produto do Oriente Médio e da América Latina para a África, constituindo instrumento estratégico e fato explicativo para o crescimento avultado do comércio brasileiro com um seletivo grupo de países africanos, a exemplo da Nigéria, que na década de 1980 se tornou o maior parceiro comercial do Brasil na África, ensejando inclusive a criação, em São Paulo, da Câmara de Comércio Brasil-Nigéria, em setembro de 1983, e da Câmara de Comércio Nigéria-Brasil, em novembro de 84, em Lagos, Nigéria. (SANTANA, 2003b, p.169)

A década de 1990 não promoveu as relações entre o Brasil e a Nigéria, e, apesar das trocas comerciais continuarem, a busca pelo alinhamento com os EUA acabou tornando as relações do Brasil com a Nigéria cada vez mais marginais. Apesar disso, é a partir de 1997 que a Petrobras começa a atuar na Nigéria, quando consegue comprar blocos para exploração e produção.

O ingresso da Petrobras se deu em 1998 através da exploração e produção do bloco OPL 216 a partir de associações com empresas estrangeiras, em parceria com a Chevron-Texaco e a nativa nigeriana Famfa Oil. Nesse bloco, o esforço resultou na descoberta de Agbami, cujas reservas podem chegar a 1 bilhão de barris de petróleo leve e de excelentes características para refino. Outro bloco que também tem a participação da Petrobras é o Bloco OPL 246, em parceria com a TotalFinaElf e com a nativa nigeriana Sapetro. Em tal bloco, também já se registrou a descoberta de um campo, o denominado Akpo, cujo petróleo é do tipo leve. No Bloco OPL 246, a Petrobras participa com 16%, mas é responsável por 40% dos investimentos. Os ativos foram ampliados em 2001 e a Petrobras também conquistou participações nos blocos OPL 250 e OPL 324, sendo o primeiro em parceria com Chevron-Texaco, operador, e com a

Shell, e o segundo, com 75% dos direitos, em parceria com a nativa Horizon Oil (FIGUEIRA, 2002).



**Gráfico 6 – Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria (1990-2002) (US\$ F.O.B.)**

Fonte: MACHADO, 2013.

### 2.3.3 Angola e a energia no século XX

A Angola é um dos maiores países da África e é potencialmente um dos territórios mais ricos do continente, com reservas de petróleo, diamante, madeira, terras aráveis e minerais estratégicos. Além disso, a Angola é um dos países mais promissores quando pensamos em termos energéticos, tendo em vista as recentes descobertas do pré-sal em território angolano. Também há de se considerar que a Angola, assim como a Nigéria, é um dos membros da OPEP.

Em 1910, começou a atividade de prospecção de hidrocarbonetos na Angola, mas somente nas décadas de 1960-1970 foram realizadas as descobertas de hidrocarbonetos no *onshore* de Cuanza e no *offshore* de Cabinda. Em 1955, ocorreu a primeira descoberta comercial do petróleo na Angola e, em 1962, ocorreu a primeira descoberta *offshore* em Cabinda pela Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC)<sup>36</sup>.

Assim como no caso da Nigéria, a Angola vivenciou uma guerra civil na década de 1970 que tinha como um dos pontos o petróleo. Em 1974, movimentos de libertação começaram a emergir na Angola. Os movimentos visavam a uma transição do novo poder constituinte de Portugal para a criação de um Estado soberano. Os três principais movimentos de libertação

<sup>36</sup> A CABGOC foi comprada pela Crevron em 1984.

foram: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

A partir de 1975, com a declaração da Independência na Angola, iniciou-se uma luta pelo poder, na qual os três movimentos de libertação entraram em conflito na busca pelo controle do Estado angolano. Além disso, lutaram para controlar territórios onde se encontravam as principais riquezas minerais e petrolíferas e buscaram a capital Luanda. A disputa na Angola foi permeada pelo contexto da Guerra Fria, pois a UNITA era apoiada política e militarmente pelos EUA e a MPLA era apoiada pela URSS, enquanto a FNLA era apoiada pela China.

A MPLA dominava Luanda e teve apoio de tropas da URSS. Assim, o conflito continuou em um cenário no qual ocorriam lutas principalmente da UNITA e da FNLA contra a MPLA. Na década de 1980, a guerra civil continuou a provocar milhares de mortos e refugiados e a destruir o país. Com a queda do muro de Berlim em 1989, o MPLA começou a perder poder internacional e influência econômica. A partir desse momento, foram feitas conversações entre o governo angolano e a UNITA. É importante mencionar que o MPLA financiava as suas atividades de compra de armamentos através da venda de petróleo aos soviéticos, enquanto a UNITA financiava sua posição através do dinheiro dos diamantes no território de seu controle.

Em 1991, com mediação de Portugal, EUA, URSS e da ONU, celebraram-se acordos, terminando com a guerra civil. Em 1992, são realizadas votações e o candidato do MPLA vence. No entanto, a vitória do candidato do MPLA não é legitimada pelo UNITA, e reinicia-se o conflito armado. Angola viveu uma década de idas e vindas com embargos às transferências de armas e petróleo da UNITA e celebração de acordos<sup>37</sup>. O Ocidente apoiava o MPLA e com isso, em 1998, Angola vivenciou novamente um período de guerra que terminou em 2002, com a morte do líder da UNITA, o movimento perde força e são realizadas novas eleições. Segundo Oliveira (2007, p.105), “*durante a Guerra Civil, os principais alvos militares da UNITA eram a infra-estrutura petrolífera, objetivando afetar o governo do MPLA que obtinha cerca de 90% de seus rendimentos do setor*”.

Desse modo, a história angolana a partir de sua Independência é permeada pela dinâmica do petróleo. Por isso, em 1975, foi criada a companhia estatal Sonangol, que se mantém até hoje. Em 1976, a produção total de petróleo chegou a 100.000 bbl/d e era proveniente de três

---

<sup>37</sup> O Protocolo de Lusaka foi um exemplo.

áreas na Angola: Offshore de Cabinda, Onshore de Kwanza e Onshore de Congo (SONANGOL, 2005). Nota-se que a transição turbulenta da independência angolana implicou o encerramento de alguns campos explorados e as possibilidades de expansão e exploração estavam limitadas pela guerra civil que durou até 2002 (ANGONOTÍCIAS, 2010).

Como na Nigéria, a dependência no petróleo em Angola é legendária – entre 1995 e 2001, as receitas de impostos do petróleo correspondiam de 70 a 90% das receitas estatais e a mais de 60% do PIB. Mais de 97% do petróleo de Angola é explorado ‘offshore’, havendo assim pouca interação entre as companhias e as comunidades locais. (GARY; KARL, 2003, p.31-33)

A produção de petróleo na Angola é feita principalmente por empresas multinacionais estrangeiras que conseguem concessões da Sonangol para explorar e produzir em determinadas áreas e blocos. Segundo Oliveira (2007), todas as grandes empresas petrolíferas multinacionais mundiais possuem investimentos na Angola, como seria o caso, por exemplo, da Chevron Texaco, da ExxonMobil e da Petrobras. Para tanto, na década de 1990 a Petrobras reduziu muito sua participação relativa no país, principalmente pela entrada maciça de grandes corporações dos EUA, mas tem investido de forma mais incisiva desde 2005 no país africano.

Nota-se também que a Angola sofre problemas semelhantes aos da Nigéria, com uma agricultura fragilizada devido aos investimentos dominantes em petróleo. Os setores da economia angolana sofrem, trazendo à tona a questão, novamente, dos problemas que os recursos naturais podem representar para o país. Além do petróleo, recursos minerais como diamantes também geram problemas para o desenvolvimento angolano.

Afinal, antes da década de 1950, quando foram descobertos poços de petróleo na região, a Angola era um país que dependia de sua agricultura. Referente a isso, temos que, no século XXI, o comércio angolano depende 80% desse recurso. Na década de 1970, 15% das exportações angolanas eram de petróleo, enquanto que, em 1980, o petróleo já ocupava 79% dos produtos exportados da Angola. Desse modo, observa-se um problema semelhante ao que a Nigéria enfrentou ao longo do século XXI: o investimento no setor petrolífero e a dependência do mesmo em relação ao crescimento econômico do país.

### **2.3.4 Brasil-Angola: o comércio e a energia até 2002**

Durante a colonização portuguesa, as relações entre Brasil e Angola eram muito próximas devido às constantes trocas comerciais; na metade do século XVII, essas relações diplomáticas atingiram o ápice. Pode-se pensar que a dependência angolana em relação ao Brasil começou de fato entre 1641-1648 graças ao decisivo papel desempenhado pelo Brasil na

restauração do poder português em Luanda. Nesse momento, Portugal reconquistava a Angola da posse dos holandeses com uma expedição que partiu do Rio de Janeiro. A missão incluía brasileiros e portugueses, e tinha como objetivo, além da reconquista do território, o fortalecimento dos laços entre o Brasil e as regiões africanas sob domínio de Portugal (PANTOJA, 2003, p. 203; IPEA, 2011, p. 31).

A Angola passa a depender cada vez mais do Brasil no período do século XVII até o início do século XIX. Com o passar dos anos, esse vínculo aumenta e passa a não precisar da intermediação de Portugal no comércio que partia de Cabinda para o Rio de Janeiro. Além disso, os traficantes com bases comerciais em Portugal foram gradativamente perdendo espaço para traficantes no Brasil, até porque era o verdadeiro destino de grande parte dos escravos africanos. No século XVIII, o comércio para Benguela e Luanda já era feito diretamente do Brasil, sem a intermediação exclusiva de comerciantes portugueses (DIAS, 1991, p. 130). As relações eram tão intensas que a Angola se tornou um “apêndice” do Brasil no continente africano no século XVIII. O controle de todo o comércio e navegação entre os dois lados do Atlântico sai das mãos de Portugal e passa para o Brasil, pois, em todos os setores, a administração portuguesa dependia do Brasil para manter seu domínio sobre a Angola (PANTOJA, 2003, p. 199). Todavia, com a Independência brasileira em 1822, a Angola e outras colônias lusitanas, como Moçambique, começaram a se distanciar cada vez mais da política externa brasileira<sup>38</sup>.

A Angola viveu sob o controle de Portugal e só se tornou independente em 1975, sendo o Brasil o primeiro país a reconhecer sua independência e o governo do Movimento Popular pela Independência de Angola (MPLA)<sup>39</sup>. Como mencionado anteriormente, nesse período o Brasil vivenciava uma reaproximação com o continente africano, tendo em vista a busca pelo Brasil em se projetar no cenário internacional e na diversificação de parcerias. A Angola, assim como Moçambique, não foi um dos países visitados pelo Ministro Gibson Barbosa na missão diplomática de 1972, visto que não era objetivo do governo brasileiro criar empecilhos e

---

<sup>38</sup> O fim do tráfico transatlântico e, por conseguinte, a necessidade do afastamento do Brasil para com as colônias lusitanas fez com que os laços fossem obstruídos e que o fluxo que perdurou por séculos perdesse força diante das imposições inglesas e portuguesas. O preço da Independência do Brasil foi o fim da escravidão e a ruptura gradativa de laços com a África. Dom Pedro I estava diante da difícil encruzilhada de aceitar a proposta do reconhecimento por parte da Inglaterra e de Portugal - de enfrentar revoltas e intempéries oriundas de levantes de possíveis fazendeiros e proprietários de terra - ou então, adentrar num futuro incerto no qual poderia haver uma possível reconquista de Portugal. O Imperador do Brasil optou por assinar acordos com Portugal, em 1825, e com a Inglaterra, em 1826. Apesar de existir limites para o tráfico, escravos africanos continuaram desembarcando no Brasil. O fim do tráfico só viria mesmo na metade do século XIX com a lei Bill Aberdeen (BETHEL, 2012; PANTOJA, 2003).

<sup>39</sup> O Movimento foi fundado em 1956 por intelectuais urbanos. Tinha como objetivo a independência da Angola e fazia protestos contra o domínio português.

problemas na relação do Brasil com Portugal. Mas, com a queda de Marcelo Caetano em Portugal em 1974 e com a Independência angolana em 1975, houve uma reaproximação gradativa do Brasil com a Angola.

O reconhecimento da independência de Angola fortaleceu a imagem do Brasil no sistema internacional, particularmente entre os países do Terceiro Mundo, dando maior receptividade às propostas mercantis brasileiras. A dimensão Sul da cooperação internacional do Brasil teve um gradativo crescimento a partir da resolução do caso angolano, com a expansão do comércio com os países árabes. Do lado angolano, o presidente Agostinho Neto mostrou vivo interesse em receber toda cooperação econômica brasileira possível, incluindo a presença da Petrobras na exploração do petróleo angolano. (...) Procurava o Brasil desenvolver certos níveis de autonomia nas relações internacionais, e para tal eram necessários sinais diplomáticos desse esforço. A questão angolana garantiu grande visibilidade à diplomacia brasileira e resultou numa relação privilegiada entre o Brasil e Angola, parceria que permanece nos dias atuais, com o petróleo sendo o elemento vetor desse comércio. (SANTANA, 2003b, p.159)

Em abril de 1976, o Ministério de Relações Exteriores organizou a primeira missão comercial brasileira para a Angola, comandada pelo Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima e integrada pelo Vice-presidente da Petrobras Comércio Internacional S/A, e pelo subgerente de Operações Financeiras da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A (RIZZI, 2005).

Um dos resultados dessa missão foi a criação de uma linha de crédito brasileiro para a Angola, no valor de US\$50 milhões, além do estabelecimento das negociações para a futura parceria Petrobras-Sonangol (...) Em julho de 1977, foi celebrado o Convênio MRE-SEPLAN, relativo ao programa de Cooperação Técnica Brasil-África, o qual abrangia Angola. (RIZZI, 2005, p.39)

Durante o governo de Figueiredo (1979-1985), foi criada a Comissão Mista Brasil-Angola e houve a assinatura de alguns acordos, tais como: Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica<sup>40</sup>; Acordo de Cooperação Cultural e Científica<sup>41</sup>; e Acordo de Transporte Aéreo<sup>42</sup> (SCI, 2015). Desde o governo Geisel, o Brasil vivia um momento de expansão e proteção através de uma busca por parceiros do Terceiro Mundo e da presença brasileira em organismos multilaterais como o G-77, o Pacto Amazônico e o Grupo de Cartagena (RIZZI, 2005, p.40).

---

<sup>40</sup> Ver em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1980/b\\_51](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1980/b_51)

<sup>41</sup> Ver em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1980/b\\_52](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1980/b_52)

<sup>42</sup> Ver em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1983/b\\_73](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1983/b_73)



Em 1979, há o acordo entre a Sonangol e a Petrobras/Braspetro, no qual a empresa brasileira direcionou, em um primeiro momento, sua atenção para o Bloco de Prospeção nº2, detendo 17,5% da participação inicial e estabelecendo parcerias com a Sonangol, a Chevron-Texaco e a TotalFinaElf. Posteriormente, em 1984 e 1987, a Braspetro realizou investimentos no Bloco 4 e no Bloco 34. O petróleo nesse período passou a ser a base comercial da balança entre Brasil e Angola, assim como no caso da Nigéria (RIZZI, 2005, p.40: BUAMBUA, 1996; FIGUEIRA, 2002).

Em 2002, a Petrobras Internacional surge e mostra resultados na Angola: a produção acumulada do Bloco 2 em dezembro de 2001 foi de 352 milhões de barris de petróleo, sendo 100% da capacidade daquele bloco. Em 2002, porém, com a perfuração do primeiro poço, as expectativas e aspirações da companhia foram desafiadas e a possibilidade de reais ganhos com a atuação na Angola foi posta em dúvida. .

A Petrobras participou de projetos de natureza social e cultural na Angola. Contribuiu para a formação e o aperfeiçoamento de quadros técnicos e gerenciais em níveis variados e especialidades da indústria do petróleo com o programa PROQUADROS em colaboração com a Universidade Agostinho Neto. Ministrou, assim, cursos e estágios em geologia, geofísica, engenharia de petróleo e outras disciplinas afins, tendo formado 100 profissionais nos quatro anos de duração do programa. Ainda assim, em contato com a Sonangol, a Petrobras realizou workshops e visitas técnico-gerenciais em diversos níveis da estrutura organizacional da empresa (FIGUEIRA, 2002, p. 276).

Durante a década de 1980, assim como foi o caso das relações Brasil-Nigéria, houve um ponto alto de intercâmbio comercial. No ano de 1980, a participação das exportações brasileiras para a Angola era de aproximadamente 9% e as importações representavam 9,8%, enquanto que, em 1987, a participação das exportações angolanas subiu para 19,5% e as importações para 18,7%. (MDIC, 2015).

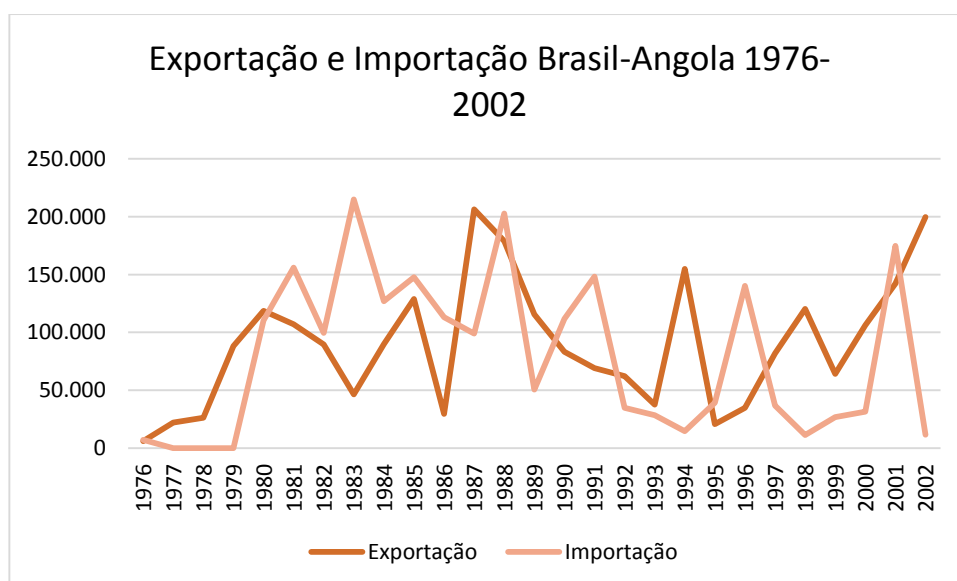
Em 1992, foi realizada a V Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola. É interessante observarmos a Ata Final desse evento, pois nela é colocada em voga a questão do petróleo angolano e a possibilidade da expansão da Petrobras no mercado petrolífero da Angola.

Apesar dos obstáculos, a cooperação com as nações africanas está irreversivelmente consolidada. Entre 1970 e 1985, o volume do intercâmbio comercial havia passado de 130 milhões de dólares para mais de 3 bilhões e 400 milhões de dólares. Superou o volume de comércio com a própria América do Sul, que, em 1985, alcançou 3 bilhões e 270 milhões de dólares. Diversas empresas brasileiras instalaram-se na África, ao mesmo tempo em que foram criadas linhas aéreas e de navegação regulares para o continente vizinho. (...) Abrange hoje iniciativas nos campos da administração

pública, da energia, da geologia, dos transportes e comunicações, da cooperação militar e da infra-estrutura. (...) É com grata satisfação que registro, dentre os temas da Comissão Mista, o interesse de firmar Protocolos de Intenção nos campos da Energia e Águas e de Geologia e Minas, assim como o de ampliar a presença e a atuação da Petrobras nas atividades do setor petrolífero angolano. (LAFER, 1992, p.14)

Nessa mesma reunião, foram assinados os Protocolos de Intenção nos domínios de Energia e Águas e de Geologia e Minas. No segundo protocolo, entre outros assuntos, as delegações do Brasil e da Angola abordaram os pontos sobre o contrato de fornecimento de petróleo, onde “*as delegações do Brasil e Angola manifestaram interesse em aprofundar as relações entre a Petrobras/Braspetro e a Sonangol, tendo em vista que este relacionamento e sustentáculo das relações comerciais entre os dois países.*” (ATA, 1992, p.17). Na própria Ata da Comissão de 1992, podemos observar como as relações energéticas influenciavam as trocas comerciais. Desse modo, assim como no caso da Nigéria, as relações do Brasil com o país africano estão ligadas diretamente às questões econômicas, e, especialmente, à temática do petróleo.

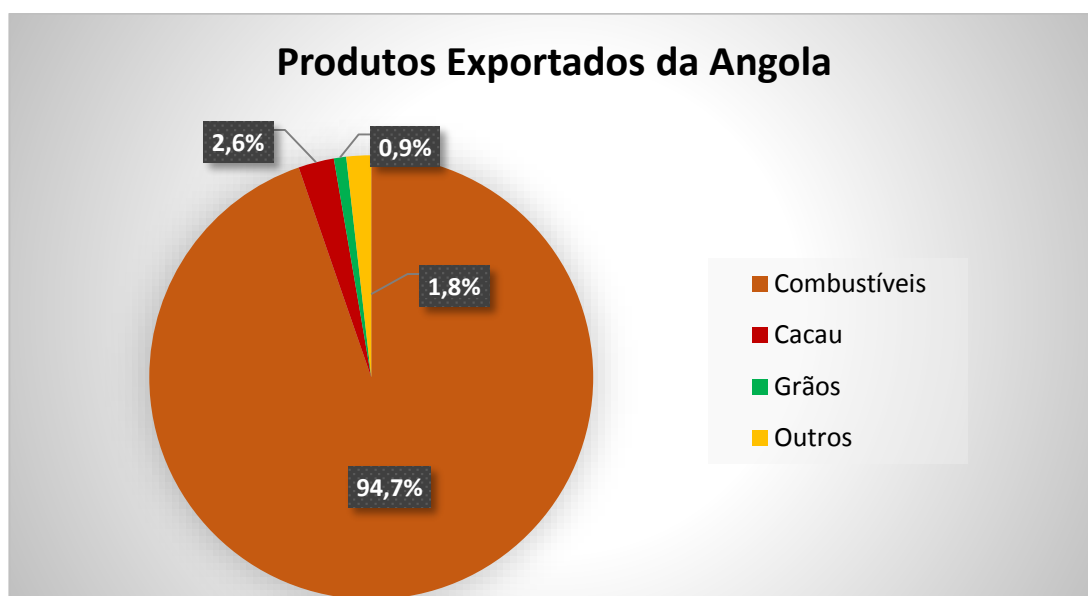
Ainda nesse período, houve um incremento da relação com acordos direcionados à formação educacional. Além disso, um fator interessante que precisa ser comentado é relativo às questões econômicas, visto que, nesse período da década de 1990, há um decréscimo das relações no que tange à balança econômica entre o Brasil e a Angola, o que em 1996 acarretou uma visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao país.



**Gráfico 7: Exportação e Importação Brasil-Angola (1976-2002)**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Alice WEB.

Observa-se que existe uma inconstância nas relações comerciais entre os dois países: a Angola exportava, em 1981, por exemplo, somente petróleo para o Brasil, enquanto importava do mesmo toda sorte de produtos, desde agrícolas até manufaturados. Nota-se também que, a partir de 1979, aumenta a importação brasileira da Angola e, na década de 1990, temos mais períodos com menos importações brasileiras advindas da Angola do que nas décadas de 1970 e 1980, nas quais os números, apesar de oscilantes, eram altos. Em 2002, é possível enxergar uma queda das importações brasileiras da Angola. Tal acontecimento ocorre principalmente em virtude da priorização da região sul-americana, no sentido da compra da Petrobras da petroleira Perez Compac da Argentina.



**Gráfico 8: Principais Produtos Exportados da Angola para outras regiões no ano de 2013**

Fonte: MRE, DPR, DIC (2015b).

## 2.4 Síntese

A África se tornou alvo de cobiça pelas grandes potências desde o século XV, com a necessidade de busca de mercados orientados pelo próprio capitalismo. No século XX, o continente africano é alvo de uma disputa por recursos e regiões estratégicas por parte dos países europeus. Além disso, há um processo de descolonização que abre o mercado africano para a influência de outros países, tais como EUA, China e Brasil.

O petróleo e o gás natural estão ligados diretamente à segurança nacional, tendo em vista que são recursos estratégicos para o país. Nesse sentido, não são considerados meras mercadorias, pois implicam uma gama de questões relacionadas a articulações de interesses

tanto de Estados, no que tange à demanda doméstica, como de empresas, que obtêm grandes lucros através da produção, do refino, da distribuição e da venda (FUSER, 2013, p. 9). Tal interdependência entre países exportadores e importadores de recursos energéticos, assim, gera a necessidade de estabelecer relações e acordos. A estratégia de diversificação de parceiros está diretamente ligada com a ideia brasileira de segurança energética que advém desde o começo da industrialização nacional. Por esse motivo, o Brasil necessitava de mais petróleo e estava mais vulnerável à questão externa.

Segundo Ribeiro (2007, p. 215), as empresas brasileiras consideram que a política externa brasileira serviu como porta de entrada para a presença de empresas brasileiras em solo africano e para que o comércio entre os países se configurasse como um dos mais importantes desde a década de 1970.

Observa-se que as relações Brasil-Nigéria e Brasil-Angola foram estreitadas em virtude da crise do petróleo e da política externa, principalmente, na década de 1970. Todavia, nota-se também que há um maior envolvimento brasileiro nas trocas comerciais, principalmente com a Nigéria. Assim como o Brasil buscava mercados na África e a diversificação de parceiros, o continente africano buscava maior autonomia e a melhora da sua posição perante as ex-metrópoles coloniais, intensificando a procura por novos investidores do Sul (SANTANA, 2003d).

No século XXI, como veremos na seção a seguir, a África emergirá novamente como um espaço de acumulação devido a uma combinação de fatores. Ressurgirá, assim, como um continente rico em matérias-primas e minerais, uma região pouco explorada que poderá suprir as crescentes demandas mundiais de alimentos e outros produtos materiais. Além disso, no século XXI, o cenário energético brasileiro se modificará e cabe, nesse momento, analisarmos as relações do Brasil com os dois países no que concerne à temática do petróleo e do consumo. Desse modo, o século XXI trará mudanças tanto para o continente africano como para o Brasil.

### **3 - O continente africano, o petróleo e a Petrobras na política externa do governo Lula e Dilma**

No capítulo anterior, buscamos entender a reaproximação do Brasil com o continente africano, observando como o petróleo é fundamental para analisarmos as relações Brasil-Nigéria e Brasil-Angola no século XX. Neste capítulo, investigaremos o período recente da política externa brasileira, abrangendo os governos Lula (2003-2010) e o primeiro mandato do governo Dilma (2010-2014).

No século XXI, esses governos intensificaram as relações entre Brasil e África, elegendo o continente africano como um dos principais temas da política externa brasileira. Estrategicamente, ambos se envolveram em um projeto de integração sul-americana que estimulou uma autonomia no cenário internacional, apoiada pela estratégia de consolidação de um bloco regional forte e de aproximação com países emergentes e parceiros da periferia, tanto da Ásia como da África (SARTI, 2011; GARCIA, 2010).

Concomitantemente, o Brasil vislumbrou na África oportunidades de mercado e de crescimento na cena internacional devido ao lugar privilegiado do continente africano<sup>43</sup> no tabuleiro mundial. É importante notar que no século XXI alguns países africanos começam a avançar em um processo de democratização de regimes políticos e, para tanto, os conflitos armados e as disputas territoriais passaram a ser controlados<sup>44</sup>. A África torna-se um novo espaço de acumulação primitiva e os interesses das grandes potências estão voltados para a exploração de seus recursos naturais. É atraente pelos mesmos motivos do passado: uma

---

<sup>43</sup> Depois da virada do século, a economia africana ressurgiu em um ciclo de expansão da economia. Na década de 1990, o crescimento médio da economia no continente africano era de 2,4% e estimou-se que o crescimento médio do continente africano chegará em 5%-6% em 2015 (AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2014). O aumento dos investimentos diretos chineses, o crescimento da Índia e sua intensificação de relações com o continente africano, a presença da Rússia na Líbia e a intensificação de forças militares tanto norte-americanas como da União Europeia demonstram como o continente africano é um espaço de competição entre as grandes potências. Afinal, os “Chineses e indianos fazem seu ‘desembarque econômico’, em busca de matérias-primas e oportunidades para investir. Mas EUA e União Europeia não abrem mão de suas posições econômicas e militares” (FIORI, 2008).

<sup>44</sup> Com isso surgem algumas organizações, tais como: Nova Aliança para o Desenvolvimento da África (NEPAD); Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e União Africana (UA). Vinculada a essa estruturação do continente africano, em 2001, foi lançada a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), com o objetivo das lideranças africanas alcançarem um lugar mais ativo, menos subsidiário na globalização assimétrica atual.

abundância de matérias-primas vitais contidas em um continente profundamente dividido e fraco politicamente, aberto à exploração internacional<sup>45</sup>.

No discurso de posse do ex-presidente Lula, em 2003, é possível observar o destaque que a África volta a exercer na política externa brasileira, em contraste com certo ostracismo a que foram relegadas as relações com o continente africano desde a preferência pelo alinhamento com os EUA, expressa na política externa na década de 1990. Já em seu primeiro discurso como governante, o ex-presidente Lula reafirmou a existência de laços profundos que unem o Brasil a todo o continente africano e manifestou a disposição de o governo brasileiro contribuir ativamente para desenvolver as potencialidades da África (LULA, 2003).

Como as relações do Brasil com o continente africano se intensificaram, com a eleição de Dilma Rousseff temeu-se a possível retração da política externa do governo Lula. Todavia, a presidente também assegura em seu discurso de posse a continuidade do aprofundamento de relações diplomáticas, políticas e econômicas tanto com os vizinhos sul-americanos como com os “irmãos africanos” (DILMA, 2011), o que indicaria a continuidade de relações que foram estabelecidas durante o governo Lula.

Além disso, o tema da energia ganhou destaque nos anos do governo Lula devido ao aumento do debate sobre a possível escassez do petróleo e à necessidade do Brasil continuar se desenvolvendo e crescendo economicamente diante de um cenário mundial próspero e receptivo a isso, como mencionaremos mais adiante. Nesse período, duas questões energéticas emergem no cenário brasileiro: a primeira é a ideia da “Revolução Energética dos Biocombustíveis” e a segunda é concernente às descobertas de grandes quantidades de reservas de petróleo no litoral brasileiro. A primeira está alicerçada na ideia de segurança energética e na cooperação Sul-Sul, enquanto o petróleo coloca o Brasil em posição de destaque no cenário internacional.

Quando há necessidade de se posicionar como líder dos países em desenvolvimento, a solução para o problema da fome e da migração, o aquecimento global e a segurança energética, o etanol é a alternativa viável aos interesses do Brasil. Do mesmo modo, quando é necessário mostrar-se como uma força diante dos países desenvolvidos e barganhar posições nas negociações globais, a força do pré-sal ante a necessidade mundial de petróleo torna-se a estratégia brasileira (MEDEIROS, 2010: p. 95).

A relevância energética pode ser observada até mesmo dentro do Itamaraty, onde em 2006 foi criado o Departamento de Energia, que buscou consolidar a integração energética na

---

<sup>45</sup> No século XXI, é estimado que o continente africano seja fonte de: 66% de diamantes do mundo, 58% do ouro, 12% de petróleo, 80 a 90% das reservas de cromo e platina, 60% das terras aráveis, vastos recursos de madeiras, recursos naturais e minerais estratégicos.

América do Sul com um diálogo diplomático com a Bolívia e a Venezuela, auxiliou diplomaticamente a Petrobras em transações comerciais e conferiu à energia um status político e diplomático no Brasil. O Departamento é formado pela Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis e pela Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis (MEDEIROS, 2010, p. 69).

Em um mundo marcado pela distribuição desigual das fontes energéticas, o acesso à energia é questão central nas economias nacionais, representando importante aspecto estratégico a ser levado em conta na formulação da política externa. A maneira como cada país produz, se abastece e consome energia afeta diretamente a segurança, o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente, em nível global (ITAMARATY, 2015).

Ao mesmo tempo que a ideia da substituição da matriz energética mundial pelo estímulo à revolução dos biocombustíveis alavancou o protagonismo do Brasil no cenário internacional realizando diversos acordos com o estímulo à produção de etanol para suprir as demandas energéticas mundiais, as descobertas de petróleo foram cruciais para projetar o Brasil geopoliticamente. O novo cenário energético brasileiro traz um paradigma promissor onde o Brasil desponta como detentor da vanguarda tecnológica no setor de biocombustíveis e como grande produtor de petróleo.

Dessa maneira, a Petrobras retomou seu lugar central na estratégia brasileira de desenvolvimento. A empresa cresceu e ganhou concessões em diversas regiões do mundo, estabelecendo escritórios de negócio e comprando ativos para garantir o acesso do Brasil ao petróleo de melhor qualidade<sup>46</sup>. A estatal brasileira de petróleo ampliou sua atuação internacional e investe em tecnologia tanto no ramo dos hidrocarbonetos como no dos biocombustíveis. Verifica-se, no século XXI, a maior presença da Petrobras no continente africano, onde, além de desenvolver poços que já detinha, comprou ativos para explorar em diversos países do território africanos, tais como Tanzânia, Angola e outros.

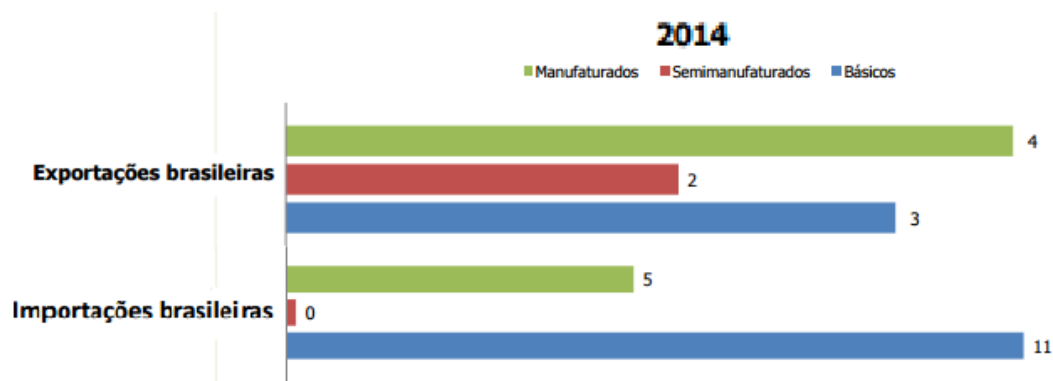
Nesse cenário, o continente africano emergiu na política externa brasileira como um parceiro estratégico no âmbito político e como um parceiro econômico importante. Parceiro econômico, porque o Brasil exporta produtos manufaturados e semimanufaturados para o continente africano, enquanto importa, majoritariamente, produtos primários. O Brasil

---

<sup>46</sup> Existem níveis de qualidade de petróleo: quanto mais pesado, mais complexo é o processo necessário para deixá-lo comercialmente viável. Existem quatro tipos de classificação: extrapesado, pesado, médio e leve. O petróleo extrapesado “é praticamente um pedaço de carvão que deve ser passado para o estado líquido antes de ir para uma refinaria. Já o leve requer uma densidade menor de trabalho para se transformar nos produtos derivados que serão efetivamente vendidos aos consumidores” (FUSER, 2013: p30). O petróleo mais leve produz derivados mais nobres, como a nafta e a gasolina.

consegue vender produtos industrializados e ao mesmo tempo suprir suas necessidades de demanda energética.

.... o Brasil começa a tornar-se um exportador de capital e tecnologia, além de um tradicional (e agora competitivo) exportador de produtos primários, serviços e manufaturas. (...) Ao mesmo tempo é uma das poucas fronteiras naturais ainda abertas para a expansão de negócios em setores como petróleo, gás e mineração e palco de uma disputa global por acesso a matérias-primas, cada vez mais escassas e demandadas. (PEREIRA; VIZENTINI, S/D: p8-9)



**Gráfico 9: Importações e Exportações Brasil-África por fator agregado US\$ bilhões**

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do MRE; DPR; MDIC.

Descrição	2012	Part.% no total	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total
Egito	2.712	22,2%	2.202	19,9%	2.315	23,9%
Angola	1.262	10,3%	1.271	11,5%	1.262	13,0%
África do Sul	1.226	10,0%	1.836	16,6%	1.226	12,6%
Argélia	1.152	9,4%	1.200	10,8%	1.152	11,9%
Nigéria	955	7,8%	876	7,9%	955	9,8%

**Tabela 1: Direção das Exportações Brasileiras para a África em US\$ milhões (Cinco primeiros)**

Fonte: MRE;DPR;MDIC, 2015.

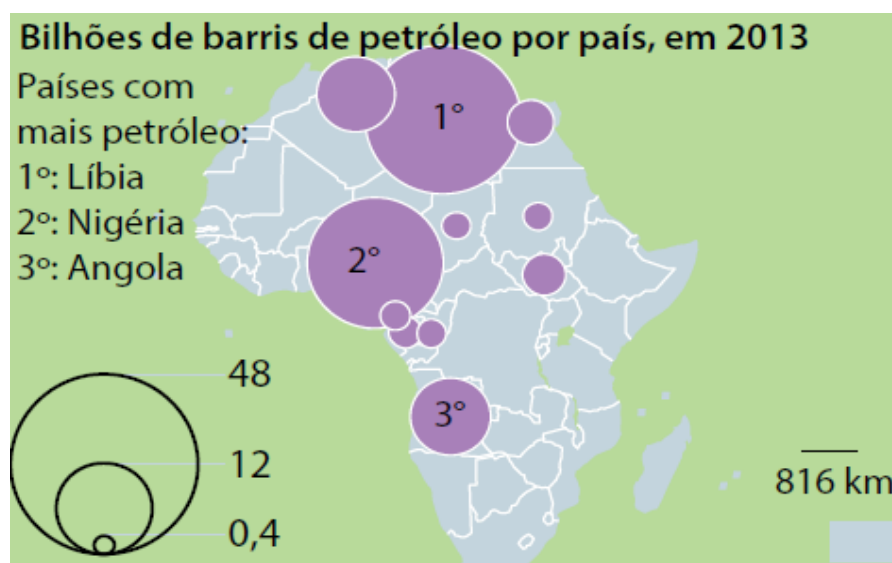


Descrição	2012	Part.% no total	2013	Part.% no total	2014	Part.% no total
Nigéria	8.012	56,2%	9.648	55,3%	9.495	55,7%
Argélia	3.198	22,4%	3.075	17,6%	2.918	17,1%
Marrocos	1.281	9,0%	1.434	8,2%	1.249	7,3%
Angola	46	0,3%	727	4,2%	1.110	6,5%
Guiné Equatorial	189	1,3%	975	5,6%	1.104	6,5%

**Tabela 2: Origem das Importações Brasileiras da África em US\$ milhões (Cinco primeiros)**

Fonte: MRE, DPR, MDIC, 2015.

Analisando o Gráfico 9, é possível observar que as exportações brasileiras para o continente africano consistem, em grande parte, em produtos industrializados (semimanufaturados e manufaturados), enquanto as importações brasileiras advindas da África são majoritariamente de produtos básicos. Pode-se observar que Angola, Nigéria e Argélia figuram como os parceiros mais importantes tanto na exportação como na importação. Esses países tem em comum o fato de serem grandes produtores e exportadores de petróleo, e, por isso, pretende-se demonstrar como o petróleo é o motor das relações comerciais e políticas desses países com o Brasil, precisamente Angola e Nigéria, porque, dos produtores de petróleo, a Angola é quem mais importa do Brasil, enquanto a Nigéria é a que mais exporta o petróleo para o Brasil. As importações alavancam as relações entre os países e estimulam as exportações - é uma via de mão dupla.



**Mapa 4: Maiores Produtores de Petróleo por país, em 2013**

Fonte: ENARA et al., 2015.

Diante disso, nesse capítulo analisaremos tanto a política externa brasileira para a África no século XXI como as relações do Brasil com a Nigéria e a Angola, observando o potencial energético dos países e suas trocas comerciais com o Brasil. Busca-se compreender de que modo o petróleo estimula a projeção do Brasil e permite a sua entrada no continente africano, analisando as relações comerciais e energéticas nos dois períodos de governo. Também objetivamos entender como a Petrobras agiu no continente africano e as suas motivações, observando se há uma correlação entre os investimentos da Petrobras em solo africano e a política externa brasileira, tanto do governo do ex-presidente Lula como do governo da presidente Dilma Rousseff.

### **3.1 Governo Lula (2003-2010): Política Externa, Petróleo e África**

Um dia, um jornalista brasileiro, não necessariamente muito bem informado, perguntou: “Ministro, por que que o senhor dá tanta atenção à América do Sul?”. Eu disse: “Porque eu moro aqui.” A razão principal do Brasil dar atenção à África – há muitas outras: econômicas, estratégicas, políticas –, mas a principal é essa: a África mora no Brasil. Ela mora em nós. (AMORIM, 2015)

A posse de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi marcada pelo otimismo da classe trabalhadora e a parte mais pobre da população e os movimentos sociais enxergaram de maneira positiva a vitória de um partido centro-esquerda no governo do Brasil. O governo Lula<sup>47</sup> aprofundou a integração regional através do multilateralismo orientado para as relações Sul-Sul e pela busca de maior destaque do Brasil no cenário internacional. Além disso, a política externa de Lula visou ampliar as redes comerciais e os mercados nos âmbitos dos países do Sul, e alavancou uma postura mais autônoma da diplomacia<sup>48</sup>.

A necessidade de bens primários e produtos agrícolas e a expansão de mercados em virtude da diversificação de parceiros permitiram o desenvolvimento interno e externo do Brasil. A política doméstica, com programas como “Fome Zero” e “Bolsa Família”, fomentou o desenvolvimento social do Brasil, combatendo a miséria extrema e tentando reequilibrar a distribuição de renda através do auxílio às camadas mais pobres da sociedade.

---

<sup>47</sup> A diplomacia pública é caracterizada pela participação do presidente diante dos pronunciamentos em fóruns internacionais, pela atuação direta nas negociações e por constantes viagens presidenciais. Adotar essa postura faz do presidente um operador diplomático, participando ativamente da política externa. Tal diplomacia pública esteve presente no governo Lula, fazendo do Brasil um protagonista nos fóruns internacionais.

<sup>48</sup> A figura carismática do líder Lula durante seu mandato possui uma relação fundamental com a política externa brasileira, visto que tal característica do ex-presidente fez com que fosse convidado a atuar como porta-voz de projetos de cunho social e de mudanças de agenda internacional. Tal atuação, assim, o tornou uma figura renomada e comentada mundialmente mesmo após o fim de seu mandato.

Nota-se que a postura adotada pelo governo brasileiro no século XXI está imbuída pelas correntes de sua época, na qual a economia política internacional beneficiou o Brasil e a política externa brasileira. O fim da Guerra Fria e o colapso da URSS possibilitaram a emergência de países, tais como China, Índia e Brasil, que passaram a ter maior influência na política mundial. Por essa razão, mudanças que ocorreram no sistema internacional influenciaram a política externa. Exemplos disso são o unilateralismo norte-americano presente no governo de Bush (2001-2008), o impacto da ascensão chinesa, a valorização das commodities agrícolas, o crescimento de fluxos de comércio que antes eram pouco relevantes para o Brasil – feitos com a África e com a Ásia – e o papel atribuído pelo Brasil às negociações econômicas multilaterais (RAMAZINI, 2010).

É importante ressaltar que o momento que o governo Lula presenciou no mundo foi propenso para o desenvolvimento do Brasil, visto que começavam a emergir de maneira mais forte a necessidade de alimentos, energias e matérias-primas por parte de economias emergentes como a da China, o que ocasionou o aumento dos preços das commodities agrícolas e minerais. Tais demandas, assim, impulsionaram a economia brasileira. (GARCIA, 2013; p. 57).

O fato de o governo Lula ter podido enfrentar positivamente os temas do crescimento com forte inclusão social, ao mesmo tempo que estabilizava macroeconomicamente o país, reduzia sua vulnerabilidade externa e fortalecia a democracia, teve forte efeito de demonstração sobre a região, em especial na América do Sul. (GARCIA, 2013; p. 57)

Em um cenário próspero econômica e politicamente, o governo do ex-presidente Lula teve capacidade de modificar a atitude da política externa brasileira, tornando-a mais ativa e ativa. O sentido da palavra ativa retrata a não submissão aos ditames de outras potências, retirando o entendimento de uma política externa brasileira domesticada ou obediente. Com isso, o Brasil ganha um papel de protagonismo nas relações internacionais, essa projeção da política externa brasileira estimula o aumento do número de diplomatas<sup>49</sup> e embaixadas<sup>50</sup> no exterior e possibilita uma maior abertura da diplomacia à sociedade civil<sup>51</sup> (FONTES; OLIVEIRA, 2015).

Como pretendemos mostrar em nosso trabalho, a política externa do governo Lula promoveu o desenvolvimento econômico associado à autonomia em relação à potência

---

<sup>49</sup> Em 2006, o número de vagas na carreira diplomática passou de 28 para 106 (MRE, 2015).

<sup>50</sup> Foram criadas mais de 30 embaixadas pelo mundo, principalmente em países africanos e asiáticos (MRE, 2015).

<sup>51</sup> Podemos observar isso com a criação de contas do Itamaraty no Twitter, no Facebook e também com a criação de uma parte do site chamada Diplomacia Pública, com o objetivo de deixar o Itamaraty mais acessível à população com notícias, notas, discursos e outros.

hegemônica enquanto buscava uma maior inserção no contexto internacional. Durante esse período, há a promoção da imagem de liderança do Brasil no cenário internacional, buscando o papel de líder perante os países sul-americanos e africanos. A projeção do Brasil como potência conectou o projeto interno de desenvolvimento econômico, político e social do governo. Houve uma mútua associação entre “*as diretrizes da política externa e as prioridades das políticas internas*” (SARTI, 2011: p.1).

O governo Lula foi um marco para a política externa brasileira; atuou em fóruns multilaterais e fortaleceu antigas parcerias. Tanto no âmbito mundial como no regional, o Brasil passou a atuar de forma mais autônoma e significativa na arena internacional. Durante o governo Lula, foi criado o grupo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), o G-20 comercial, na reunião de Cancun da OMC e o BRICS, por exemplo. Além disso, a agenda do governo contribuiu para o fortalecimento do MERCOSUL com a derrota das negociações da ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas) em 2005.

O período do governo Lula também foi caracterizado pela participação do Brasil em Missões de Paz da ONU, especialmente no caso do Haiti. Vinculado à perspectiva social, o discurso do ex-presidente Lula estava envolto na inclusão do tema da pobreza na agenda internacional e na busca pela diversificação das relações comerciais e políticas com países do Sul Global (RAMAZINI, 2010).

O ex-presidente Lula também reiterou constantemente a necessidade de modificação do Conselho de Segurança da ONU para torná-lo mais representativo, como uma estratégia e tentativa de que o Brasil conquistasse uma cadeira como membro permanente no conselho. Entende-se que essa estratégia está, de certa forma, ligada à aproximação do Brasil com os países africanos e latino-americanos, visto que Lula pretendia, com isso, conquistar o apoio de tais países em sua tentativa de modificação do Conselho<sup>52</sup>.

Além disso, a questão energética foi um fator crucial que marcou o governo Lula, pois o petróleo, principalmente, e os biocombustíveis elevaram o status do Brasil durante a uma potência energética, o que estimulou a projeção e inserção internacional do país no cenário internacional. Todos esses fatores implicaram uma postura mais ofensiva e negociadora do Brasil no cenário mundial.

### **3.1.1 O petróleo e o Brasil como potência energética**

---

<sup>52</sup> A busca por modificação está vinculada à ideia de que o Conselho de Segurança da ONU não mais representaria o mundo, tendo em vista que seus cinco membros (EUA, França, China, Rússia e Reino Unido) foram escolhidos após a Segunda Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo que eram feitas novas descobertas e pesquisas no Brasil para explorar e aumentar a produção de petróleo, foram estimuladas as novas matrizes energéticas renováveis, de energia eólica, hidrelétrica e outras, assim como a de biocombustíveis.

O governo brasileiro, no início do século, disseminou a ideia dos biocombustíveis como ao mesmo tempo uma alternativa à escassez do petróleo e uma energia limpa que auxilia no combate ao aquecimento global. O objetivo era que o Brasil figurasse como uma potência no âmbito dos biocombustíveis, o que foi uma constante durante todo o governo Lula. Nesse momento, o Brasil se aproxima de países africanos e sul-americanos através da cooperação Sul-Sul e com a produção de etanol (MEDEIROS, 2010: p. 89).

Quando pensamos nos hidrocarbonetos, dois acontecimentos marcam o período: o impulso para a internacionalização da Petrobras e a descoberta do pré-sal. O primeiro está ligado diretamente à ideia de investimentos da Petrobras no cenário internacional, ocasionada pela Lei 1997, que quebrou o monopólio de exploração de petróleo da Petrobras no Brasil. Tal lei fez com que a Petrobras, buscando evitar concorrências no Brasil, passasse a atuar, também, no cenário internacional.

O segundo fator é o pré-sal, que será o mais importante para o Brasil geopolítica e estrategicamente, pois grande parte do pré-sal brasileiro está localizado no Atlântico Sul. Como tal região é rica em recursos, foi revitalizada recentemente e tem recebido investimentos do governo para a modernização de equipamentos da marinha. Cerca de 95% do comércio internacional brasileiro transita por essas águas, uma movimentação superior a US\$229 bilhões por ano. Ademais, 90% da produção de gás e petróleo do país é realizada na plataforma continental e 75% da produção de gás do Brasil advém dessa região. (IPEA, 2011; FIORI et al., 2012).

Além disso, a região se tornou estratégica para o Brasil figurando em dois importantes documentos: o da Política Nacional de Defesa (PND) de 2005 e o da Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008. O PND coloca pela primeira vez a ideia do Atlântico Sul e dos países limieiros da costa africana como áreas vitais e estratégicas para o Brasil. O PND afirma que “o país visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limieiros da África.”. A política nacional ainda afirma que é importante “a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul” (PND, 2005).

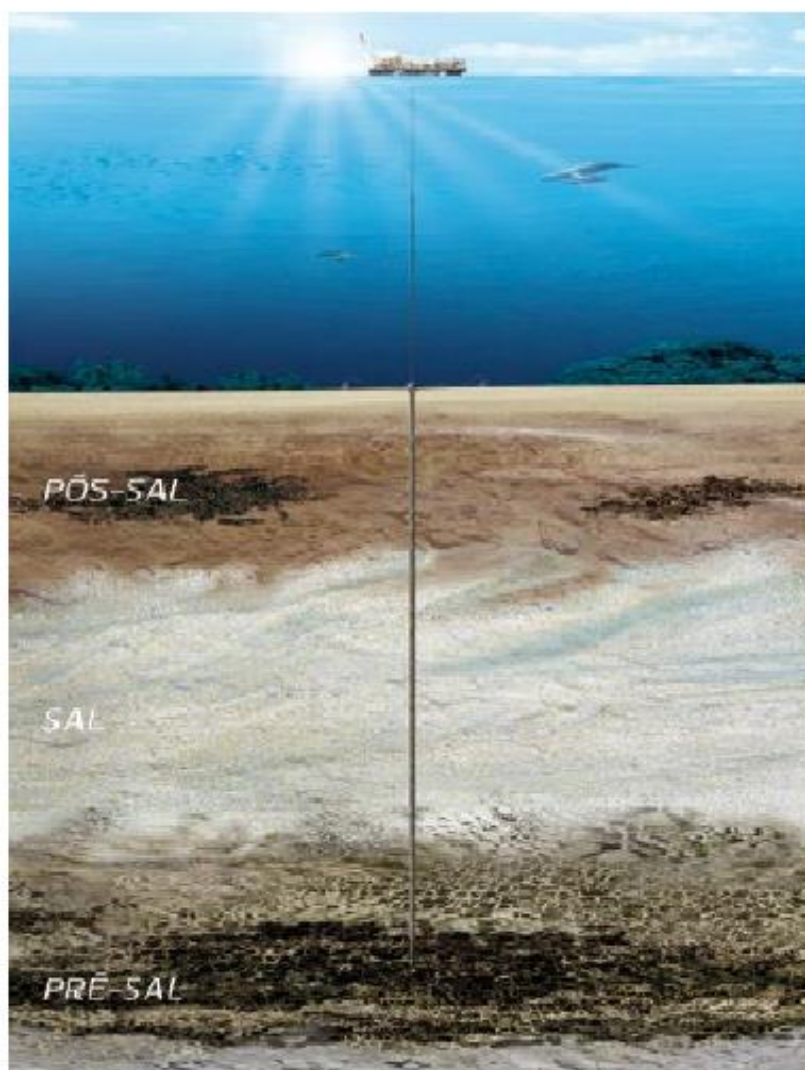
A Estratégia Nacional de Defesa (2008) também mostrou o concernimento do governo brasileiro sobre o Atlântico Sul. Nota-se que esse pensamento não advém do século XXI, visto que, no governo militar, já existia a ideia da importância do Atlântico Sul. Com as descobertas de petróleo e de pré-sal na encosta brasileira durante o governo Lula, a importância da região é revitalizada na estratégia brasileira.

Entende-se, portanto, que há um protagonismo brasileiro no cenário internacional, o que gera certo receio por parte dos EUA em relação ao Brasil. Afinal, o Brasil emerge como uma potência energética na América do Sul, que é parte do entorno estratégico norte-americano. Tal receio é somado ao interesse dos EUA em relação às descobertas de petróleo e de recursos no Atlântico Sul. Assim, ambos os fatores contribuem para a decisão dos EUA de, em 2008, reativar a IV Frota Naval norte-americana, destinada ao monitoramento do Atlântico Sul (FIORI et al., 2012).

O pré-sal mudou a política brasileira do governo Lula. No início do governo, havia um foco muito maior na ideia de “Revolução Energética dos Biocombustíveis” ao passo que, após 2008, com a descoberta do pré-sal, há a ascensão da importância do hidrocarboneto e os biocombustíveis saem dos holofotes. A primeira descoberta na camada de pré-sal aconteceu em 2006, mas até aquele momento não havia produção efetiva. A camada de Pré-Sal<sup>53</sup> do Brasil é uma faixa de 800km de extensão por 200km de largura, indo do litoral de Santa Catarina até o Espírito Santo. A camada de sal pode ter de dois mil metros de espessura até sete mil metros abaixo do leito do mar, e esses reservatórios do pré-sal podem ser encontrados do Nordeste ao Sul do Brasil, no Golfo do México e na Costa Oeste Africana. Por isso, releva-se a importância do Atlântico Sul no cenário energético atual, visto que é uma região repleta de recursos minerais e naturais importantes tanto para o continente africano como para o Brasil (PETROBRAS, 2015; FIORI et al., 2012; BULHÕES, 2013).

---

<sup>53</sup> O termo pré-sal se refere ao conjunto de rochas criadas antes da camada de sal e localizadas abaixo do leito do mar. É uma sequência de rochas sedimentares formadas há mais de 100 milhões de anos no espaço geográfico criado pela separação do continente Gondwana (americano e africano).



**Figura 3: Pré-Sal**

Fonte: PETROBRAS, 2015.

As maiores descobertas de petróleo no Brasil foram feitas pela Petrobras na camada pré-sal, onde se encontrou grandes volumes de óleo leve. Na Bacia de Santos, por exemplo, o óleo já identificado no pré-sal tem uma densidade de 28,5° API<sup>54</sup>, baixa acidez e baixo teor de enxofre, e essas são características de um petróleo de alta qualidade e maior valor de mercado.

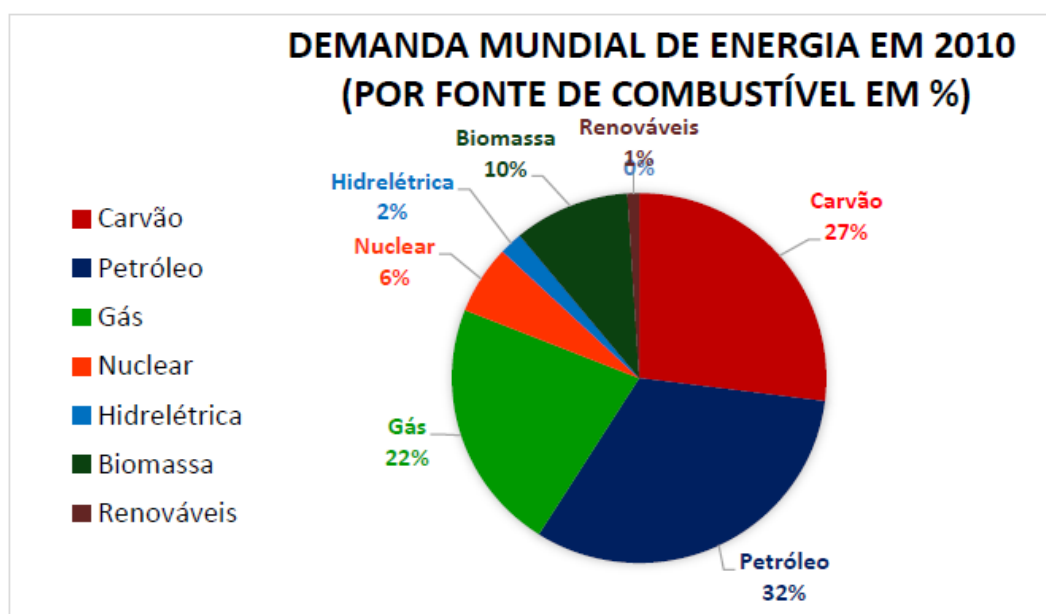
É importante mencionar o fato de que, com as descobertas do pré-sal, surge um novo modelo regulatório brasileiro. Assim, em 2010, são criadas três novas leis que visam à proteção do petróleo na região e à necessidade da Petrobras participar com pelo menos 30% das

---

<sup>54</sup> É uma escala arbitrária que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo. É referente à qualidade: quanto maior a API, maior é a qualidade do óleo extraído.

explorações da região<sup>55</sup>. Desde a sua descoberta, os primeiros resultados nos estudos apontam que só a acumulação de Tupi, na Bacia de Santos, tem volumes recuperáveis estimados entre 5 e 8 bilhões de barris de óleo equivalente (óleo mais gás). Já o poço de Guará, também na Bacia de Santos, tem volumes de 1,1 a 2 bilhões de barris de petróleo leve e gás natural, com densidade em torno de 30° API. A extração de petróleo na camada pré-sal é custosa, mas, segundo estudos da Petrobras, é economicamente viável. Além disso, os benefícios da exploração são importantes tanto para alimentar a indústria brasileira como para exportação (PETROBRAS, 2015).

O petróleo torna-se um dos principais elementos de força do Brasil no cenário internacional, pois as projeções da Petrobras são promissoras para o Brasil. Em 2010, por exemplo, 32% da demanda mundial de energia era de petróleo e entende-se que esse quadro será mantido nos próximos anos (EIA, 2015; World Energy Outlook, 2012).



**Gráfico 10: Demanda Mundial de Energia em 2010**

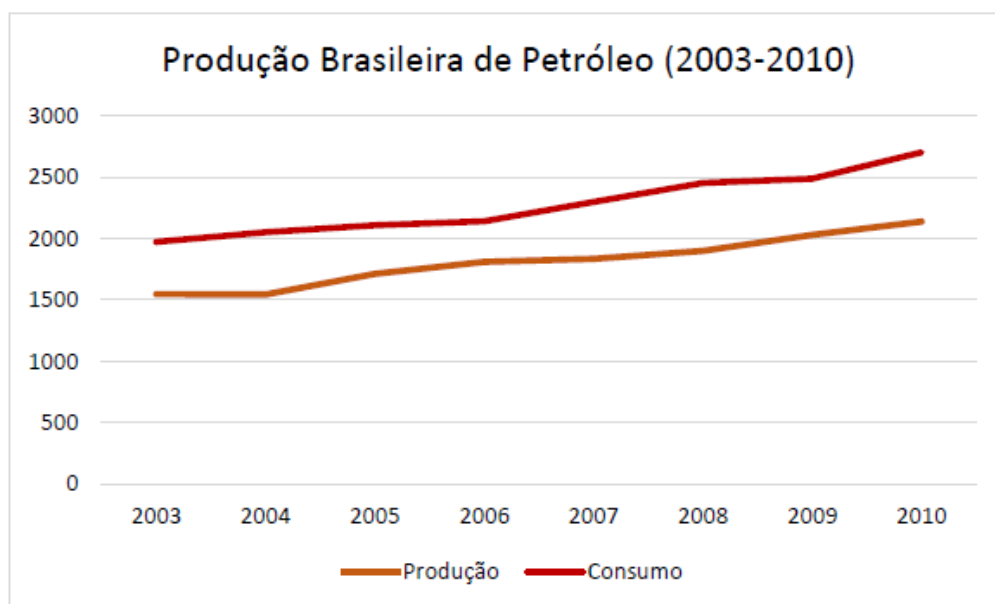
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do World Energy Outlook (2012).

Há um crescimento gradativo, mas não muito elevado, na produção e no consumo de petróleo no Brasil. Entretanto, não há congruência, até o momento, de que o Brasil produza o

<sup>55</sup> As três novas leis são: 12.276/2010, que trata da cessão onerosa e capitalização da Petrobras; 12.351/2010, que estabelece o regime de partilha para região do pré-sal; e 12.304/2010, que se refere à criação da nova empresa estatal chamada PPSA (Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A., ou, simplesmente, Pré-Sal Petróleo S.A) (BULHÔES, 2013).



suficiente para se abastecer, o que mostra que, mesmo com o pré-sal, o Brasil ainda não tem capacidade suficiente para se tornar autossustentável.



**Gráfico 11: Produção de Petróleo no Brasil (2004-2010)** <sup>56</sup>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados BP (2015).

Desse modo, o século XXI contribuiu para a fortificação do Brasil no âmbito energético, pois foram feitas novas descobertas. Além disso, políticas criadas durante o governo FHC, como a mudança da Lei do petróleo no Brasil, estimularam a internacionalização da Petrobras e, assim, os investimentos da Petrobras no Internacional foram intensificados, como veremos mais adiante. Cabe ressaltar, também, que a contínua exploração de recursos dentro do Brasil permitiu a descoberta de reservas de pré-sal no litoral brasileiro durante o final do segundo mandato do ex-presidente Lula.

Mesmo que muitos países continuem produzindo algum petróleo, muito poucos produzem muito, e poucos continuam com uma curva de produção ascendente. Se esses países que já alcançaram (ou estão se aproximando) do “pico de produção” são eliminados da lista de maiores produtores, somente quinze ainda tem reservas potenciais significantes para aumentar a produção: Argélia, Angola, Azerbaijão, Brasil, Irã, Iraque, Cazaquistão, Kuwait, Líbia, Nigéri, Qatar, Rússia, Arábia Saudita, Emitados Árabes e Venezuela. Outros países que são explorados podem ingressar nesse privilegiado grupo, mas é difícil que a produção mundial de petróleo cresça substancialmente. De agora em diante, esses quinze países vão contituir os pivôs da geopolítica da energia global...<sup>57</sup> (KLARE, 2008: p.43).

<sup>56</sup> Em milhares de barris de petróleo por dia.

<sup>57</sup> No original: “Although many countries still produce some oil, very few produce a lot, and fewer still are perched on the rising curve of production. If those countries that have already reached (or are approaching) peak production are eliminated from the list of major producers, only fifteen are left with significant potential to boost output:

O petróleo tornou-se um ponto-chave da política externa brasileira durante os dois períodos do governo Lula devido ao processo de internacionalização da Petrobras e à descoberta de potenciais reservas de recursos. A emergência do Brasil no âmbito energético fortificou as alianças do Brasil com o continente africano e, dessa forma, a Petrobras passou a atuar de forma mais presente em alguns países. Vinculado a isso está o fato da produção de petróleo no Brasil não suprir às demandas internas e, por isso, a importação de petróleo é estimulada. Desse modo, as relações comerciais e diplomáticas são estreitadas entre o Brasil e os países produtores de petróleo do continente africano.

O Brasil tem buscado se utilizar do Itamaraty, tentando obter os resultados visados pelos objetivos de desenvolvimento nacional. Para isso, promove diversos acordos econômicos, principalmente nos referidos ao petroquímico, mineral, construção civil e do bioetanol. Referente à questão petrolífera, o Brasil assinou tratados de entendimento de exploração com Nigéria e Angola, os dois maiores parceiros nessa área. (LIMA; MELO, 2010: p. 146)

### **3.1.2 As Relações Comerciais, as empresas e o continente africano no governo Lula**

Durante o governo Lula, emerge a ideia do Brasil como um Estado-Nação que não se reduz a obedecer a forças de fora e prestar serviços, mas como um país que recupera o planejamento estratégico do desenvolvimento e exerce a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais.

Três causalidades colaboram para a consolidação do Estado logístico no Brasil de Lula. a) A sociedade encontra-se em nível avançado de organização, com suas federações de classe articulando industriais, agricultores, banqueiros, operários, comerciantes e consumidores; b) estabilidade política e econômica, que sugere associar a lógica da governabilidade interna com a lógica da governança global; c) o nível avançado dos agentes econômicos e sociais em termos de organização empresarial e competitividade sistêmica. Como isso depende do interno e do externo, o Estado entra com o peso do nacional sobre a política exterior e torna-se agente de governança global. (CERVO; BUENO, 2015: p529-530)

O multilateralismo e a empreitada brasileira à procura de novos parceiros alavancaram a integração regional e aproximaram o Brasil dos países do Sul, expandindo mercados e

---

Algeria, Angola, Azerbaijan, Brazil, Iran, Iraq, Kazakhstan, Kuwait, Libya, Nigeria, Qatar, Russia, Saudi Arabia, the United Arab Emirates, and Venezuela. This privileged group may be joined by a couple of others as a result of intensified exploration, but is unlikely to grow substantially. From now on, these fifteen countries will constitute the main pivots of global energy geopolitics...”

promovendo, alinhado a essa projeção, o desenvolvimento interno brasileiro com o aumento das trocas comerciais e a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil.

O maior engajamento com o continente africano aconteceu através de uma relação entre “iguais”, em um esforço comum de superação das dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pelo Brasil e pelos países africanos, com a introdução e o desenvolvimento de tecnologias mais bem adaptadas às realidades africanas (SARAIVA, 2012; OLIVEIRA, 2015).

O Brasil apresenta-se aos países africanos como seu semelhante, isto é, um país em desenvolvimento disposto a compartilhar experiências e conhecimentos de maneira horizontal, livre de imposições, afastando-se da lógica imperialista que ao longo de dois séculos condenou a África à dependência e à subordinação (LEITE; SOUSA, 2015: p55).

Diante da cooperação e do estímulo para o aumento das relações diplomáticas com os países africanos, há uma guinada no comércio com a Angola e a Nigéria, visto que o Brasil ofereceu empréstimos garantidos em petróleo<sup>58</sup>. A presença do Brasil em solo africano é vista, de modo geral, como positiva e uma alternativa ao relacionamento assimétrico com as potências ocidentais.

Não obstante, no que concerne aos empréstimos concedidos pelo BNDES, que respondem pela maior parte dos recursos investidos em cooperação internacional do país, prevalece o paradigma da “cooperação amarrada”, favorecendo a importação de produtos brasileiros e a contratação de empresas como a Odebrecht, a Andrade Gutierrez e Camargo Correa (LEITE; SOUSA, 2015: p54).

Durante os oito anos de mandato, o ex-presidente Lula realizou 12 missões comerciais à África e, na maioria dos casos, essas missões envolviam a participação de representantes do setor privado. A política do Ministério do Desenvolvimento (MDIC) de estímulo a missões e empreendimentos do setor público e privado em todo o mundo em desenvolvimento criou uma aliança entre as estratégias das empresas e o governo brasileiro. A ação de empresas no exterior, além de inserir novos atores nas agendas de políticas externas, contribuiu para o crescimento e desenvolvimento brasileiro na medida em que os mercados foram abertos e surgiram novas esferas de atuação. (VILLAS-BOAS, 2014; IPEA, 2011).

O protagonismo brasileiro e a busca por se expandir diplomaticamente para o continente africano auxiliaram na aproximação no decorrer dos dois mandatos do governo Lula e promoveram uma imagem positiva do Brasil perante o mundo. Com isso, as trocas comerciais

---

<sup>58</sup> Um exemplo disso é a aprovação em abril de 2012 de uma linha de crédito no valor de 2 bilhões de dólares concedida pelo BNDES para a Angola. Em troca, o governo angolano comprometeu-se a contribuir com um quantia equivalente a 20 mil barris de petróleo por dia para o Brasil.

aumentaram e, para tanto, os investimentos e as empresas passaram a conseguir penetrar no território africano. Tal acontecimento é fundamental, tendo em vista que podemos observar que a Petrobras, por exemplo, só começa a deter percentuais de ativos na Angola a partir de 2005.

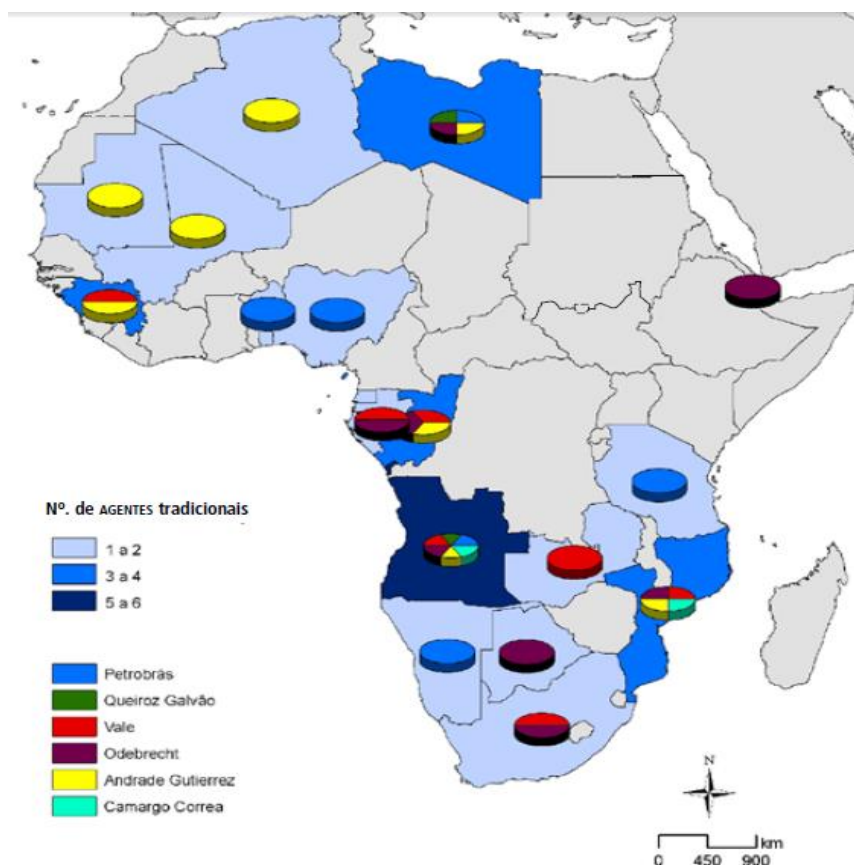
Há uma congruência da política externa brasileira com as empresas. A diplomacia ativa e as viagens constantes do ex-presidente para a África facilitaram o surgimento de oportunidades de investimentos. Além disso, transações comerciais apareceram como propulsoras de empresas brasileiras que buscam ampliar horizontes no mundo em desenvolvimento, como é o caso da Petrobras, da Odebrecht e da Vale, por exemplo. (HIRST et al., 2010: p. 26).

O BNDES serviu como financiador da internacionalização das empresas brasileiras, fornecendo empréstimos às nacionais que atuavam em setores estratégicos, como energia e infraestrutura. As empresas brasileiras<sup>59</sup> se beneficiaram dessa estratégia do governo investindo no continente africano e, ao mesmo tempo, contribuíram para o fortalecimento de laços entre a África e o Brasil. Esses investimentos só foram viáveis na medida em que Lula realizava diversas viagens ao continente africano com o intuito de promover as relações próximas e missões empresariais. Tal tipo de proximidade com o continente africano era de interesse estratégico brasileiro por dois fatores: a possibilidade de internacionalização de empresas do Brasil para fora do continente latino-americano e o estímulo às trocas comerciais entre os países da África e o Brasil.

De maneira geral, as empresas brasileiras instalaram-se na África para explorar três tipos de negócio: oportunidades de mercados nacionais, extração de recursos naturais e construção de grandes obras. Ou seja, a entrada de empresas na África é estimulada por uma política externa que entende a necessidade de expansão de mercado, segurança energética e de recursos. É observável, além disso, que esse ingresso de empresas no continente africano também é incentivado pela possibilidade de fazer grandes obras de construção que auxiliem tanto no desenvolvimento africano como no fortalecimento de grandes empreiteiras brasileiras.

---

<sup>59</sup> Empresas como Petrobras, Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão conseguiram espaço no continente africano e continuam atuar em solo africano até o presente momento, em 2015.



### Mapa 5: Empresas Brasileiras na África em 2010

Fonte: IPEA, 2011.

O BNDES<sup>60</sup> buscou ampliar na África e na América do Sul um novo tipo de linha de crédito que visa estimular a exportação de produtos industriais de valor alto. O BNDES lançou uma linha de apoio às exportações: o BNDES EXIM Automático, voltado principalmente para as vendas para a América Latina e África. O BNDES EXIM Automático é uma linha de pós-embarque que funciona através de uma rede de bancos credenciados pelo BNDES nos mercados prioritários da América Latina e da África. Já foi negociada a linha de financiamento de exportações brasileiras para a Nigéria e estão em negociação linhas de crédito para a África do Sul, Angola e Moçambique. Podemos observar que estes são os principais parceiros do Brasil no continente africano<sup>61</sup> (VEIGA, 2013).

Outro projeto interessante que relaciona investimentos e relações comerciais é o programa “Integração com a África”, lançado em 2008. Com o objetivo de estimular as relações

<sup>60</sup> Os incentivos de desembolsos para empresas no exterior aumentaram devido à mudança de estatuto que ocorreu no governo FHC, permitindo ao BNDES apoiar projetos de empresas brasileiras no exterior concedendo empréstimos.

<sup>61</sup> Ver em [http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/12219-bndes-assume-risco-politico-em-nova-linha.shtml#\\_=\\_](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/12219-bndes-assume-risco-politico-em-nova-linha.shtml#_=_)

com o continente africano, tem incentivado o investimento estrangeiro direto (IED) brasileiro. O programa foi criado com um fundo de US\$265 milhões e concentrou-se em setores-chave – como agricultura, energia, petroquímica e outros – para o desenvolvimento do comércio bilateral. Também foi feito um acordo entre o BNDES e a Agência Brasileira para a Promoção das Exportações (APEX) com o intuito de diversificar as exportações brasileiras para o continente africano.

Esse programa está relacionado com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)<sup>62</sup>, também estabelecida em 2008, que tem como finalidade promover e manter o ciclo de expansão econômica nacional, mesmo durante a crise financeira internacional. A PDP forneceu ao BNDES direcionamento e estrutura para ação no nível internacional, o que levou à criação de medidas para fortalecer as relações comerciais e os fluxos de investimento direto do Brasil para a África (IPEA, 2011: p 84)<sup>63</sup>.

Esses programas serviram para estimular os investimentos brasileiros no continente africano, aumentar a presença de empresas brasileiras – estatais e privadas – e estimular o intercâmbio comercial. Isso é crucial, pois os empréstimos e o estímulo às trocas comerciais estão diretamente ligadas à lógica da necessidade da importação de petróleo dos países africanos (VILLAS-BOAS, 2014).

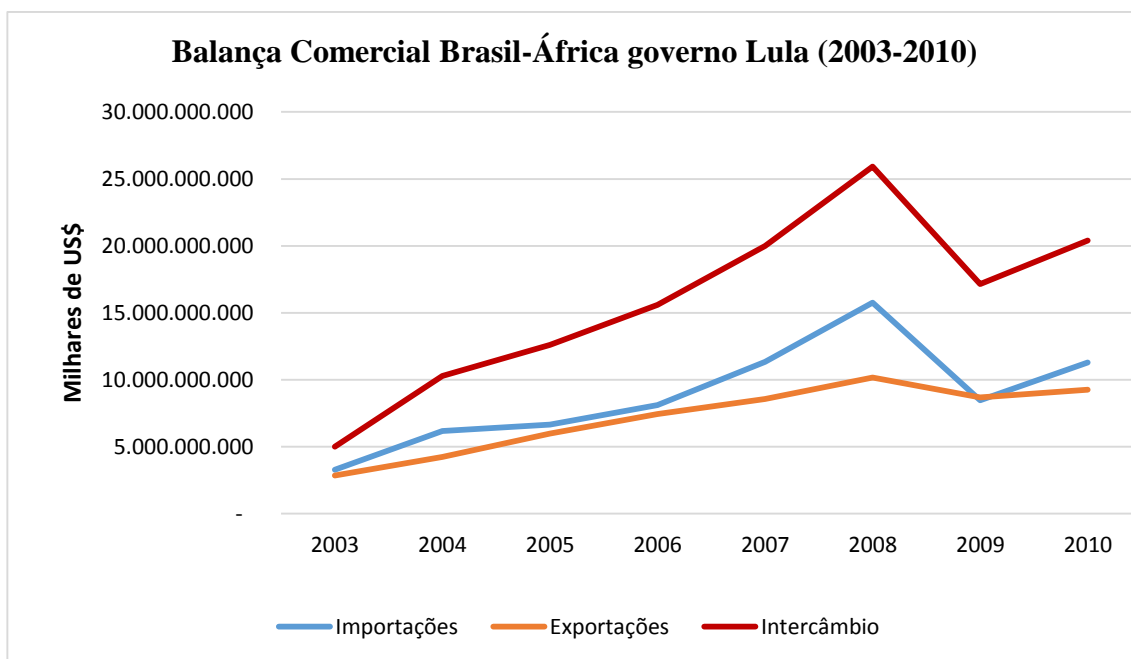
Este fato ocorre devido à importância que é dada a África durante o governo do ex-presidente e pelas viagens diplomáticas e comerciais com o intuito de garantir o petróleo e exportar produtos manufaturados. Esses números crescem até 2008, quando há uma queda oriunda da crise econômica iniciada nos EUA que assolou o mundo. É, também, nesse ano que foram criados programas de incentivo às relações com o continente africano e com a produção industrial, como mencionamos anteriormente. Tanto as importações como as exportações cresceram durante o governo Lula.

O comércio entre o Brasil e a África passou de US\$ 5 bilhões em 2003 para US\$20 bilhões em 2010, sendo que em 2008 o comércio alcançou US\$ 25 bilhões. Os programas supracitados, como o de “Integração com a África”, favoreceram e estimularam o comércio entre as duas regiões, demonstrando a importância estratégica que o continente africano ganhou para o Brasil no governo Lula.

---

<sup>62</sup> A PDP foi substituída pelo Programa Brasil Maior (2011–14), cujo objetivo é o de desenvolver a capacidade produtiva e a competitividade da indústria brasileira. Esse projeto tem um maior enfoque em proteger a indústria nacional, apesar de ainda abordar questões relativas ao incremento do comércio exterior.

<sup>63</sup> O Brasil também contou com o PROEX – Programa de Financiamento à Exportação -, que estimulou o escoamento da produção brasileira para outros países.



**Gráfico 12: Balança Comercial Brasil-África (2003-2010)**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC.

Como pretendemos mostrar, houve um estímulo no comércio entre o Brasil e o continente africano devido a projetos que começaram a surgir para estimular a internacionalização de empresas brasileiras e as exportações. Além disso, foram estimuladas as importações de petróleo de países africanos, tendo em vista o desenvolvimento e o crescimento brasileiro durante o governo do ex-presidente Lula.

O BNDES foi um dos articuladores da estratégia do governo e a Petrobras também se alinhou com a política africanista, passando a atuar e investir de maneira mais significativa no continente africano, como falaremos mais adiante. Nota-se que o petróleo foi um dos propulsores das relações comerciais do Brasil com o continente africano, ao passo que a necessidade de novos mercados e de exportar produtos esteve alinhada com a política externa brasileira orientada para o desenvolvimento.

### 3.2 Governo Dilma (2011-2014): Petróleo e África

Dilma Rousseff assumiu a presidência em 2011, herdando um cenário promissor de política externa deixado por Lula. Foram incitadas questões sobre como a presidente se posicionaria no cenário internacional, afinal, um dos marcos da diplomacia do período de 2003 à 2010 foi o carisma do ex-presidente e sua participação constante em foros multilaterais, como tentamos mostrar na seção anterior.

A política externa de Dilma também esteve conectada à ideia de cooperação Sul-Sul e a parcerias estratégicas. Por isso, tais parcerias são antigas e continuam as relações políticas, diplomáticas e comerciais do Brasil com os países do Sul e também do Norte. Todavia, a postura da presidente está mais voltada para o interno e para a manutenção do âmbito doméstico. Além disso, o caráter pessoal da presidente não é expansivo como o de Lula, o que diminui a ênfase à “diplomacia presidencial” no seu governo. Tal fato está refletido até mesmo no menor número de viagens da presidente para o exterior (ANEXO B) (CORNETET, 2014: p. 116).

É preciso elencar um feito importante de Dilma durante seu primeiro mandato, que foi a tentativa de rediscutir o termo “responsabilidade de proteger”<sup>64</sup> com a necessidade de que os países tivessem em mente a “responsabilidade ao proteger”. Nas palavras da presidente Dilma “*o mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis*” (DILMA, 2011a).

Há uma ação autonomista no governo Dilma, o que pode ser visto na proposição e na postura ativa brasileira no cenário internacional diante da ONU. Além disso, o governo Dilma é marcado por um abalo nas relações entre o Brasil e os EUA diante dos escândalos de espionagem norte-americana ao governo brasileiro e a outros países, como será tratado na seção seguinte. Dilma se utilizou da ONU para denunciar a espionagem eletrônica da NSA norte-americana e impulsionou a construção de mecanismos internacionais de regulação da internet à luz do Marco Civil da Internet <sup>65</sup> no Brasil.

Outro fator no período que merece destaque é a articulação do governo brasileiro com os membros do BRICS, que, ao realizarem sua VI Reunião de Cúpula, em Fortaleza (Brasil), fecharam um acordo para criar o Banco de Desenvolvimento do BRICS. Tal instituição tem o objetivo de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento. O Brasil ocupará a presidência do Conselho de Administração do novo banco, a Índia fará o papel de presidente

---

<sup>64</sup> O conceito de "responsabilidade ao proteger" foi cunhado como um complemento ao conceito de "responsabilidade de proteger" durante a 66ª Assembleia das Nações Unidas. O conceito de “responsabilidade de proteger” está estruturado em três preceitos: o Estado é responsável por proteger sua população; a comunidade internacional tem o papel de fornecer cooperação e assistência que permita aos Estados desenvolverem as capacidades locais necessárias para cumprir suas responsabilidades; e, caso os dois primeiros pilares falhem, a comunidade internacional estaria autorizada a fazer recurso à ação coletiva (ONU, 2015).

<sup>65</sup> A Lei 12.965/14 foi promulgada no entendimento de que a operação de empresas que atuam na web deve ser mais transparente, garantindo a proteção dos dados pessoais e a privacidade dos clientes. Ver em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm)



do banco nos próximos cinco anos, a Rússia dirigirá o Conselho de Ministros, o primeiro escritório regional será na África do Sul e a sede será na China (MRE, 2015).

O continente africano esteve no ideário da política externa da presidente Dilma, e principalmente nas relações econômicas, como veremos mais adiante. Sobretudo, prosseguiram as visitas e missões comerciais para o continente e as relações políticas foram estreitadas. Houve a continuidade de projetos de cooperação, mesmo que em menor intensidade do que no governo do ex-presidente Lula. O comércio prosseguiu e foi estimulado, mas sofreu oscilações.

É preciso encaixar a política externa de Dilma Rousseff na realidade internacional de seu governo. O mandato da presidente colheu os frutos da crise financeira que assolou o mundo em 2008 e que, na época, não abalou o Brasil de maneira tão forte. No entanto, o período 2011-2014, relativo ao primeiro mandato de Dilma, é marcado por queda nas exportações, nos investimentos diretos no exterior e no ritmo de crescimento econômico brasileiro. Todavia, apesar dos problemas enfrentados devido à conjuntura internacional, o governo Dilma continuou buscando parcerias e ao mesmo tempo que tentava, também, estimular aquelas que foram firmadas durante o governo Lula.

No entanto, no período eleitoral próximo ao final do mandato de Dilma, as descobertas de corrupção em diversos órgãos institucionais do Brasil – com o envolvimento de membros da base aliada do governo – e o agravamento da crise no Brasil parecem ter contribuído para que a política externa fosse deixada de lado diante da erupção de problemas no Brasil<sup>66</sup>. Nota-se também que o período do governo Dilma foi desfavorável para o crescimento do Brasil, pois enquanto as taxas médias de crescimento do PIB somatizaram 3,5% no primeiro mandato do governo Lula e 4,62% no segundo mandato, no governo Dilma somaram apenas 2,15% (CORNETET, 2014: p.138).

Pode-se entender que a política externa de Dilma sofreu abalos da conjuntura internacional, mas continuou perseguindo os parceiros do Sul sem se distanciar dos centros diplomáticos do Norte, apesar do problema que enfrentou com os EUA. Além disso, é preciso continuar tratando do cenário que a presidente Dilma Rousseff enfrentou no âmbito energético, pois este afetou a política externa do Brasil para o mundo, a atuação da Petrobras e as relações brasileiras com o continente africano, principalmente com a Angola e com a Nigéria.

---

<sup>66</sup> Autores como Cervo e Bueno (2015: p561) entendem que no governo há um declínio da política externa brasileira, tendo em vista a postura menos expansiva de Dilma diante do cenário internacional e a sua visão mais gestora do Estado, mais voltada para o desenvolvimento interno.

### **3.2.1 O petróleo e o Brasil como potência energética durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff**

O governo Dilma Rousseff também vivenciou grandes questões no âmbito energético, envolvendo não só a produção e a exploração interna, como a conjuntura mundial de oferta de petróleo. A crise econômica em 2008 afetou todo o mundo e, inclusive, a demanda mundial de petróleo. Apesar disso, o consumo de petróleo, tanto por parte dos países em desenvolvimento como dos países desenvolvidos, permaneceu em ascendência.

Desse modo, as prospecções de consumo de petróleo foram menores do que a demanda, acarretando a queda dos preços dos barris de petróleo. Tal acontecimento está ligado à oscilação própria da conjuntura internacional, pois a China cresceu exponencialmente no início do século XXI com taxas de crescimento de 10% ao ano. Todavia, após a crise de 2008, houve uma retração não só na economia chinesa, como no mundo todo. Isso foi um efeito em massa, pois a diminuição do crescimento impactou na indústria, o que diminuiu a demanda.

Enquanto no início do século XXI há um petróleo que precisa ser explorado para alimentar as indústrias crescentes, como China e Índia, após a crise de 2008 há uma oferta grande de petróleo e uma demanda menor do que a esperada. Além disso, há a utilização de recursos energéticos não convencionais por parte dos EUA<sup>67</sup> (DE LIMA, 2015). Nota-se que, após os preços por barril de petróleo alcançarem o ápice de US\$ 147, começam a decair em 2008. Tal queda é agravada, principalmente, ao final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, quando o preço do barril do petróleo atinge US\$ 62 e prossegue caindo no segundo mandato<sup>68</sup>.

Diante disso, alguns poços que eram viáveis comercialmente passam a não o ser com a queda do preço do barril, pois os custos para conseguir o recurso estavam maiores do que o valor de mercado. É possível perceber, portanto, que o petróleo é uma das bases da crise econômica que começa a ser vivenciada pelo Brasil no final de 2014.

Além disso, durante o governo, serão descobertas as espionagens dos EUA a membros do governo brasileiro e inclusive a empresas, como foi o caso da Petrobras. Essa questão nos

---

<sup>67</sup> Em 2013, foram descobertas grandes reservas de petróleo não convencional dos EUA. Com isso, houve a maior oferta de petróleo e, ao mesmo tempo, a desaceleração econômica de países como China e Índia fizeram com que acontecesse uma oferta de petróleo maior do que a demanda. A OPEP culpa os EUA porque a produção norte-americana disparou com mais de 9 milhões de barris de petróleo por dia e com isso países produtores de petróleo tiveram que competir para não perder mercado. A sobreoferta barateou os preços do petróleo.

<sup>68</sup> Ver em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-queda-do-preco-do-petroleo-e-seus-efeitos.html>

faz elencar dois fatores: a relevância que o Brasil ganha no século XXI detendo uma das maiores empresas do ramo e a importância geopolítica do petróleo no cenário internacional.

Não há dúvida de que agora Washington precisa lidar com um conjunto inédito de fatores: inclinação da América do Sul em direção à esquerda, ainda que em graus bastante diferenciados; laços econômicos crescentes com uma potência não-subordinada aos EUA (a China); laços militares com uma potência rival (a Rússia); emergência de uma potência regional (o Brasil) em condições de desafiar os EUA numa zona até então tida como área de influência garantida. (FUSER, 2009, p. 22)

Nota-se no período que há a continuidade de projetos de produção de etanol e de energias renováveis, assim como há o interesse do governo brasileiro de explorar e salvaguardar a região do pré-sal. Foram lançados em 2012 os novos planos estratégicos de defesa nacional, o PND e o END. O PND prossegue afirmando, em congruência com o PND de 2005, que o entorno estratégico brasileiro extrapola a região sul-americana, incluindo o Atlântico Sul, os países limítrofes da África e a Antártica. Além disso, ambos relevam a importância do ZOPACAS para a região (PND, 2012; END, 2012).

Através disso é possível observar que o pré-sal continua ganhando relevância no governo Dilma. Em outubro de 2013, foi realizado o primeiro leilão de um campo do pré-sal, o campo de Libra, localizado na Bacia de Campos. Estima-se a existência de 120 bilhões de metros cúbicos de gás natural e que a Libra deve atingir uma produção de 1,4 milhão de barris por dia. O consórcio vencedor do leilão é formado pela Petrobras, a empresa holandesa Shell, a francesa Total e as chinesas CNPC e CNOC.

Os novos planos prosseguem demonstrando a relevância geopolítica do território brasileiro e a necessidade de articulações do Brasil com países na encosta africana, pois tais nações compartilham uma região rica em recursos que não deve ser influenciada por potências estrangeiras. Esse é um dos fatores que contribuiu para a continuidade das relações do Brasil com os países da África, especialmente com a Nigéria e a Angola, como analisaremos mais adiante.

### **3.2.2 As Relações Comerciais, as empresas e o continente africano no governo Dilma Rousseff**

Dilma realizou sua primeira visita ao continente africano para participar da reunião do IBAS na África do Sul, visitando também Moçambique e Angola. Além disso, a presidente designou Lula como representante do Brasil na 17ª Cúpula da União Africana (UA) realizada na Guiné Equatorial, em 2011, e promoveu a criação do “Grupo África”. O grupo era composto

por diferentes ministérios, especialistas e executivos do setor privado, e tinha por objetivo associar investimentos e vendas brasileiras a programas de desenvolvimentos locais como forma de proporcionar ganhos maiores ao continente africano e coordenar a atuação de empresas brasileiras<sup>69</sup>.

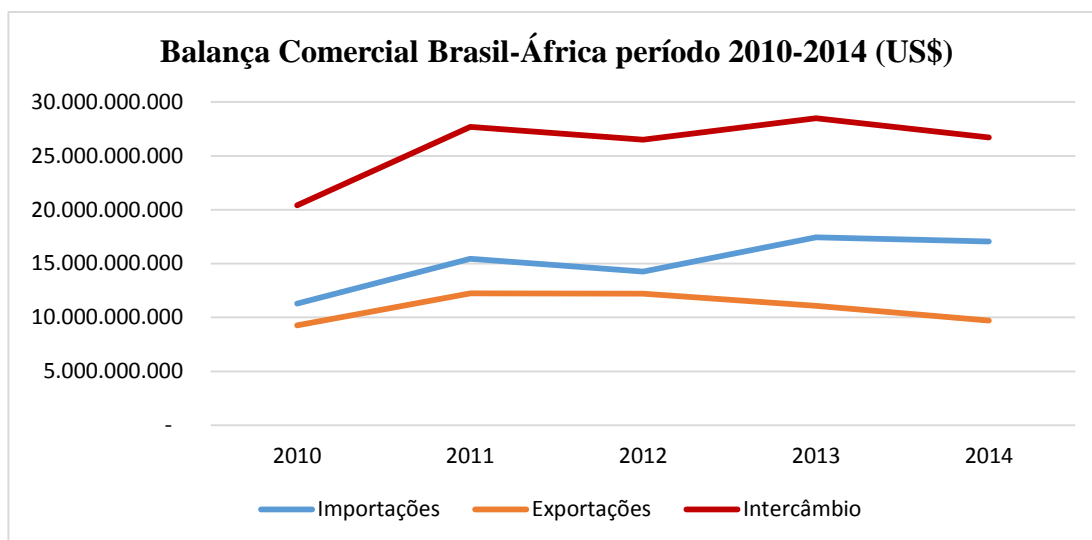
Durante o governo Dilma, foram canceladas dívidas de países africanos, tais como Congo-Brazzaville (US\$ 350 milhões), Tanzânia (US\$ 237 milhões), Nigéria (US\$ 84,7 milhões) e Zâmbia (US\$ 113 milhões). Além desses países, estão incluídos também no acordo de renegociação: Senegal, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gabão, República da Guiné, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. O motivo da negociação foi justamente manter e ampliar as relações comerciais do Brasil com o continente africano e o investimento de empresas como a Petrobras.

Em agosto de 2011, o PDP, que foi criado no governo Lula, foi substituído pelo Programa Brasil Maior (2011-2014), cujo objetivo era desenvolver a capacidade produtiva e a competitividade da indústria brasileira. O PBM buscou incluir medidas para promover investimentos e inovação, além de apoiar o comércio e preservar a indústria nacional (IPEA, 2011: p. 84). O BNDES continuou auxiliando no investimento ao continente africano e foram criadas novas formas de geração de crédito para internacionalização de empresas brasileiras e o fomento do comércio.

---

<sup>69</sup> Ver em <http://www.valor.com.br/impreso/primeira-pagina/dilma-reve-estrategia-para-africa>





**Gráfico 13: Balança Comercial Brasil-África (2010-2014)**

Fonte: MRE, 2015.

Desse modo, o comércio com o continente africano aumentou e se manteve no decorrer do governo Dilma. Apesar disso, é importante mencionar que houve uma queda das exportações brasileiras para o continente africano, ao passo que o aumento das importações foi estimulado pela contínua compra de petróleo africano.

### 3.3 As relações do Brasil-Nigéria, Brasil-Angola e a atuação da Petrobras

Como observamos anteriormente, o Brasil estreitou laços com a África continente africano no decorrer do século XXI. Nesse momento, mencionaremos o estudo de caso do trabalho, visto que, como nosso interesse é estudar o petróleo, cabe analisarmos os principais países com os quais o Brasil construiu relações econômicas e energéticas.

Como apresentamos na seção dois, a Angola e a Nigéria são dois dos principais importadores de petróleo para o Brasil, sendo este o motor de suas relações comerciais. Além disso, como apresentamos nos capítulos anteriores, os dois países são os únicos que possuem relações com a Petrobras que datam desde o século XX e que não se romperam, ao contrário do que aconteceu com outros países do continente.

Cabe analisarmos dois pontos principais nesta seção: as relações políticas, comerciais e os acordos sobre energia com a Nigéria e a Angola; e a atuação da Petrobras no período. O primeiro está alinhado à ideia da política externa brasileira para o continente africano, que é propagada de forma ávida no governo do ex-presidente Lula e apresenta continuidades durante o governo da presidente Dilma Rousseff. O segundo está envolto na ideia da importância geopolítica do petróleo para o Brasil e para as relações entre as duas regiões.

Afinal, a Petrobras participa da estratégia brasileira de política externa, sendo que o governo brasileiro é o sócio majoritário, com 51% das ações. Por isso, compreende-se que há uma congruência, mesmo que não seja de 100%, entre a política externa do Brasil, as necessidades energéticas e a atuação da Petrobras no petróleo africano. O interesse estratégico da empresa na África está alinhado com suas expectativas de produzir petróleo de boa qualidade, estando de acordo com a estratégia do governo brasileiro de desenvolvimento socioeconômico.

As perspectivas são muito positivas. A Petrobras já atua na Nigéria, em Angola, na Guiné Equatorial, na Líbia, na Tanzânia, no Senegal e em Moçambique. Em seu plano de negócios para 2008-2012, estão previstos novos projetos em Angola e na Nigéria. E sei que a empresa tem conversado com Governos e empresas de outros países, na Argélia e na República do Congo. Angola é uma das prioridades da Petrobrás, que está presente no país desde 1979. Mais recentemente, assinou acordo com a Sonangol para a partilha de produção referente a quatro blocos nos quais atuará como operadora pela primeira vez. (LULA em entrevista concedida à *África Today* em 20/11/2007)

A participação majoritária do Estado na Petrobras contribui para a projeção da empresa no cenário internacional e para a possibilidade da estatal atuar no território internacional. Segundo Carlos de Lima, quando há a negociação com países produtores de petróleo, eles têm preferências por negociar de governo para governo porque além de ser algo mais estável, há o envolvimento de questões diplomáticas e não meramente questões econômicas, financeiras e empresariais. Por isso, quando o governo da Angola negocia o investimento da Petrobras no país, há uma negociação que elenca diversos outros fatores. Não há a negociação só do investimento da empresa, o governo angolano “*está negociando uma relação cultural, uma relação política, a assinatura de convênios entre universidades, enfim, uma série de coisas que vêm a reboque e que fazem com que a atividade da Petrobras lá fora seja de extrema relevância, tanto em termos econômicos, como em termos diplomáticos*” (Entrevista realizada no dia 30 de novembro de 2015 com Carlos Renato de Lima).

Em 2010, a empresa estatal petrolífera estava presente na África essencialmente desempenhando a atividade de produção e exploração de petróleo em cinco países: Líbia, Angola, Namíbia, Nigéria e Tanzânia. Expandiu-se atuando no Benim e no Gabão. Além disso, já atuou na Argélia, no Congo e no Egito. Entende-se que, em 2010, dos 151 mil barris de petróleo produzidos por dia no mercado internacional pela Petrobras, 60,3 mil são produzidos apenas pela Angola e pela Nigéria, o que significa que mais de 1/3 da produção internacional diária de petróleo da Petrobras vem dos dois países africanos (PETROBRAS apud VILLAS-BOAS, 2014; DE LIMA, 2015).

Na África, a Petrobras investiu em diversos projetos de exploração de petróleo (maioria offshore), na Nigéria, Angola, Líbia, Namíbia e Tanzânia. A produção da companhia na África (57,444 barrils de óleo equivalente por dia – boe/d) corresponde a 24% da produção internacional da Petrobrás. Angola é alvo do quarto maior investimento da empresa no internacional, worth US\$ 900 milhões no período de 2009-2013. Investimentos na Nigéria são estimados em US\$ 2 bilhões durante o mesmo período<sup>71</sup> (AFRICAN ECONOMIC BRIEF, 2011, p.5).

### 3.3.1 Relações Brasil-Nigéria a partir de 2003 até 2014

... Brasil e Nigéria ainda estão por se descobrir. A possibilidade econômica, cultural e comercial dos dois países não pode ter, no Oceano Atlântico, as suas dificuldades. É verdade que, durante muito tempo, o Brasil olhou para a Europa e para os Estados Unidos. É verdade que, durante muito tempo, a Nigéria também olhou para a Europa. (...) temos o potencial de estabelecermos políticas de complementaridade, de fazermos sociedade no campo da ciência e tecnologia, de fazermos parceria entre indústrias nigerianas e indústrias brasileiras, de fazermos com que o comércio se transforme numa via de duas mãos, onde possamos comprar e vender o máximo que pudermos produzir. Este mundo está à nossa disposição (LULA, 2005).

Pudemos observar no capítulo anterior que a Nigéria é reconhecida como Nação Independente pelo Brasil desde a década de 1960 e que as relações comerciais com o país se mantiveram mesmo após períodos financeiros e diplomáticos conturbados. Um exemplo disso são as crises do petróleo, que estimularam o aumento de trocas comerciais entre os países. Todavia, em 2003, há uma nova guinada nessas relações bilaterais, tanto com o aumento comercial, como com a projeção mais firme da Petrobras na Nigéria. Outro fator que aprofundou as relações entre o Brasil e a Nigéria são as questões relativas à pirataria e à proteção do Atlântico Sul. Isso ocorre pelo estímulo à cooperação em defesa e à organização do ZOPACAS, pois demonstra o interesse de países africanos e sul-americanos banhados pelo Atlântico Sul em fazer ações conjuntas visando à defesa da região. Na região do Delta do Niger, é comum a ocorrência de casos de pirataria e roubos, tendo em vista o conflito social que explicamos no capítulo dois.

A Nigéria se tornou um importante parceiro comercial e político para o Brasil, visto que o país africano detém cada vez mais influência no continente africano, o que pode ser visto com

---

<sup>71</sup> No original: “In Africa, Petrobras has invested in several oil exploration projects (mainly offshore), in Nigeria, Angola, Libya, Namibia, and Tanzania. The company’s production in Africa (57,444 barrels of oil equivalent per day – boe/d) corresponds to 24 percent of its international production. Angola is the recipient of its fourth biggest international investment, worth US\$ 900.0 million for the period 2009- 2013. Investments planned for Nigeria are estimated at US\$ 2.0 billion over the same period”



a atuação da Nigéria em foros regionais e multilaterais. A Nigéria é um dos países mais poderosos na África, figurando, no início do século XXI, como a maior economia do continente, com o maior PIB - US\$ 510 bilhões - em 2013<sup>72</sup>. A Nigéria é membro fundador da Organização da Unidade Africana (OUA), criada para enfrentar o colonialismo e a apropriação de suas riquezas por países terceiros. A OUA foi substituída pela União Africana em 2002 e, agora, ajuda na promoção da democracia, direitos humanos e desenvolvimento econômico na África. Dessa maneira, nota-se que, após sua independência, a Nigéria se coloca no continente africano de forma incisiva, buscando a aproximação e a integração regional na África e visando à consolidação dos laços com os países da região.

Além disso, o país africano é um dos maiores detentores de reservas de petróleo do mundo – aproximadamente 37 bilhões de barris – e, como mostramos no capítulo anterior, a região produtora de petróleo é alvo de constantes conflitos; o roubo de petróleo na região do Delta do Níger, por exemplo, é bastante comum. Uma situação de instabilidade na Nigéria não seria interessante para o Brasil, não só pelo fato do petróleo nigeriano ser importante para suprir as demandas brasileiras e pela atuação da Petrobras no país, mas, também, porque a instabilidade aumenta o poder de intervenção de potências estrangeiras na região (FIORI et al., 2012; EIA, 2015). Por isso, além do Brasil investir em questões energéticas por conta de suas necessidades internas, também efetua a estratégia de estímulo à cooperação de defesa para afastar ações de potências extrarregionais no entorno estratégico brasileiro que, no caso, envolve também a Nigéria.

Em 2005, a embaixada do Brasil foi transferida para Abuja, nova capital da Nigéria e, no mesmo ano, o ex-presidente Lula visitou pela primeira vez o país. Além disso, em 2006 e em 2008, o Brasil recebeu a visita do Ministro de Estado do Comércio da Nigéria e, em 2009, o presidente da Nigéria realizou sua primeira viagem ao Brasil no período do novo governo. Lula também visitou a Nigéria em 2006 para a I Cúpula América do Sul-África (ASA).

A I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e da África (ASA) foi fruto de uma iniciativa conjunta entre Brasil e Nigéria, tendo o objetivo de construir uma plataforma de diálogo político e cooperação entre as duas regiões. A Cúpula é o único mecanismo que reúne periodicamente líderes africanos e sul-americanos, privilegiando o estreitamento de laços entre as duas regiões. Além disso, Brasil e a Nigéria são os coordenadores regionais, apoiados pela UNASUL e pela União Africana. No encontro, foram

---

<sup>72</sup> Ver em <http://br.wsj.com/articles/SB10001424052702303456104579486061894837256>

estabelecidos a declaração de Abuja, um plano de Ação e uma Resolução que criou o Fórum de Cooperação América do Sul - África (ASACOF).

A participação brasileira na ASA reflete a prioridade da América do Sul para o Brasil e a importância crescente atribuída à África, vista cada vez mais como parte da nossa vizinhança. O mecanismo colabora para fortalecer a identidade da América do Sul, que se apresenta e dialoga com outra região de maneira integrada. Além disso, constitui foro para o debate iniciativas que visam ao desenvolvimento de seus países-membros, em uma relação entre regiões pautada não por ajuda externa, mas sim por um processo de cooperação Sul-Sul entre países que compartilham problemas e desafios comuns. (ITAMARATY, 2015)

Já a II Cúpula ASA foi realizada três anos depois de sua criação em 2009, em Nova Esparta, na Venezuela, onde foram apresentadas propostas para o financiamento de ações de cooperação. A III Cúpula ASA foi realizada em 23 de fevereiro de 2013, em Malabo, na Guiné Equatorial, e era sobre o tema “Estratégias e Mecanismos para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul”. Foi organizada uma mesa redonda que visava discutir temas a respeito de infraestrutura e energia, reunindo representantes de governos, instituições internacionais e associações empresariais. Nessa mesma reunião, foi enfatizada a importância das empresas no continente que desempenhariam um papel fundamental atuando como desenvolvedores de projetos.

Na reunião foi sublinhada a necessidade de reforçar o comércio e o investimento Sul-Sul e de promover investimentos entre América do Sul e África, especialmente na cadeia produtiva petróleo-gás e em projetos conjuntos de energia renovável, como a energia hidrelétrica, biocombustíveis, solar, geotérmica e energia eólica. O projeto visa à diversificação da matriz energética, promovendo a formação de uma cadeia produtiva nacional, regional e birregional de petróleo-gás, estimulando a transferência de tecnologias e a formação de competências humanas<sup>73</sup>.

Na declaração, também foi mencionada, mesmo que indiretamente, a relevância do Atlântico Sul, pois foi reiterada a necessidade de aumentar rotas aéreas diretas e de racionalizar rotas marítimas entre América do Sul e África. Ao fim, foi proposta a criação da Conferência ASA de Entidades de Negócios e Câmaras de Comércio, com o objetivo de reforçar os investimentos entre América do Sul e África por meio de projetos conjuntos de empresas de ambos os continentes. O projeto, contudo, não foi estabelecido até hoje. A próxima reunião está prevista para 2016, no Equador (ITAMARATY, 2015).

---

<sup>73</sup> Declaração Conjunta III Cúpula ASA. Ver em [http://asasummit.itamaraty.gov.br/projetos/mesa-redonda-sobre-energia-infraestrutura-e-transportes/at\\_download/file](http://asasummit.itamaraty.gov.br/projetos/mesa-redonda-sobre-energia-infraestrutura-e-transportes/at_download/file)

O Brasil também fez acordos de cooperação Sul-Sul com a Nigéria. Destacam-se projetos de cooperação técnica na área de saúde e de agricultura, pois o conhecimento da EMBRAPA sobre produção agrícola tropical tem sido útil para a expansão da agricultura nigeriana. Durante os anos do governo Lula, foram feitos cinco acordos de cooperação, enquanto no governo Dilma foram firmados dois acordos em 2011. Em 2012, um importante acordo foi o de Capacitação Militar, pois o mesmo está ligado com a ideia de defesa, sendo diretamente relacionado à dinâmica de proteção do Atlântico Sul.



**Gráfico 14: Número de Acordos de Cooperação Sul-Sul Brasil-Nigéria**

Fonte: ABC, 2015.

Nos atos internacionais<sup>74</sup> (ANEXO C) entre Brasil e Nigéria, podemos observar que, durante o governo Lula e Dilma, foram celebrados dezoito atos, sendo dois no governo Dilma e dezesseis no mandato do ex-presidente Lula. Três<sup>75</sup> desses acordos são interessantes para entender como são tratadas as relações entre os países no âmbito da energia.

O primeiro deles é o Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação na Área de Energia entre Brasil e Nigéria de 2009. Nesse memorando, há o compromisso de ambas as partes de cooperar em assuntos energéticos, desenvolvendo e implementando programas de cooperação no setor de energia nas áreas de: petróleo e gás, produção de eletricidade, produção

<sup>74</sup> Segundo o SCI (2015), um ato internacional pode ser caracterizado como um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica.

<sup>75</sup> Existem quatro acordos que versam sobre o petróleo explicitamente. Todavia, o Memorando de Entendimento de Brasil e Nigéria realizado em 2005 que afirma que “Ambos os países se comprometem a negociar contratos comerciais diretos a serem assinados entre a PETROBRAS e a NNPC, com o objetivo de manter um fornecimento direto de petróleo para o Brasil, e de derivados de petróleo e álcool combustível para a Nigéria” ainda está em tramitação, ou seja, não é vigente.

de biocombustíveis, intercâmbio de informações de energia, eficiência energética e apoio técnico.

O propósito do Grupo de Trabalho é promover a cooperação bilateral no campo de energia nos termos deste Memorando de Entendimento e deverá contar com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS) e da "Power Holding Company Nigeria" (PHCN), bem como da PETROBRAS S.A e da "Nigerian National Petroleum Corporation" (NNPC). (MEMORANDO BRASIL-NIGÉRIA, 2009).

Ou seja, nota-se que, em 2009, quando houve uma queda no comércio entre os dois países, há a assinatura com o objetivo de incrementar as relações no âmbito energético. A declaração tinha como intuito não só fortalecer as relações diplomáticas, mas também estimular o comércio, as trocas de informações energéticas e a atuação da Petrobras.

Os outros dois acordos foram assinados em 2013. O primeiro foi o memorando de entendimento entre o Brasil e a Nigéria para o estabelecimento de mecanismo de diálogo estratégico<sup>76</sup>, no qual os países têm como objetivo promover e aumentar a cooperação nas áreas diplomática, política, econômica, científica e tecnológica, além de intensificar o comércio bilateral e investimentos entre eles. Segundo o memorando, o mecanismo focalizará nas áreas de petróleo, energia elétrica, biocombustível, mineração, comércio, investimentos e outras (SCI, 2015).

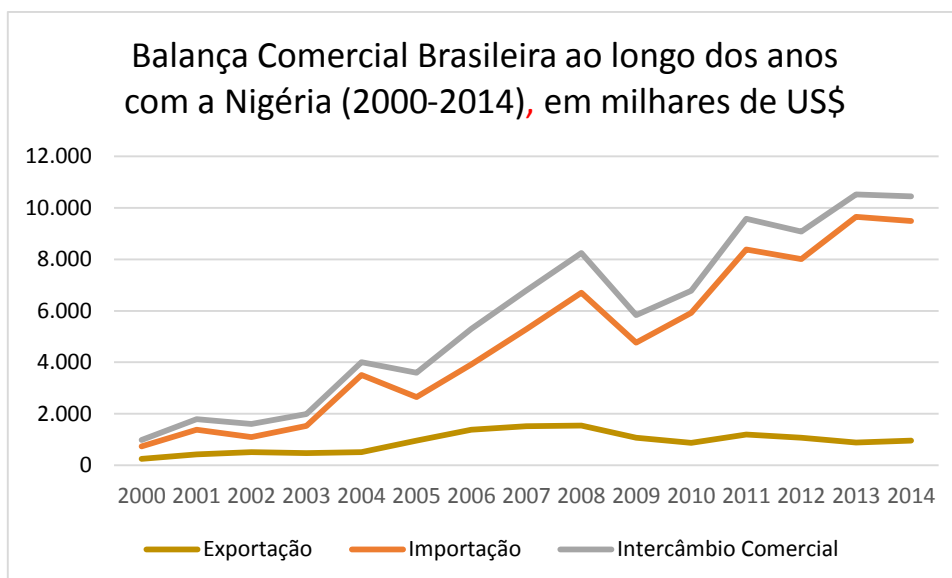
Em 26 de novembro de 2013, foi assinada a Declaração Conjunta da I Sessão do mecanismo de diálogo estratégico Brasil-Nigéria<sup>77</sup>. A Sessão que gerou o documento foi realizada entre os países com o intuito de promover as relações diplomáticas pelo fato de ambos terem compreendido que são relevantes estrategicamente um para o outro. Nessa Sessão, foram criados grupos de trabalho nas áreas de: agricultura, segurança alimentar, desenvolvimento agrário, temas consulares e jurídicos, defesa, mineração, energia, comércio e investimentos, cultura e infraestrutura.

No campo econômico, as relações comerciais entre os dois países se expandiram ao longo dos anos. O Brasil aumentou suas importações de petróleo da Nigéria, mas nota-se que a Nigéria não é um mercado promissor de mercadorias exportadas do Brasil, pois os percentuais continuam baixos. Por esse motivo, podemos observar que há o estímulo entre as regiões com o intuito de promover a entrada de empresas brasileira no país africano.

---

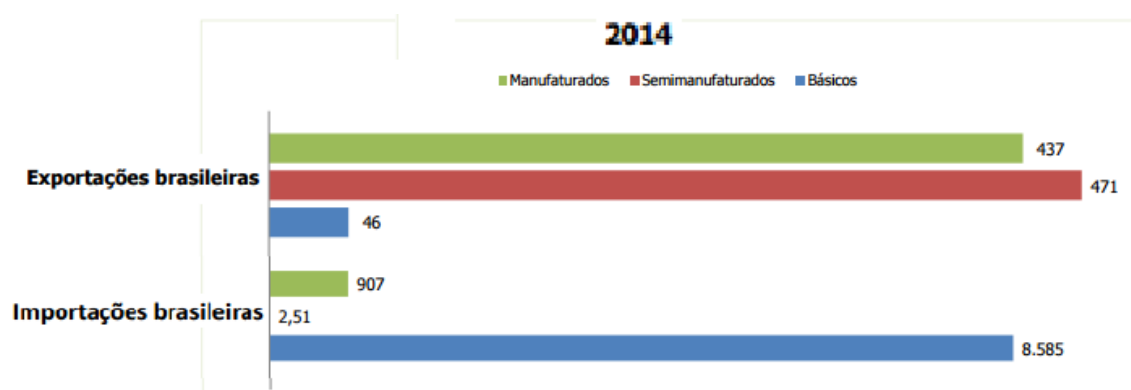
<sup>76</sup> Ver em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2013/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-federal-da-nigeria-para-o-estabelecimento-de-mecanismo-de-dialogo-estrategico>

<sup>77</sup> Ver em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2013/declaracao-conjunta-da-i-sessao-do-mecanismo-de-dialogo-estrategico-brasil-nigeria>



**Gráfico 15: Relações Comerciais Brasil-Nigéria 2000-2014**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MRE;DPR;MDIC.



**Gráfico 16: Importações e Exportações Brasil-Nigéria por fator agregado. Números referentes à US\$ milhões**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MRE;DPR;MDIC.

### 3.3.2 Petrobras e Nigéria: 2003-2014

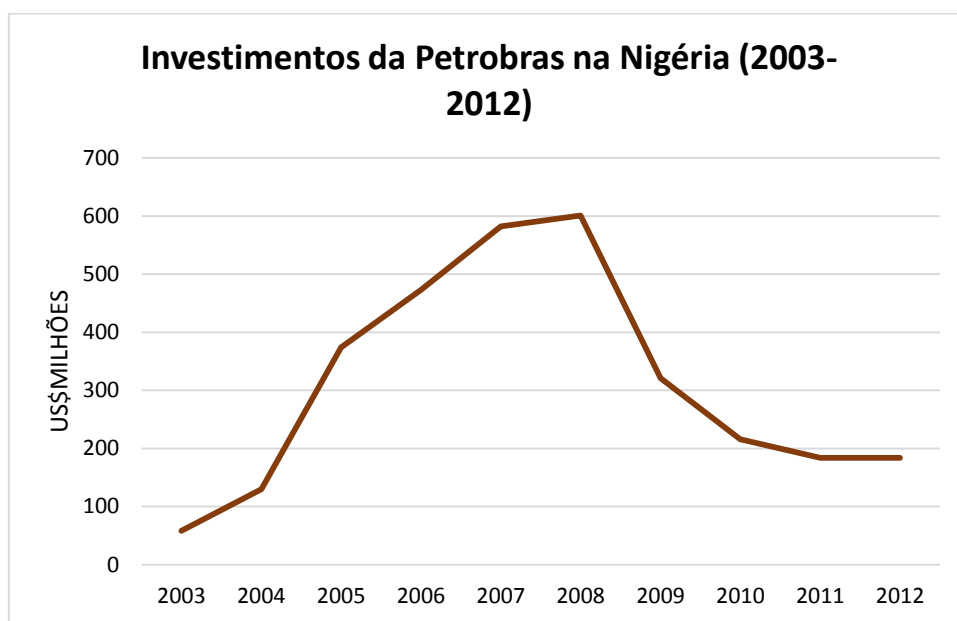
Pensando tanto na dinâmica comercial como energética, torna-se fundamental explicitarmos a atuação da Petrobras na Nigéria. Isso se faz necessário porque, além da empresa ser um instrumento de poder do governo brasileiro no cenário internacional, está vinculada à política externa e penetra no continente de forma mais ativa devido à semelhança geológica na sua zona *offshore* e pelo avivamento das relações diplomáticas entre os países no século XXI.

A entrada da Petrobras na Nigéria, como mencionamos no capítulo anterior, acontece em 1998 devido às similitudes geográficas e à internacionalização da Petrobras, que foi estimulada. A Nigéria é um dos países africanos com maiores reservas de petróleo na atualidade

e com uma produção de 2361 milhares de barris de petróleo por dia. A Petrobras atua através da exploração e da produção de petróleo.

Dados de 2008 da Petrobras mostravam que as reservas provadas da empresa na Nigéria chegavam a 158,3 milhões de barris, com uma produção de 70 mil barris por dia. A Petrobras produz petróleo nos blocos: AKPO, do qual a operadora é a Total e a participação é de 20%; no AGBAMI, cuja operadora é a Chevron e a participação da Petrobras é de 12,49%; e no EGINA, que tem a Total como operadora e no qual a participação da estatal brasileira é de 20%. A empresa também avalia o campo de Egina South & Preowei, onde a operadora é a Total e a participação da Petrobras é de 20% (DE LIMA, 2015).

Dados de 2012 afirmam que a produção de petróleo foi de 51 mil barris de óleo equivalente por dia. O número é significativo e é importante, pois o petróleo encontrado na costa africana, em grande parte, é leve, ou seja, além de produzir mais frações de derivados nobres de petróleo, o custo do refino é menor. Esse é um dos motivos do Brasil importar petróleo da Nigéria e prosseguir importando grandes quantidades mesmo com a descoberta do pré-sal, pois, além do Brasil não ser autossuficiente, é mais interessante comprar petróleo leve para refinar nas refinarias do Brasil, porque torna o processo mais barato.



**Gráfico 17: Investimento da Petrobras na Nigéria entre 2003-2012<sup>78</sup>**

Fonte: Petrobras, 2015.

Pode-se observar que os investimentos da Petrobras no continente africano estão concentrados nos períodos de 2007 e 2008. É interessante pensar que o governo Lula abriu

<sup>78</sup> Não existem dados disponíveis sobre 2013 e 2014, pois houve a *joint venture* realizada entre a Petrobras e a BTGPACTUAL.

portas para a entrada da Petrobras no continente africano e, no caso da Nigéria, estimulou o investimento na região, porque a política externa voltada para o continente africano esteve orientada para suprir as demandas internas.

A entrada da Petrobras não só contribuiu para a produção de petróleo, mas também ajudou a região gerando emprego para locais. Por exemplo, nos períodos de auge de 2007 e 2008, a Petrobras empregou de 28 e 36 funcionários locais, com apenas 13 brasileiros em ambos os anos. Além disso, a Petrobras treinou os funcionários no continente, então houve um estímulo à capacitação de técnicos (PETROBRAS, 2015).

É importante mencionar que em 2013 foi formada uma *joint venture* entre a Petrobras e a BTG Pactual<sup>79</sup>, na qual foram partilhadas em 50% os totais de produção da Petrobras nos países africanos ao mesmo tempo que os custos são igualmente compartilhados. Essa parceria foi firmada com o intuito de diminuir os custos e riscos da exploração no continente africano e como uma forma de retornar capital para investimentos no interior do Brasil (DE LIMA, 2015).

Diante dos dados aqui apresentados, pode-se compreender que há um interesse da Petrobras em atuar na Nigéria, pois foram feitos investimentos significativos nos campos de exploração nigeriano. Desse modo, a produção presente nos campos da Nigéria é significativa para suprir as demandas internas do Brasil.

### **3.3.3 Relações Brasil-Angola a partir de 2003 até 2014**

A Angola é um dos principais parceiros do Brasil na África em termos econômicos e também energéticos. Observamos, no capítulo dois, que existe uma história colonial que remonta ao século XV e que une o Brasil e a Angola. Também vimos que os laços entre os dois países se estreitaram em 1975 porque o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a Independência angolana. A história comum e as semelhanças culturais possibilitaram a entrada mais fácil do Brasil na Angola e, a partir de então, o petróleo foi um grande norteador das relações econômicas entre eles.

A Angola demorou até se estabilizar politicamente devido a disputas internas. Após a instauração de um modelo de governo democrático, houve maior aproximação dos países emergentes em relação à Angola. Por esse motivo, é possível entender que a China<sup>80</sup> apresentasse como o principal parceiro da Angola e tem investido maciçamente no país em busca de recursos naturais para suprir as demandas de sua economia.

---

<sup>79</sup> Banco de Investimento privado da América Latina.

<sup>80</sup> Em ambos os países estudados, a hegemonia chinesa já adentrou no território com a petrolífera chinesa CNOOC, deixando parceiros tradicionais com menor espaço de atuação.

Tanto o Brasil como a Angola participam da CPLP e da ZOPACAS, e a Angola também participa da Cúpula da ASA. No âmbito da CPLP, há o objetivo de promover as relações comerciais e empresariais entre os países com foco na cooperação em setores de interesse comum, como mar e recursos naturais, energia, turismo e outros.

Além disso, a Angola é, assim como a Nigéria, um dos maiores detentores de reservas de petróleo do mundo – aproximadamente 9 bilhões de barris. A Angola possui laços culturais e históricos com o Brasil, por isso são facilitadas as relações entre os países: o idioma comum auxilia tanto na entrada de empresas brasileiras como na receptividade de governos.

De acordo com Vizentini (2015), o governo Lula representaria o quarto impulso<sup>81</sup> nas relações entre o Brasil e a Angola, pois, a partir de 2003, as relações passam a ser mais conectadas por conta de uma agenda voltada para a promoção de países do Sul global e, para tanto, são assinados inúmeros acordos de cooperação técnica nas mais diversas áreas com a Angola, sendo doze acordos só no primeiro ano. Além disso, foram intensificados os programas culturais e também as trocas no campo da educação com intercâmbio de estudantes (ABC, 2015).

Comparativamente, a Angola tem mais acordos de cooperação com o Brasil do que a Nigéria. O aumento de acordos de cooperação entre Brasil-Angola aconteceu de 2004 até 2008. A partir de 2009, há uma queda contínua. No total, foram realizados 64 acordos de cooperação Sul-Sul entre Brasil e Angola a partir de 2003, sendo que o governo de Dilma Rousseff realizou 9 acordos com a Angola durante o seu primeiro mandato, enquanto Lula realizou, no primeiro e no segundo mandato, respectivamente, 13 e 42 acordos de cooperação.

---

<sup>81</sup> Segundo Vizentini (2015) existem quatro momentos da história da política externa brasileira que representariam o movimento de aproximação entre o Brasil e a Angola. O primeiro impulso aconteceu com o imediato reconhecimento, por parte do Brasil, da independência angolana, em 1975, durante o governo Geisel, como foi anteriormente mencionado. O segundo impulso ocorreu no contexto da articulação da ZOPACAS durante o governo Sarney, com o Brasil e a Angola reafirmando a recusa ao apartheid e a presença dos EUA no Atlântico Sul. O terceiro impulso seria o estabelecimento da CPLP, no início dos anos 1990, e o quarto impulso teria sido o mais intenso e aconteceu durante o governo Lula.





**Gráfico 18: Acordos Brasil-Angola de Cooperação Sul-Sul**

Fonte: ABC, 2015.

Os principais acordos de cooperação são voltados para saúde, segurança alimentar e educação. É importante destacar os acordos de defesa que foram estabelecidos com o intuito de reforçar a marinha angolana e instruir os profissionais das forças armadas. Esses acordos estão alinhados com a estratégia brasileira de revitalização do Atlântico Sul como região importante de recursos naturais e minerais. Também estão em consonância com o aumento de trocas comerciais entre os países, assim como acontece no caso da Nigéria.

Podemos observar que na VI Cúpula da CPLP, em 2008, ficou decidida a elaboração de uma estratégia comum para os oceanos, o que influenciou diretamente o petróleo angolano devido à promoção de iniciativas específicas, como a dinamização da cooperação para o desenvolvimento dos projetos de extensão da plataforma continental. O Brasil auxilia a Angola a estruturar sua indústria de defesa para reduzir a dependência de Forças Armadas externas.

O comércio é um dos pontos mais importantes nas relações crescentes entre os países. Analisando o comércio, é possível obter pistas acerca de como acontecem as relações energéticas entre Angola e Brasil. As exportações brasileiras para a Angola cresceram mais de 1000% até o período anterior à 2009. Esse aumento nas exportações para Angola é respaldado pela realização de eventos empresariais e missões diplomáticas.

...a partir de 2006, quando a Petrobras passou a ter direitos de exploração e produção em quatro blocos no país, sendo operadora em três deles e sócia não operadora em um, além dos que já explorava, de menor porte, desde 1980. Em 2010, a Petrobras confirmou a descoberta de novos poços de petróleo, que começaram a ser explorados

pela estatal brasileira a partir de 2011. Portanto, o amplo volume de importações de Angola, além de gerar empregos aos angolanos e recursos para o governo de Angola, gera dividendos para uma empresa brasileira de controle estatal. (VIZENTINI, 2015, p.8)

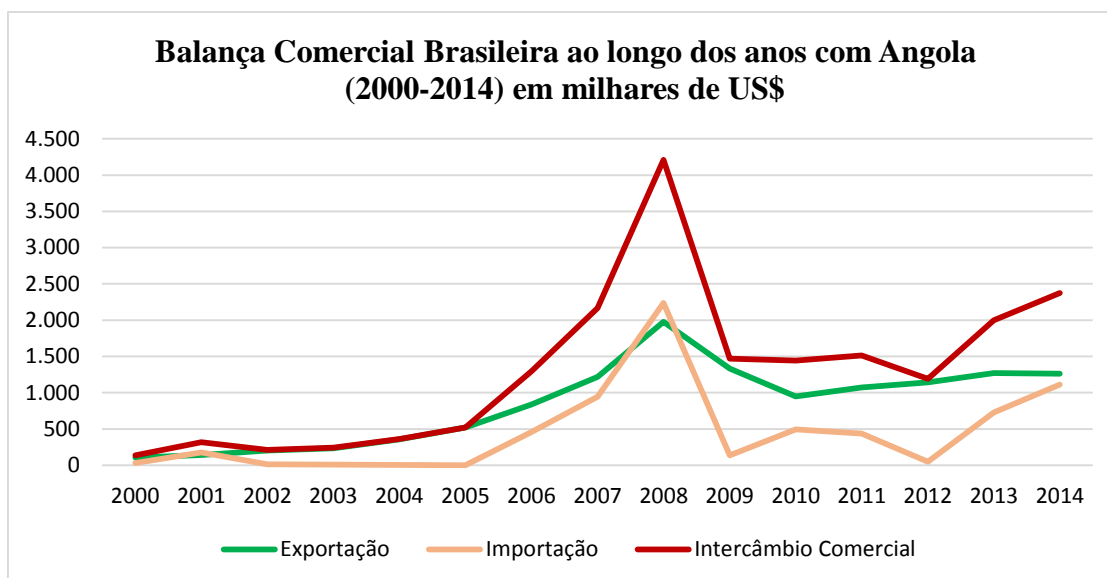
A Angola é um excelente exemplo de entrada de produtos manufaturados e semimanufaturados brasileiros no país e de exportação de petróleo para o Brasil. Isto é, enquanto o Brasil exporta majoritariamente produtos industrializados como automóveis e máquinas, por exemplo, importa produtos básicos. Assim como ocorre com a Nigéria, as relações econômicas do Brasil com a Angola serão orientadas pelo petróleo. Ao mesmo tempo, entretanto, há um maior escape dos produtos brasileiros para o mercado angolano do que para o nigeriano por fatores que implicam, por exemplo, uma história semelhante, como a língua compartilhada.

Analisando os dados comerciais, a partir de 2008 há a queda do intercâmbio comercial entre os países devido à crise econômica, além da queda da receita petrolífera na Angola<sup>82</sup>. Observa-se que o aumento da exportação de petróleo da Nigéria aumenta, ao passo que a da Angola diminui. Isso ocorre devido aos problemas enfrentados pelo governo angolano, que não estava preparado para as quedas do preço de petróleo e da demanda.

Nota-se que o aumento das relações comerciais entre o Brasil e a África acompanha a estratégia do governo brasileiro de aproximação, e, a partir de 2006, a Petrobras foi fundamental nas relações comerciais entre os países. Afinal, houve um aumento exponencial das importações brasileiras advindas da Angola, que está diretamente ligado à ação da Petrobras a partir de 2006, como explicaremos a seguir.

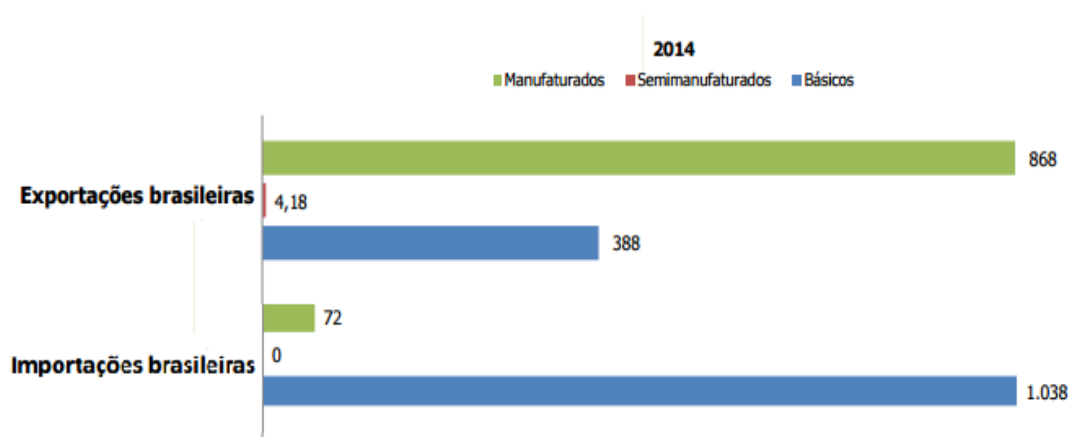
---

<sup>82</sup> Em 2009, o impacto potencial da queda dos preços internacionais do petróleo e os cortes de produção orientados pela OPEP acarretam a queda das receitas petrolíferas na Angola.



**Gráfico 19: Relações Comerciais Brasil-Angola 2000-2014**

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do MDIC.



**Gráfico 20: Importações e Exportações Brasil-Angola por fator agregado US\$ milhões**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC.

Analisando os atos internacionais do governo de Angola com o Brasil (ANEXO D), podemos observar que, desde 2010, temos somente dois novos atos, um em 2014 e outro em 2015, enquanto que, durante o governo Lula, foram estabelecidos (ou ao menos houve a tentativa de vigência de) 45 atos internacionais bilaterais entre os países. Diferentemente da Nigéria, a Angola tem mais atos bilaterais que tangem para aspectos de cooperação no âmbito da formação de estudantes, das trocas culturais e da saúde.

No entanto, também existem dois documentos que versam sobre a temática energética e são interessantes para apresentarmos, embora somente um esteja em vigência. O primeiro é o

Protocolo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Angola no domínio do petróleo<sup>83</sup> e foi feito em 2003. Esse ato não está em vigência e versa sobre a cooperação energética entre os países na área dos hidrocarbonetos. Apesar de promissor na perspectiva de auxílio no campo da energia e da exploração de recurso, o protocolo não foi efetivamente cumprido.

Outro ato internacional foi realizado em 2010, quando foi elaborada uma declaração conjunta sobre o estabelecimento de parceria estratégica entre o Brasil e a Angola<sup>84</sup>, visando à cooperação política, diplomática de segurança pública e defesa, e a cooperação econômica, financeira, comercial e de desenvolvimento. Desse modo, a ideia era de “incentivar a participação da iniciativa privada no desenvolvimento do comércio recíproco e promover a cooperação empresarial por meio do incentivo à formação de parcerias (...) nos domínios do agronegócio, petróleo, petroquímica, minas e energia.”<sup>85</sup>.

Nesse documento, podemos observar que é de interesse do governo brasileiro e angolano manter relações próximas no âmbito da cooperação. Mesmo que não haja acordos e atos internacionais sobre esse tema no governo da presidente Dilma, é importante notar que, diferente do que ocorre em relação à Nigéria, o foco dos atos internacionais está muito mais voltado para questões de saúde e culturais do que propriamente energia. Além disso, há um número expressivos de atos que demonstram como são relevantes as relações entre os dois países.

### 3.3.4 Petrobras na Angola a partir de 2003

...os recursos naturais minerais de Angola são um grande atrativo. O petróleo, em especial, não apenas pelo potencial angolano nessa área, quanto pelo fato de a estrutura geológica do país ser semelhante à brasileira, o que simplifica a atividade de exploração de petróleo por parte da Petrobras, na medida em que não necessita desenvolver tecnologia específica para a exploração nesse mercado. (VILLAS-BOAS, 2014: p112)

A Petrobras compreende que a Angola é um *hot spot* do mercado internacional e suas reservas tenderão a crescerem virtude da descoberta de pré-sal na região. A Petrobras atua como empresa não operadora no consórcio de exploração, o que diminui o comprometimento com o processo e mostra uma cautela da empresa no continente. Isso pode ser entendido, em parte,

---

<sup>83</sup> Ver em [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b\\_122](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_122)

<sup>84</sup> Ver em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/declaracao-conjunta-sobre-o-estabelecimento-de-parceria-estrategica-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-de-angola>

<sup>85</sup> Ver em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/declaracao-conjunta-sobre-o-estabelecimento-de-parceria-estrategica-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-de-angola>

por conta dos conflitos que existem e pelo fato dos governos, sobretudo o da Angola<sup>86</sup>, terem domínio total sobre a produção de petróleo (IGLESIAS; COSTA, 2011).

Em 2006, foram assinados acordos entre a Petrobras e a Sonangol, referentes aos Blocos 6/06, 15/06, 18/06 e 26. O Bloco 6/06 está localizado em águas rasas da Bacia do Kwanza e possui uma área total de 4.930 quilômetros quadrados, sendo a Petrobras a companhia operadora com 40% dos direitos. O bloco 18/06 está localizado em águas profundas na Bacia do Baixo Congo, uma região das mais prolíficas da indústria petrolífera em Angola, ao sul de importantes áreas produtoras de petróleo no país. O bloco possui uma área de 4.611 quilômetros quadrados e tem na Petrobras a companhia operadora com 30% de participação.

O Bloco 26 situa-se ao sul da Angola, em águas profundas, na Bacia de Benguela, em área de 4.838 quilômetros quadrados. Trata-se de área de fronteira exploratória, cuja integração de dados geológicos e geofísicos do bloco e analogias com modelos petrolíferos da costa oeste africana e da costa leste brasileira permitiram a identificação do interesse da Petrobras, que atuará como operadora, com 80% dos direitos. O Bloco 15/06 também está localizado na Bacia do Baixo Congo, e faz parte do prolífico alinhamento de campos produtores a águas profundas angolanas, tendo uma área de 3.025 quilômetros quadrados. A Petrobras, nesse bloco, atuará como sócio não operador, com 5% dos direitos (PETROBRAS, 2015; DE LIMA, 2015).

Em 2009, a Petrobras implementou, na Angola, o programa PROANI (Programa de Integração de Processos da Internacional), onde foram criados cursos de capacitação em solo angolano, somando 500 horas de treinamento em mais de 200 processos e subprocessos da área de compras, exploração, administração, estratégia e planejamento (PETROBRAS, 2015).

Na Angola, destacaram-se as descobertas de óleo em N’Goma-1 e Sangos, confirmando o grande potencial do bloco 15/06, no qual a companhia detém a participação de apenas 5%. O bloco 2, na Bacia do Baixo Congo, onde a Petrobras detém 27,5% de participação, gerou uma produção média de 2,5 mil bpd em 2008. Nos demais blocos que a Petrobras atua como operadora (6, 18 e 26) e participa de consórcio (34) continuam os trabalhos exploratórios (RELATÓRIO PETROBRAS, 2008, p.75).

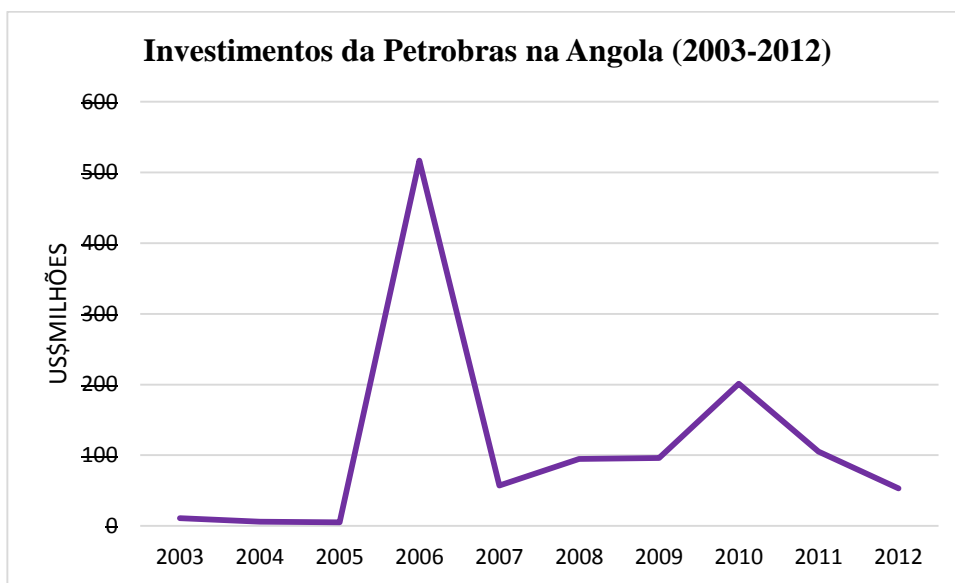
A produção de petróleo da Petrobras na Angola, em 2012, foi de 1,1 mil barril de óleo equivalente por dia. É bem inferior à quantidade explorada na Nigéria, mas é importante notar

---

<sup>86</sup> A Lei nº 10/04 da Angola afirma que todos os recursos petrolíferos são de propriedade estatal. Em razão disso, as empresas, para atuarem em território angolano, devem celebrar contratos de Joint Operation Agreement com a Sonangol. A empresa estrangeira tem a obrigação de pagar um bônus do petróleo para o estado angolano, dinheiro que é revertido para o desenvolvimento de projetos sociais (ANGOLA, 2004).

que a Petrobras ainda não descobriu potencialidades em alguns blocos que continuam em exploração.

Os mesmos motivos que levam a Petrobras a investir na Nigéria são vistos na Angola, pois o petróleo leve também é encontrado na região e é estratégico para o Brasil detê-lo. Ao analisarmos o gráfico abaixo, notamos o elevado investimento em 2006. É nesse momento que os estudos apontam a similaridade geológica entre o Brasil e a Angola e a possibilidade da existência de grandes reservas na camada pré-sal. Essa questão irá mover grandes investimentos da Petrobras na tentativa de conseguir produzir petróleo na Angola.



**Gráfico 21: Investimento da Petrobras na Angola entre 2003-2012<sup>87</sup>**

Fonte: Petrobras, 2015.

Assim como aconteceu com a Nigéria, a Petrobras empregou a população local em suas obras e apesar da menor produção, a exploração movimentou mais funcionários do que os necessários na Nigéria. Enquanto a Petrobras emprega 68 funcionários locais e 17 brasileiros em 2009, contrata 54 empregados locais e 5 brasileiros em 2014.

É importante pensar que a queda de investimentos da Petrobras na Angola está vinculada, na realidade, ao fato da não descoberta esperada de petróleo no continente e à necessidade de investir dentro do território brasileiro. Afinal, há uma mudança no final do governo Dilma por conta da crise econômica no Brasil.

Não só na Angola, mas na Nigéria e em outros países africanos, a Petrobras deixou de investir em alguns países africanos e outros se tornaram marginais a seus investimentos devido

<sup>87</sup> Não existem dados disponíveis sobre 2013 e 2014, pois houve a joint venture realizada entre a Petrobras e a BTGPACTUAL.

aos problemas de corrupção, conjuntura dos preços do petróleo e problemas econômicos enfrentados pela Petrobras.

A diminuição de investimento da Petrobras acompanhou a diminuição das importações da Angola e o intercâmbio comercial foi afetado. Por isso, a Angola é um exemplo da estrita relação que há entre o comércio entre os países e o petróleo. Afinal, o petróleo produzido pela Petrobras em outros países entra na balança de importados comerciais do Brasil.

### **3.4. Síntese**

A África emerge no cenário internacional como um continente rico em matérias-primas e minerais, uma região pouco explorada que pode suprir as crescentes demandas mundiais de alimentos e outros produtos materiais. China, Estados Unidos, Japão, França e outros países já estão firmando laços com países do continente africano e vislumbram possibilidades ímpares de negócios na região (IPEA, 2011: p. 29).

O Brasil, por sua vez, não esteve fora desse jogo político e econômico. A ascensão da África na nova corrida para o continente por parte das grandes potências também mobilizou o Brasil, que passou não só a fazer acordos de cooperação, mas também a investir em linhas de crédito e na internacionalização de suas empresas. Como observamos no capítulo, o governo do ex-presidente Lula modificou a política externa de aproximação com o continente africano, colocando as relações Sul-Sul como grande estratégia do período. As relações com os países do Sul foram pautadas ao mesmo tempo em uma busca de desenvolvimento entre iguais e na expansão de mercados para o Brasil. Além disso, a fortificação das relações do Brasil com o continente africano foram reflexos da necessidade expansiva do Brasil de importar petróleo para suprir as suas demandas internas.

O continente africano foi, além de um parceiro político estratégico devido à busca incessante pela reforma no Conselho de Segurança da ONU, um parceiro econômico, mesmo que haja um déficit de comércio entre o Brasil e o continente africano, sendo a Nigéria o principal país a contribuir para esse saldo negativo brasileiro. No governo Lula, houve um processo de empréstimos visando à internacionalização de empresas brasileiras e, com isso, empresas como Andrade Gutierrez, Vale e Petrobras puderam investir no continente.

Nota-se que há uma congruência entre as ações diplomáticas e a expansão de mercados brasileiros em relação às atuações das empresas brasileiras em solo africano. Ao mesmo tempo, os programas com políticas sociais e de incentivo à indústria impulsionaram o crescimento brasileiro e, assim, a demanda energética cresceu.

O governo Lula vivenciou um período internacional de bonança, que estimulou a economia brasileira e permitiu que o governo contribuísse com programas sociais e a projeção do Brasil no cenário internacional. O governo seguinte da presidente Dilma Rousseff enfrentou problemas oriundos da conjuntura internacional mais debilitada, com os reflexos da crise econômica de 2008 afetando todo o mundo e o Brasil.

O governo da presidente Dilma manteve estruturas de aproximação com países da América do Sul e da África. Apesar da presidente não ser uma figura carismática e tão presente como o ex-presidente Lula no âmbito internacional, as relações comerciais se mantiveram e houve a continuidade de projetos de cooperação e de estratégias para o continente africano.

Também foi possível observar uma estreita relação entre o Brasil e os países escolhidos para analisarmos, pois há um incremento das relações comerciais da Angola e da Nigéria com o Brasil, relações que são alimentadas pelo petróleo. Ainda assim, a Petrobras esteve presente e em congruência com a política externa brasileira nos dois países, sobretudo, durante o governo Lula, que impulsionou investimentos tanto na Nigéria como na Angola.

No âmbito energético brasileiro, também é possível observar que, enquanto o ex-presidente enfrenta o boom ocasionado pelas commodities e a descoberta de reservas potenciais de pré-sal, o governo Dilma enfrenta problemas diante dos preços do petróleo e da dinâmica interna da Petrobras, por exemplo. Esses problemas afetam diretamente a posição do Brasil no cenário internacional, por isso é importante mostrar que a energia e a posse de grandes reservas de petróleo contribuem para a projeção do Brasil no cenário internacional – como acontece no governo Lula, que promoveu não só o pré-sal, mas a ideia dos biocombustíveis.

Portanto, esse capítulo mostrou que há a mescla de interesses estratégicos brasileiros e da Petrobras. Os dois governos do PT no século XXI marcaram a aproximação com o continente africano, e o petróleo permitiu que as relações comerciais se mantivessem devido à importância e a qualidade do petróleo africano para o Brasil; por isso, foram feitos atos internacionais com o intuito de promover ações conjuntas na área energética. Observa-se que o petróleo e as relações brasileiras com os países africanos, em especial com os estudados nesse trabalho, também serviram como um dos propulsores para o poder político do Brasil no cenário internacional mediante a relevância que ambos conquistam em tal conjuntura. Além disso, há a penetração brasileira no continente africano e nos países limítrofes direcionada para uma estratégia militar e geopolítica, visto que o fortalecimento das relações contribui para o afastamento de potências estrangeiras do Atlântico Sul.



A presença brasileira nos países africanos e principalmente nos grandes produtores de petróleo auxilia na inserção internacional brasileira durante o governo Lula, contribuindo para a posição de destaque que o Brasil conquista, principalmente, durante o governo do ex-presidente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a busca pela autonomia do Brasil no cenário internacional ficou mais evidente no século XXI com a ascensão do governo Lula (2003-2010). Como buscamos mostrar, o Brasil se tornou um *player* importante no tabuleiro internacional, um ator influente e participante do sistema, expondo opiniões, apontando problemas e criando agendas. Durante o governo Lula, há o envolvimento de um projeto de integração sul-americana, assim como há a entrada do Brasil no BRICS, por exemplo, e o constante fomento das relações entre o Brasil e o continente africano, por vias diplomáticas, políticas ou comerciais.

A postura ativa e autônoma do Brasil responde à hegemonia norte-americana, pois há um sentimento de cooperação e multilateralismo no discurso do governo brasileiro a partir de 2003 como forma de projetar o Brasil internacionalmente. A política externa brasileira passa a ter uma postura autônoma, sem estar sob tutela ou completamente alinhada à política norte-americana, como aconteceu em diversos períodos históricos da política externa brasileira (JK, Vargas, FHC e outros). A inserção do Brasil no cenário internacional é acompanhada por um discurso solidário, por uma diplomacia cultural, com o intuito de afastar questões concernentes à ideia de imperialismo ou dominação, seja em relação aos países da América do Sul, seja em relação aos países africanos, mesmo que isso possa ser questionável.

Inicialmente, foi mostrado que, no decorrer da história do século XX, os percalços da política exterior do Brasil será às vezes orientado para o alinhamento com os EUA e às vezes direcionado para uma busca por novos mercados e pela autonomia. No século XXI, a autonomia foi intensificada nos governos Lula e Dilma. Dessa maneira, a explanação sobre a história da política externa teve como objetivo observar essas questões alinhadas tanto ao petróleo como à reaproximação do Brasil com a África.

Posteriormente, foi feito um estudo do século XX, observando a África e a relevância que o petróleo conquistou nesse período. Diante disso, foi explanada a história da Angola e da Nigéria do século XX de forma breve e, posteriormente, foram mencionadas as relações do Brasil com os dois países no século XX até 2002, mostrando como os países se tornaram parceiros importantes para o Brasil diante da proposta de desenvolvimento e da demanda energética brasileira.

Por fim, entramos no século XXI, onde foi mencionada tanto a questão da África como a política externa do governo Lula e Dilma e as mudanças da política externa em relação aos países africanos. Pudemos observar, a partir do que já havia sido explanado nos capítulos anteriores, como a dinâmica energética aparece nas relações do Brasil com o continente

africano, e precisamente com a Nigéria e a Angola. Foi mostrado como a Petrobras atuou no continente africano a partir do governo Lula, visto que a estratégia da empresa, por ser majoritariamente estatal, está atrelada à política externa do governo.

Compreendendo as hipóteses do trabalho, podemos notar que houve um incremento nas relações entre o Brasil e a África no século XXI orientada por uma política externa mais voltada para os países do Sul. No governo da presidente Dilma Roussef, por sua vez, é possível que o Brasil tenha se mantido mais recluso na política externa, como pensam alguns autores; entretanto, de forma diferente do que foi previsto, não houve franca diminuição das relações comerciais entre o Brasil e o continente africano – no caso da Nigéria, tais relações aumentaram.

Houve um menor engajamento político e diplomático, mas o petróleo prosseguiu sendo o grande instrumento das relações comerciais entre os países. Além disso, nota-se que a Petrobras diminuiu seu investimento no território africano devido às descobertas de petróleo na camada pré-sal. Observa-se também que o petróleo é o motor das relações do Brasil com alguns países do continente africano e é por meio dele, importando, que o Brasil fortalece suas relações com alguns países africanos, como, no caso, a Nigéria e a Angola.

Após a apresentação dos estudos e análises que compuseram esta dissertação, pode-se afirmar que o petróleo é um elemento crucial para entendermos, ao longo da história, as relações políticas e comerciais do Brasil com o continente africano, especialmente com a Nigéria e a Angola. Foi possível observar que a real aproximação do Brasil com o continente africano no século XX esteve orientada pela necessidade de suprir as demandas do desenvolvimento brasileiro, pela busca por ampliar mercados e pela lógica de conquistar novos parceiros que não as potências hegemônicas. Nesse sentido, a África foi um dos temas estratégicos da política externa brasileira durante o século XX. Todavia, como se pretendeu mostrar, existiram oscilações pertinentes às relações políticas entre o Brasil e o continente africano. Com isso, as trocas comerciais se modificaram ao longo dos anos, com altos índices de intercâmbio durante a década de 1970 e 1980 e uma desaceleração na década de 1990.

Historicamente, o século XX representou uma grande mudança no continente africano no sentido político, pois as Independências de seus países representaram a emergência de novos atores no cenário internacional. Ao mesmo tempo, o Brasil se industrializou e se tornou mais autônomo no tabuleiro mundial, aproximando-se de países do Terceiro Mundo e conquistando influência na América Latina e na África.

No século XXI, a África emergiu no cenário internacional como o “pomar do mundo”, a “última fronteira”, o espaço “inexplorado” e rico em recursos. Nesse sentido, países da

Europa, os EUA e inclusive países emergentes adentraram no continente africano em busca de suas riquezas. A China se tornou um dos principais parceiros da África, o que fez do continente africano um novo espaço de corrida imperialista, orientada pela “corrida energética”. Diante de um pessimismo instaurado devido às crescentes demandas energéticas e à ascensão de novos países consumidores de recursos e pelo fato de, apesar de novas reservas serem encontradas, o petróleo se esgotar em um espaço de tempo relativamente pequeno, a busca por novos parceiros se fez necessária.

Aliada a essa perspectiva energética, não só a política externa brasileira voltou seus olhares para a África, mas o próprio chefe de Estado, no caso, o Lula, compreendeu que a África é crucial para o Brasil tanto no âmbito histórico-cultural como no comercial. O governo Lula marcou a política externa brasileira pelo ativismo presidencial e pela política externa orientada para os parceiros do “Sul Global”.

O governo Lula também projetou a ideia de “revolução dos biocombustíveis”, tentando tornar o Brasil o principal articulador de uma revolução energética, visando à projeção brasileira na cena internacional e à articulação com países africanos. Isso ocorreu devido à capacidade produtiva de terras aráveis existentes na África, que ainda não são plenamente exploradas, e à possibilidade de produzir etanol através da cana-de-açúcar. Mesmo que não tenha sido o alvo do trabalho estudar os biocombustíveis, é importante apontá-lo. Observa-se que apesar dessa empreitada para a “revolução energética”, com a descoberta do pré-sal brasileiro, esse assunto se tornou cada vez mais marginal na agenda, mesmo que ainda existam ações e acordos do Brasil com o mundo.

A costa africana passou a figurar como entorno regional estratégico brasileiro na Estratégia Nacional de Defesa (END) e Plano Nacional de Defesa (PND), sendo entendido como um território que precisa ser defendido devido às riquezas presentes na região do Atlântico Sul e à proximidade com o território brasileiro. Essa questão colaborou para a assinatura de alguns acordos de cooperação no âmbito da defesa.

No que concerne à dinâmica do petróleo, temos duas questões importantes: a crescente demanda por petróleo no mundo e a necessidade de o Brasil importar petróleo, fazendo acordos com grandes países produtores.

A demanda internacional de petróleo tem sido estimulada nos últimos anos por um crescimento econômico mundial robusto. Tal crescimento tem sido puxado, sobretudo, pelos países em desenvolvimento como China, Índia e, mais recentemente, pelos países do Oriente Médio. (...) Cabe destacar que os países em desenvolvimento, cujas economias têm sustentado o crescimento econômico mundial nos últimos anos,

têm passado por processos de grande expansão da infra-estrutura produtiva, da urbanização e da motorização, estimulando de forma considerável suas demandas por petróleo. (MME, 2008, p. 9-10)

Tanto no governo Lula como no governo Dilma, as relações com a África são ampliadas. O governo de Dilma Rousseff, todavia, orientado para um viés mais interno, não promove as relações diplomáticas com o continente africano, reduzindo o número de visitas e os projetos de cooperação. No âmbito do petróleo, as relações econômicas permanecem, sendo que no caso angolano há uma diminuição oriunda da venda de ativos da Petrobras em solo africano. No caso da Nigéria, por sua vez, as relações comerciais aumentam e o Brasil compra cada vez mais petróleo do país.

Ou seja, apesar da orientação de uma política externa voltada para dentro, no que concerne à dinâmica do petróleo e ao âmbito comercial em relação aos dois países, as relações se mantêm, de certo modo, estáveis e até crescem no caso da Nigéria. Isso se dá devido a dois fatores: a Petrobras e as projeções de petróleo nos dois países e no Brasil.

No que tange à Petrobras, como mostramos, muitas de suas ações estão orientadas pelas estratégias de política externa do Brasil e estão atreladas à dinâmica de desenvolvimento brasileiro, tendo em vista que a empresa é majoritariamente estatal. Ainda assim, a Petrobras desenvolveu tecnologia para explorar águas ultraprofundas, o que corroborou para a descoberta de pré-sal no Brasil. Essa descoberta estimulou a produção no Brasil e os investimentos no interior do solo brasileiro e, por conta disso, houve, a partir do governo Dilma, a venda de ativos da Petrobras na Angola. Isso se deu pelo segundo fator que supracitamos, pois a Angola não possui tantas projeções de reservas de petróleo – apesar das projeções do pré-sal angolano que o Brasil auxiliou - quanto a Nigéria, sendo também um país que aos poucos está sendo tomado pelos investimentos chineses.

Outrossim, a crise econômica e política na Petrobras fez com que a mesma precisasse angariar fundos para a empresa e somente investisse em territórios que fossem efetivamente promissores e não premonições. Desse modo, a empresa continuou investindo na Nigéria e, assim, os índices de comércio do Brasil com a Nigéria aumentaram. Desse modo, é possível observar que, olhando para a dinâmica dos dois países, a Nigéria não sofreu com a mudança da política externa que se voltou mais para dentro e com menores acordos de cooperação, ao passo que as relações com a Angola oscilaram, mas, ao final do mandato de Dilma, foram incrementadas com o aumento das trocas comerciais. Dilma Rousseff foi menos ativa politicamente do que Lula no âmbito internacional, mas apesar do reduzido número de viagens

da presidente, as relações com os países africanos no âmbito comercial se mantiveram pela estratégia brasileira de desenvolvimento.

Comparativamente, existem diferenças acerca de como o Brasil trata as relações com a Nigéria e a Angola. Olhando primeiro para a Nigéria, nota-se a relevância da mesma, tendo em vista que esta se torna a principal articuladora africana da Cúpula América do Sul e África, ao passo que o Brasil é o principal articulador do lado sul-americano. Além disso, a Nigéria ganhou o status de maior potência econômica na África, ultrapassando a África do Sul. A Nigéria também é o país do qual o Brasil mais importa do continente africano e um dos fornecedores de petróleo para as demandas energéticas brasileiras.

As relações com a Nigéria são orientadas em dois sentidos: na observação da relevância do país no continente africano e na potencialidade energética do país. A orientação do segundo sentido é a mais forte. O primeiro, como mencionado, diz respeito às atitudes da Nigéria como, por exemplo, um dos articuladores da União Africana e participante de fóruns multilaterais com o Brasil como a ASA e a ZOPACAS. O segundo ocorre pelo fato da potencialidade energética ser o grande locomotor das relações entre os dois países, é o principal motivo da proximidade entre eles, pois independente do afastamento diplomático por conta da mudança de política externa, as relações se mantiveram e se mantêm nesse âmbito econômico, mesmo que às vezes de maneira diminuta.

As relações com a Angola, por sua vez, são orientadas também de acordo com o petróleo, mas a principal estratégia do governo na Angola é permitir a entrada de empresas brasileiras e dos mercados no país, estimulando a economia brasileira. Nota-se que a Angola é o terceiro país para o qual o Brasil mais exporta seus produtos na África, tendo uma balança comercial favorável. No entanto, diferentemente da Nigéria, as relações com a Angola estão muito mais voltadas para o âmbito histórico-cultural e entrada de mercado do que propriamente para a questão do petróleo, visto que o Brasil participa de grupos como CPLP com a Angola.

O Brasil busca mercados na Angola e ao mesmo tempo supre suas demandas com o petróleo angolano. Desse modo o Brasil promove trocas comerciais nas quais o Brasil envia manufaturados e semimanufaturados enquanto recebe produtos primários. No caso da Angola, é curioso notar que o país serve como um importante receptor de produtos brasileiros, estimulando a indústria do Brasil e reproduzindo uma dinâmica vertical e não horizontal no sentido de trocas comerciais. Ao mesmo tempo que tais trocas estimulam a economia brasileira, a angolana e a nigeriana, trazem à tona uma dinâmica que essas trocas reproduzem e estimulam

os problemas enfrentados pelos dois países africanos no âmbito do petróleo: a maldição dos recursos<sup>88</sup>.

Não só a Petrobras, como também outras empresas brasileiras que investem na África estão ligados à dinâmica de recursos, o que traz a questão: será que a entrada do Brasil na África e as relações com os países são semelhantes às aquelas apresentadas pelos outros países do BRICS, por exemplo? Entende-se que o Brasil é um país detentor de grandes quantidades de recursos, e a atuação das empresas brasileiras na África acontece muito em virtude da especialização das empresas brasileiras. O Brasil não está atrás, meramente, dos recursos africanos, mas em busca de novos mercados para criar um estímulo à exportação de produtos brasileiros.

Não estamos dizendo que a dinâmica do Brasil para o continente africano está meramente atrelada a isso, pois é notável que existe uma participação social do Brasil para com os países do continente africano, tanto com a exportação de projetos sociais como com a transferência de tecnologias adaptadas às realidades africanas. No entanto, buscou-se mostrar que o petróleo é um elemento fundamental que estimula as relações próximas do Brasil com o continente africano, pois a economia se alinha tanto à política externa brasileira como à ideia do desenvolvimento.

Desse modo, entende-se que o petróleo é fundamental para entendermos as relações do Brasil com o continente africano, principalmente no âmbito econômico e nas relações com os dois países. Compreende-se também que o petróleo é um elemento constitutivo do poder nacional, pois é o locomotor da matriz energética mundial, sendo fundamental o estreitamento de laços do Brasil com os países africanos para produzi-lo.

Nota-se que o Brasil, assim como os países africanos, possui muitos recursos, principalmente grandes reservas estimadas de petróleo, mas ainda não é autossuficiente em sua produção. É possível especular que com a autossuficiência brasileira haverá a diminuição das relações econômicas no âmbito da importação dos países africanos, mas isso será nos anos vindouros.

O governo brasileiro até mesmo estimulou a revolução dos biocombustíveis, com o intuito de sair do jogo de petróleo e ser um dos países motores de uma diversificação da matriz energética mundial. Todavia, com a descoberta do pré-sal e o fato do petróleo produzir mais energia para os combustíveis, o etanol e os biocombustíveis se tornaram marginais. Por isso, é importante olhar para as relações do Brasil e para o continente africano no âmbito do petróleo,

---

<sup>88</sup> Mesmo que existam projetos de Cooperação Sul Sul sobre agricultura do Brasil com a Angola e a Nigéria.

pois o recurso, além de ser um instrumento de poder para o Brasil, é o motor as relações comerciais do Brasil com o continente africano.

Diante disso, é possível concluir, também, que, apesar da busca pela autonomia estar presente em alguns períodos da política externa brasileira, no governo Lula ela ganha força diante de um Brasil mais atuante no cenário internacional. Nota-se que durante o governo Lula e o governo Dilma, foram articuladas as relações com os países do Terceiro Mundo, estimulando a aproximação do Brasil com países de grande influência na África, como a África do Sul e a Nigéria, e em outras partes do mundo. O governo Lula estimulou a política externa para a África, enquanto o governo Dilma deu continuidade à essa aproximação.

A Nigéria e a Angola auxiliam na busca pela segurança energética brasileira e suprem parte das demandas do desenvolvimento do Brasil ao mesmo tempo que exportam petróleo para o Brasil. Ambos os países servem tanto para estimular a internacionalização de empresas brasileiras como para escoar mercadorias da indústria.

O petróleo é um instrumento de poder, pois a segurança energética e a possibilidade de, em médio prazo, se tornar um grande exportador de petróleo evocam a importância do recurso mineral para o Brasil. Além disso, constitui o motor das relações comerciais do Brasil com o continente africano, pois é aquilo que reaproximou as duas regiões e aquilo que estimula relações próximas desde a década de 1970 até o século XXI.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

### Livros e Capítulos de Livro

ALMEIDA, Paulo Roberto. “Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil”. IN: FILHO, Omar L; BOJUNGA, Sylvia (orgs). Potência Brasil: Gás natural, energia limpa para um futuro sustentável. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2008.

AMORIM NETO, O. De Dutra a Lula: A Condução e os Determinantes da Política Externa Brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. v. 1. 200p.

ARRIGHI, Giovanni. A Crise Africana. Aspectos regionais e sistêmicos do mundo. The Political Economy of Africa Revisited. NLR-15. May-June.2002.

BETHELL, Leslie. A Abolição do comércio brasileiro de escravos. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Carlos; OREIRO, José Luís. Capítulo 5: Doença holandesa. In: Structuralist Development Macroeconomics, Londres: Routledge, 2012. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/Cap.5-DutchDisease.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

CERVO, Amado. L . Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros. 1. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1.. 297p . 2008

CERVO, A. L. ; BUENO, C. . História da política exterior do Brasil. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 3. 2011.

\_\_\_\_\_. . História da política exterior do Brasil. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 5. 2015.

DURAN, Jimena e CHICHAVA, Sérgio. O Brasil na agricultura moçambicana: parceiro de desenvolvimento ou usurpador de terra? In: BRITO, LUIS et al. Desafios para Moçambique 2013. Editora IESE. Pp. 398-415. 2013.

ECHART et al. Ubuntu: Conhecendo a África. Cartilha do Grupo GRISUL. 2015.

FAUSTO, B.. História do Brasil. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 13 ed., 2010.

FIGUEIRA, J C A. As Atividades da Petrobras na África. In: MRE. Colóquio sobre as relações Brasil e África. Departamento da África e Oriente Próximo e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Instituto Rio Branco. Pp 271-280. 2002

FIORI, J.L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (org). Lula e Dilma: 10 anos de Governo. São Paulo, Boitempo Editorial, pp31- 52. 2013.

FIORI, José Luís; PADULA, Raphael; VATER, Maria Claudia. A projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana e o controle da bacia do Atlântico Sul. Revista Parcerias Estratégicas, CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasília, 2012.

FUSER, Igor. Energia e Relações Internacionais. Coleção Relações Internacionais. Editora Saraiva. Vol 2. São Paulo. 2013.

GARCIA, Marco Aurélio. Dez anos de política externa. In: SADER, Emir. 10 anos de governos pós liberais no Brasil. Lula e Dilma. Editora Boitempo. São Paulo, Brasil. 2013. pp. 53-68.

GARY, Ian; KARL, Lynn Terry. O fundo do barril. O Boom do petróleo em África e os pobres. 2003. Catholic Relief Services. Disponível em: [https://diariodopresal.files.wordpress.com/2009/01/gary\\_e\\_karl\\_2003\\_o-fundo-do-barril\\_crs.pdf](https://diariodopresal.files.wordpress.com/2009/01/gary_e_karl_2003_o-fundo-do-barril_crs.pdf) Acesso em: 10 de abril de 2015.

GILPIN, R. A Economia Política das Relações Internacionais. Brasília, Edunb. 2002.

HART, Keith. The political economy of West african agriculture. Cambridge University Press. 2007.

HIRST, Mónica. A política externa do segundo governo Vargas. In: J.A.Guilhon de Albuquerque (org.), Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Crescimento, modernização e política externa. São Paulo, Cultura Editores Associados/Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, p.211-230. 1996.

IPEA. Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África Subsaariana. Parceria Sul-Sul para o Crescimento. Banco Mundial, 2011.

JAGUARIBE, Hélio. Brasil, Mundo e Homem na Atualidade. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2008.

KLARE, M.T. Blood and Oil - The Dangers and Consequences of America's Growing Dependence on Petroleum. New York: Metropolitan Books, Henry and Holt Company, 2004.

KLARE, M.T. Rising Powers, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy. New York: Metropolitan Books, 2008.

LEITE, P. S. O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LIGIÉRO, L.F. A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes? – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MELLO, Leonel I. A. Quem tem medo da geopolítica? São Paulo: Edusp/Hucitec. 1999.

MILANI et al. ATLAS da Política Externa Brasileira. CLACSO. EDUERJ. 2014. Disponível em: [http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro\\_detalle.php?id\\_libro=927&pageNum\\_rs\\_libros=0&totalRows\\_rs\\_libros=898](http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?id_libro=927&pageNum_rs_libros=0&totalRows_rs_libros=898) Acesso em: 15 de outubro de 2015.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia (organizadores). Política Externa: a prática da política e a política das práticas. FGV, Rio de Janeiro, 2012.

MORGENTHAU, Hans. A POLÍTICA ENTRE AS NAÇÕES. Clássicos IPRI. Editora UNB. São Paulo, 2003.

MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In: A.de C. Gomes (org.), O Brasil de JK. Rio de Janeiro, Editora FGV (CPDoc), p.23-43. 1991.

MOURA, Gerson. RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL 1939-1950. Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília. 2012.

NWACHUKU, Levi Akalazu; UZOIGWE, G. N. Troubled Journey: Nigeria Since the Civil War. University Press of America. USA. 2004

PINHEIRO, Letícia. Política externa Brasileira. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2004.

PUTNAM, R. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. International Organization, 42, 3, 1988.

SARAIVA, José Sombra. Desafios Africanos para “O Mundo que vem aí”: A África Contemporânea na Fronteira Atlântica do Brasil. In: O Brasil no Mundo que vem aí. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, p. 113-137. 2007.

\_\_\_\_\_. África parceria do Brasil atlântico. Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Coleção Relações Internacionais. Série Parcerias Estratégicas com o Brasil. Editora Fino Traço. 2012.

SARTI, Ingrid. A arquitetura política e os desafios da institucionalidade na integração sul-americana. In: Cerqueira Filho, Gisálio (org). Sulamérica, comunidade imaginada: emancipação e integração. Niterói: EdUFF, pp. 177-192. 2010.

SARTI, Ingrid. A projeção do Brasil como ator global e a integração sul-americana: implicações políticas. Caetano, Gerardo (coord.). Mercosur 20 años. Montevideo: CEFIR, pp. 303-320. 2011.

SILVA, Golbery Couto (1967). Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex/José Olympio

SIMÕES, Antônio José. Energia, Diplomatas e a Ação do Itamaraty: passado, presente e futuro. In: O Brasil no Mundo que vem aí. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, p. 465-494. 2007.

SIOLLUN, Max. Oil, Politics and Violence: Nigeria's Military Coup Culture (1966-1976). New York: Algora, 2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A projeção internacional do Brasil 1930-2012: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial. Rio de Janeiro. Editora Elsevier. 2013

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham, North Carolina: Duke University Press. 2004.

\_\_\_\_\_. A África e a economia – mundo. IN: *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. UNESCO, Brasília, pp 27-46. 2010.

YERGIN, Daniel. *The prize: the epic quest for oil, money and power*. Ed Simon & Schuster. Nova York. 1991.

## Artigos

AFRICAN ECONOMIC BRIEF. *Brazil's Economic Engagement with Africa*. The African Development Bank Group Chief Economist Complex. Volume 2, Issue 5 11 May, 2011.

BULHOES, Daniel. A pré-sal Petróleo S.A. e o novo marco regulatório Brasileiro. *Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN – v. 15, n. 1, p. 71-95, abr. 2013*

CEPALUNI, Gabriel; OLIVEIRA, M.F. ; CINTRA, Rodrigo . Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo Social – USP – Impresso, São Paulo, v. 15, p. 31-61, 2004*.

CEPALUNI, Gabriel, VIGEVANI, Tullo. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 29, No. 2. pp. 273-335, julho/dezembro 2007.

CERVO, A. L. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*. On-line version ISSN 1983-3121. Rev. bras. polít. int. vol.46 no.2 Brasília July/Dec. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292003000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001)

CERVO, Amado L.; LESSA, Antonio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). *Revista Brasileira de Política Internacional v.57 n.2. p.133-151. Jul./dez. 2014*.

CORNETET, João Marcelo. A Política Externa de Dilma Rousseff: Contenção na continuidade. *Conjuntura Austral. UFRGS. v. 5, n. 24. pp 111-150. 2014*.

COSTA, Wanderlei Messias. *Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica*. Dossiê Desafios do Pré-Sal. *Revista USP, nº 95, São Paulo, Set/Out/ Nov. 2012*.

DIAS, Jill. História da Colonização - África (séc. XVII-XX). *Ler História. n.21, pp.128-145, 1991*.

FERNANDES, Ottoni Jr. IPEA. *Comércio Exterior – África em foco*. Ano 3 . Edição 22. São Paulo. 2006. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1011:reportagens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1011:reportagens-materias&Itemid=39) Acesso em 15 de janeiro de 2015

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 49 n.2. Brasília, p.119-136. 2006.

FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./jun. 2013

FIORI, José Luis. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. *Revista OIKOS*. Rio de Janeiro, n.º 8, ano VI, pp. 77-106. 2007

\_\_\_\_\_. Provavelmente, Deus não é africano. 24 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2583> Acesso em: 2 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. O Brasil e a África Negra. *Carta Maior*. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-Brasil-e-a-africa-negra/29666> Acesso em: 27 de agosto de 2014.

\_\_\_\_\_. Brasil deve competir com os EUA. Entrevista a *Carta Maior*. 2015. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/economia/176127/Fiori-'Brasil-dever%C3%A1-competir-com-os-EUA'.htm> Acesso: 22 de outubro de 2015.

FONTES, Pablo; OLIVEIRA, Alana Camoça. Análise de conteúdo de discursos dos Ministros de Estado dos Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014) a partir da diplomacia pública. *Conjuntura Austral*. V.6, n.31, pp 77-97, 2015.

FRUCTUOZO, Ligia Maria Lario; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. "África: O despertar de um continente". *Intermas*. Unitoledo, São Paulo, v. 5 n. 5, pp. 1-15, 2009. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2038/2137> Acesso em: 22 de junho de 2014.

GARCIA, Marco Aurélio. Política externa e estratégia de desenvolvimento. *Le Monde diplomatique* Brasil, outubro, 2010. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=783> Acesso em: 15 de outubro de 2014

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos* vol.6 n.12. Rio de Janeiro, p.211-246. 1993.

HIRST, Mónica.; Lima, M.R. Soares de; PINHEIRO, Letícia. A Política Externa Brasileira em Tempos de Novos Horizontes e Desafios. *Análise de Conjuntura OPSA* n. 12, Rio de Janeiro, dez./ 2010.

IGLESIAS, Roberto M; COSTA, Katarina. O investimento direto brasileiro na África. *Textos Cindes* N.º27. 2011. Disponível em <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09905.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

LEITE, Alexandre; SOUSA, Maria Eduarda. O continente africano na Política Externa Brasileira do Governo Lula (2003-2010): Comércio, Cooperação e Política. Monções. Revista de Relações Internacionais da UFGD. Dourados, v.4. n. 7, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/viewFile/4001/227> Acesso em: 15 de setembro de 2015

LIMA, M. R. S. A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 48, no 2, pp. 24-59, 2005.

LIMA, Marcos F; MELO, Vico D. A revalorização do lugar da África: política de desenvolvimento e as relações sul-sul no governo Lula da Silva. Século XXI, Porto Alegre, V. 1, Nº1. pp 127-155. jan-dez 2010. Disponível em: <http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1709/34> Acesso em: 23 de agosto de 2015.

LUCCHESI, Celso Fernando. Petróleo. Estudos Avançados 12. (33). 1998. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33/v12n33a03.pdf> Acesso: 17 de julho de 2015.

MELLO, Flávia Campos. Diretrizes da Redefinição da Política Externa Brasileira na década de 1990. XXIV Encontro Anual da ANPOCS. 2000.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia (organizadores).. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso), v. 35, p. 11-41, 2013.

NETO, João. A Gênese da Petrobras: um debate entre Nacionalistas e Liberais. H-industri@ Año 6 - Nro. 10, primero semestre de 2012.

ODOLARU, Gbadebo Olusegun. Crude Oil and The Nigerian Economic Performance. Oil and Gas Business. 2008. Disponível em: [http://www.ogbus.ru/eng/authors/odularo/odularo\\_1.pdf](http://www.ogbus.ru/eng/authors/odularo/odularo_1.pdf) Odolaru. Acesso em: 17 de julho de 2015

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell. Política Africana do Brasil: Mudança entre Lula e Dilma? Conjuntura Austral UFRGS. v. 6, n. 29. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/51761>. Acesso em: 15 de agosto de 2015.

OLUSI, J.O.; OLAGUNJU, M.A. The Primary Sectors of the Economy and the Dutch Disease in Nigeria. In: The Pakistan Development Review, vol. 44, No. 2, pp. 159-175, 2005. Disponível em: <http://www.pide.org.pk/pdr/index.php/pdr/article/viewFile/2061/2034>. Acesso em: 9 de dezembro de 2014.

PANTOJA, Selma. O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil, TEXTOS DE HISTÓRIA, v. U, nº2, pp. 187-215, 2003. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/download/5927/4903> Acesso em: 5 de julho de 2014.

PEREIRA, Elenita Malta. O ouro negro: Petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX. Outros Tempos Volume 5, número 6, dez 2008.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Uma Análise da Política Externa do Governo Lula da Silva. Dossiê os anos Lula. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 60-80, jul.-dez. 2010.

SANTANA, Ivo de. Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. Estud. afro-asiát. vol.25 no.3 Rio de Janeiro, 2003a.

\_\_\_\_\_. O Despertar Empresarial Brasileiro para o Mercado Africano nas Décadas de 1970 a 1990. CONTEXTO INTERNACIONAL. Rio de Janeiro, vol.25, no 1, pp.139-195. Jan/jun 2003b.

\_\_\_\_\_. A Experiência Empresarial Brasileira na África: um estudo de caso. Diálogos Possíveis (FSBA) , Salvador, v. 3, n.1, p. 05-28, 2003c.

\_\_\_\_\_. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a05.pdf>. Rev. Bras. Polít. Int. 46. Pp 113-137. 2003d.

SANTOS, Luiz Cláudio Machado dos. A política externa brasileira para a África negra: da “interdependência” ao “pragmatismo responsável” (1964-1979). In: Publicações Acadêmicas. UNIVERSITAS FACE, vol. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://rari.ufsc.br/files/2013/10/RARI-N%C2%B04-Vol.-II-Artigo-5.pdf> Acesso em: 28 de julho de 2015

SARAIVA, José Sombra; GALA, Irene Vida. O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul. Sem Data. Disponível em: [www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf](http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf) Acesso em: 10 de abril de 2015.

\_\_\_\_\_. Autonomia na Inserção Internacional do Brasil: Um Caminho Histórico Próprio. Contexto int. vol.36 no.1 Rio de Janeiro Jan./Jun 2014.

SILVA, Alexandra de Mello e. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. Estudos Históricos vol.8 n.15. Rio de Janeiro, p.95-118. 1995.

STOLTE, Christina. Brazil in Africa: Just Another BRICS Country Seeking Resources?. Chantham House Briefing Paper. Africa Programme and Americas Programme. London: Chantham House, 2012.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz . As relações do Brasil com a África lusófona nos anos 1970. História. Debates e Tendências (Passo Fundo) , v. 6, p. 5, 2006.

VEIGA, Pedro Motta. A África na agenda econômica do Brasil: comércio, investimentos e cooperação. ed RBCE N° 116, Julho - Setembro de 2013. Rio de Janeiro. 16p. 2013. Disponível em: <[http://www.funccex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/116\\_PMV.pdf](http://www.funccex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/116_PMV.pdf)> Acesso: 28 de setembro de 2015

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Nacionalismo Desenvolvimentista e a Política Externa Independente. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 37, n.1, Brasília, Ibr, jan./jun 1994.

\_\_\_\_\_. As Relações Brasil-Angola: pivô da diplomacia africana. 2015. Encontro Nacional da ABRI. 2015.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. SEM DATA. A política africana do governo Lula. Disponível em: [www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf](http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf) Acesso em: 15/08/2014

## **Documentos**

ATA. Ata final da V Comissão Mista Brasil-Angola de 17 de julho de 1992. Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília, n. 71, p. 16, 1992. Disponível em: [https://cafemundorama.files.wordpress.com/2011/11/rpeb\\_71\\_jul\\_dec\\_1992.pdf](https://cafemundorama.files.wordpress.com/2011/11/rpeb_71_jul_dec_1992.pdf). Acesso em: 19 de agosto de 2015.

END. Estratégia Nacional de Defesa. Decreto nº 6.703, 18 dez. 2008, aprova a Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa: [http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf) Disponível em: Acessado em: 29 de junho de 2015.

END. Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf> Acesso: 14 de julho de 2015.

MDIC. Balança Comercial Brasileira: Países e Blocos Econômicos. 2015. Disponível em: em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>> Acesso em: 15 de outubro de 2015

MME. Contexto Mundial e Preço do Petróleo: uma visão de longo prazo. Empresa de Pesquisa Energética. 2008. Disponível em: [http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/Estudos\\_29/Contexto%20Mundial%20e%20Pre%C3%A7o%20do%20Petr%C3%B3leo%20Uma%20Vis%C3%A3o%20de%20Longo%20Prazo.pdf](http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/Estudos_29/Contexto%20Mundial%20e%20Pre%C3%A7o%20do%20Petr%C3%B3leo%20Uma%20Vis%C3%A3o%20de%20Longo%20Prazo.pdf) Acesso em: 15 de junho de 2015

MRE; DPR; DIC. Nigéria: Comércio Exterior. Setembro de 2014. Disponível em: <http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDNigeria.pdf> Acesso em: 17 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Comércio Exterior África. jan 2015a. Disponível em: <http://www.brasilglobalnet.gov.br/InformacoesEspecificas/P/IndicadoresEconomicos.aspx> Acesso em: 15 de agosto de 2015



\_\_\_\_\_. Angola: Comércio Exterior. Março de 2015b. Disponível em: <http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDAngola.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2015

PND. Política Nacional de Defesa. DECRETO Nº 5.484, DE 30 DE JUNHO DE 2005. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm) Acesso em: 13 de abril de 2014

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf> Acesso: 14 de julho de 2015.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Relatório de Atividades da Petrobras em 2012. Disponível em: [http://www.valor.com.br/sites/default/files/upload\\_element/07-3\\_petrobras\\_balanco\\_todos.pdf](http://www.valor.com.br/sites/default/files/upload_element/07-3_petrobras_balanco_todos.pdf) Acesso: 15 de janeiro de 2015.

RELATÓRIO GESTÃO DA PETROBRAS. Relatório de gestão da Petrobras em 2008. Disponível em: <http://sites.petrobras.com.br/downloads/about-us/profile/transparency/doc/AUDITORIA/relatorio-gestao-petrobras-2008.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. Relatório de gestão da Petrobras em 2011. Disponível em: <http://sites.petrobras.com.br/downloads/about-us/profile/transparency/doc/AUDITORIA/relatorio-gestao-petrobras-2011.pdf> Acesso em: 15 de Agosto de 2015.

WORLD ENERGY OUTLOOK. World Energy Outlook 2008. OECD/IEA, 2008. International Energy Agency. França, Paris. 2008.. Disponível em: <http://www.worldenergyoutlook.org/media/weowebiste/2008-1994/weo2008.pdf> Acesso em: 14 de junho de 2015.

WORLD ENERGY OUTLOOK. World Energy Outlook 2012. OECD/IEA, 2012 International Energy Agency. França, Paris. 2012. Disponível em: [http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2012\\_free.pdf](http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2012_free.pdf)

### **Dissertações e Teses**

ALBUQUERQUE, Renata R. Inserção Internacional e Energia: A Política Externa de Lula para Biocombustíveis. Dissertação de Mestrado IESP-UERJ. Rio de Janeiro, 2014.

ATOYEBI, Afoluske Olabisi. Um estudo das Relações Bilaterais entre o Brasil e a Nigéria sob a estrutura das relações Sul-Sul. 2012. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo. Disponível em: [http://www.iri.usp.br/documentos/defesa\\_12-06-28\\_Afoluke\\_Olabisi\\_Atoyebi.pdf](http://www.iri.usp.br/documentos/defesa_12-06-28_Afoluke_Olabisi_Atoyebi.pdf) Acesso em: 15 de junho de 2015.

BUAMBUA, Lino Sbrinho. Petróleo em Angola: Análise Econômica e perspectivas. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas. 1996.

COSTA, Igor Albuquerque Damiano Corrêa da. A vulnerabilidade da economia da Nigéria: Petróleo, crescimento econômico e subdesenvolvimento humano. Trabalho de Conclusão de Curso. UNB. IREL. Brasília, 2013. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6786/1/2013\\_IgorAlbuquerqueDamiaoCorreadaCosta.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6786/1/2013_IgorAlbuquerqueDamiaoCorreadaCosta.pdf) Acesso em: 15 de outubro de 2015

MACHADO, Iara Binta Lima. O Brasil na África: uma análise das relações Brasil-Nigéria entre 1961 e 2012. Porto Alegre 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96553/000917239.pdf?sequence=1>

MACHADO, Letícia. As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: Participação nos conflitos locais. Dissertação de Mestrado. UFRJ. 2012.

MEDEIROS, D.M. A Energia como Variável Estratégica da Política Externa Brasileira. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Lucas Kerr. Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. UFRGS. 2007.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. Relações politico comerciais Brasil Africa (1985-2006). USP São Paulo. Tese de doutorado. Faculdade de Letras e Ciências Humanas. 2007. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/.../TESE\\_CLAUDIO\\_OLIVEIRA\\_RIBEIRO.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/.../TESE_CLAUDIO_OLIVEIRA_RIBEIRO.pdf) Acesso em: 17 de setembro de 2015.

RIZZI, Kamilla Raquel. Relações Brasil-Angola no Pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral. Dissertação de mestrado. Porto Alegre. 2005. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7721/000554761.pdf?sequence=1> Acesso em: 15 de agosto de 2015

VILLAS-BOAS, Júlia Covre. A presença brasileira na África: incentivos, atrativos e motivações. Dissertação de Mestrado. UNB. Brasília, 2014.

## **Sites**

ABC (Agência Brasileira de Cooperação). Histórico da Cooperação Técnica Brasileira. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>. Acesso em: 11 de junho de 2015.

ALICE WEB. ALICE WEB. 2015. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em 17 de julho de 2015.

AMORIM, Celso. 2015. Celso Amorim: Um Balanço das Relações Brasil-África. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/269884-10>. Acesso em: 15 de agosto de 2015.

ANGOLA, República de. Lei nº10/04. Diário da República. Série I, nº. 91. Assembleia Nacional, Luanda, 12 de nov. 2004a. Disponível em: [http://www.saflii.org/ao/legis/num\\_act/ldap254.pdf](http://www.saflii.org/ao/legis/num_act/ldap254.pdf). Acesso em: 15 de setembro de 2015.

ANGONOTÍCIAS. Petróleo Angolano Comemora 100 anos. 2010. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/26779>. Acesso em: 15 de julho de 2015

BBC BRASIL. Avanço tecnológico leva a corrida ao fundo do mar. 2008. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/02/080215\\_marcorrida.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/02/080215_marcorrida.shtml). Acesso em 17 de março de 2014.

BP. Statistical Review of World Energy 2015. 64 edition. June, 2015. Disponível em: <http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/Energy-economics/statistical-review-2015/bp-statistical-review-of-world-energy-2015-full-report.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2015

BRICS BUSINESS MAGAZINE. BRICS on the Heels to Africa. 2013. Disponível em: <<http://bricsmagazine.com/en/articles/brics-on-the-heels-of-africa>>. Acesso em: 10 de setembro de 2015

CDES. Zoneamento agroeconômico da cana de açúcar. 2009. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/noticia/11949/pag-52/zoneamento-agroecologico-da-cana-de-acucar.html>. Acesso em: 5 de agosto de 2015.

EIA. Energy Information Administration EUA. 2015. Disponível em: <http://www.eia.gov/> Acesso em: 15 de outubro de 2015.

ESTADÃO. Destruição de legado na política externa incomoda ex presidente. 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,destruicao-de-legado-na-politica-externa-incomoda-ex-presidente-imp-,1633778> Acesso: 15 de outubro de 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações para a África. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/03/1606466-brasil-recua-e-reduz-projetos-de-cooperacao-e-doacoes-para-a-africa.shtml> Acesso em: 22 de outubro de 2015

G1. Brasil e Nigéria assinam acordo de cooperação. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/brasil-e-nigeria-assinam-acordo-de-cooperacao.html> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. Veja números e problemas da Petrobras na gestão Graça Foster. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/veja-numeros-e-problemas-da-petrobras-na-gestao-graca-foster1.html> Acesso em: 22 de outubro de 2015.

ICTSD. Angola avança em direção a produção de biocombustíveis. 2010. Disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/angola-avan%C3%A7a-em-dire%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-produ%C3%A7%C3%A3o-de-biocombust%C3%ADveis> Acesso em: 15 de setembro de 2015

ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?lang=pt-BR> Acesso em: 17 de janeiro de 2015

METRI, Maurício. Palestra AEPET. Disponível em: <http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/12877/Palestra-do-Seminrio-nesta-quarta-ser-com-o-professor-Maurcio-Metri> Acesso em: 10 de novembro de 2015

MRE. 1979. Disponível em: [https://cafemundorama.files.wordpress.com/2011/11/rpeb\\_21\\_mar\\_abr\\_mai\\_jun\\_1979.pdf](https://cafemundorama.files.wordpress.com/2011/11/rpeb_21_mar_abr_mai_jun_1979.pdf) Acesso em: 22 de julho de 2015

\_\_\_\_\_. Resumo Executivo de Política Externa 2003-2010. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Perdão da dívida de países africanos. 2013. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2228:perdao-da-divida-de-paises-africanos&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2228:perdao-da-divida-de-paises-africanos&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280) Acesso em: 15 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. Biblioteca da Presidência. 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

ONU. Responsibility to protect. 2015. Disponível em: <http://www.un.org/en/preventgenocide/adviser/responsibility.shtml> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

PETROBRAS. Áreas de atuação: exploração e produção de petróleo e gás. 2014. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/> Acesso em: 10 de novembro de 2014

\_\_\_\_\_. 2015. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/> Acesso em: 10 de agosto de 2015.

PLANALTO. O petróleo no Brasil. 2015. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/o-petroleo-no-brasil/> Acesso em: 15 de janeiro de 2015

SCI. Sistema consular integrado. Sistema de atos internacionais. 2015. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/> Acesso: 15 de outubro de 2015.

SONANGOL. O petróleo em Angola: História da indústria petrolífera em Angola. 2005. Disponível em: [http://www.sonangol.co.uk/wps/portal!/ut/p/c0/04\\_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3gDC2NnH0NjAxdHA38Pb1NDcwsjAwjQDy4oiXcK0i\\_IdlQEAFWo50I!/](http://www.sonangol.co.uk/wps/portal!/ut/p/c0/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3gDC2NnH0NjAxdHA38Pb1NDcwsjAwjQDy4oiXcK0i_IdlQEAFWo50I!/) Acesso em: 15 de julho de 2015

### **Discursos e Pronunciamentos**

LAFER, Celso. Discurso do Ministro das Relações Exteriores na cerimônia de abertura da V Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola, realizada em Brasília, em 15 de julho de 1992.

LULA, Luiz. Discurso do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva durante visita oficial do presidente da Nigéria UMARU Adua. 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/29-07-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-visita-oficial-do-presidente-da-nigeria-umaruyar2019adua> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

LULA, Luiz. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da Nigéria, Olosegum Obasanjo. 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/11-04-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-jantar-oferecido-pelo-presidente-da-nigeria-olosegum-obasanjo> Acesso em: 15 de outubro de 2015.

LULA, Luiz. Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo presidente da república Luiz Inacio Lula da Silva à Revista África Today. 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/2o-mandato/2007/12-11-entrevista-exclusiva-concedida-por-escrito-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-a-revista-africa-today> Acesso: 10 de junho de 2015.

QUADROS, Jânio. A Nova Política Externa do Brasil In: Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, ano IV, n16, p. 150-156. dez 1961,

ROUSSEFF, Dilma. Discurso durante compromisso constitucional perante o congresso nacional. 2011b. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional> Acesso: 15 de agosto de 2015.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso na abertura do debate geral da 66 assembléia gerada da ONU. 2011a. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

VARGAS, Getúlio. 1953. Discurso Pronunciado pelo Presidente Getúlio Vargas no dia 3 de outubro de 1953, e transmitido pela “Voz do Brasil”, Da Agência Nacional, em Cadeia com todas as emissoras do país. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1953/09.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2015

### **Slides, Questionário e Entrevista**

BRAGA, Osvaldo. Questionário encaminhado e respondido pelo ex-funcionário da Petrobrás na África. Respondido em 05/11/2015




DE LIMA, Carlos Renato. Atuação Internacional da Petrobras. Visão Geral do Negócios. 2015. Slides fornecidos durante Entrevista realizada em 30/11/2015.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida e realizada no dia 30/10/2015 às 19hrs.

## ANEXOS

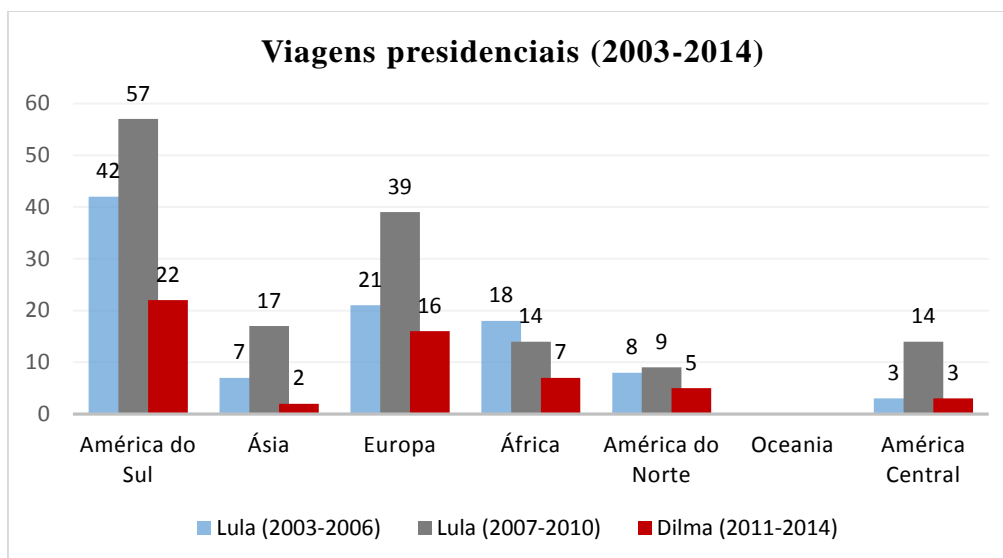
### ANEXO A - Trajetória da Internacionalização da Petrobras

1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
		BRASPETRO Colômbia Iraque	Egito Irã Madagascar	Argélia Líbia	Filipinas Madagascar	INTERBRAS	Filipinas	Guatemala Egito Irã	ANGOLA China Iraque Colômbia
Trinidad & Tobago	Congo Iêmen do Sul		Índia	Congo	Argélia Guatemala Trinidad & Tobago Índia	COLÔMBIA Equador China	G.O.M. EUA Noruega Iêmen do Sul		Reino Unido
1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
INTERBRAS			ARGENTINA	Noruega	BOLÍVIA		Trinidad & Tobago	Cuba NIGÉRIA	Líbia Equador
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>CRIAÇÃO DA INTER</b> Aquisição da Eg3	Reino Unido Cuba	BRASPETRO Aquisição da PECOM EQUADOR PERU VENEZUELA	MÉXICO IRÃ Trinidad & Tobago	TANZÂNIA URUGUAI	LÍBIA	PARAGUAI TURQUIA	Paquistão Senegal Índia PORTUGAL JAPÃO	CHILE	NAMÍBIA
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Paquistão Senegal N. ZELÂNDIA AUSTRÁLIA	BENIN GABÃO	Índia	JV com BTG Pactual (África) Colômbia- (onshore)	Peru N.-Zelândia Austrália	FIM DA INTER				
2010	2011	2012	2013	2014	2015				

	Países onde a Petrobrás não produz ou empresas que já acabaram
	Países onde a Petrobrás ainda atua
	Empresas ou acordos firmados e que persistem

Fonte: Elaboração Própria com base em dados fornecidos por DE LIMA, 2015

## ANEXO B - Viagens Presidenciais Lula e Dilma (2003-2014)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MRE, 2015



**ANEXO C - Atos internacionais Brasil-Nigéria de 2003 à 2014**

<b>País</b>	<b>Título do Acordo</b>	<b>Celebração</b>	<b>Situação</b>
Nigéria	Declaração Conjunta da I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Nigéria	26/11/2013	Vigente
Nigéria	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico.	23/02/2013	Vigente
Nigéria	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação no Domínio da Defesa	22/07/2010	Em Tramitação
Nigéria	MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA SOBRE COOPERAÇÃO NAS ÁREAS DE DIREITOS CULTURAIS, COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E ATIVIDADES CONEXAS	15/03/2010	Vigente
Nigéria	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação nas Áreas de Direitos Culturais, Combate a Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e Atividades Correlatas	15/03/2010	Vigente
Nigéria	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria na Área de Biotecnologia	29/07/2009	Vigente
Nigéria	Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação na Área de Energia entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria	29/07/2009	Vigente
Nigéria	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil	29/07/2009	Em Tramitação

	e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação Esportiva		
Nigéria	Comunicado Conjunto por Ocasão da Vista de Estado do Presidente da República Federal da Nigéria, Olusegun Obasanjo.	08/09/2005	Em Tramitação
Nigéria	Memorando de Entendimento	08/09/2005	Em Tramitação
Nigéria	Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	06/09/2005	Vigente
Nigéria	Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro	06/09/2005	Em Tramitação
Nigéria	Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	06/09/2005	Vigente
Nigéria	Acordo sobre Serviços Aéreos	06/09/2005	Em Tramitação
Nigéria	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto ``Produção e Processamento Agroindustrial de Mandioca na Nigéria``	06/09/2005	Em Tramitação
Nigéria	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto ``Produção e Processamento de Frutas Tropicais e Hortaliças na Nigéria``.	06/09/2005	Em Tramitação
Nigéria	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura	12/04/2005	Vigente
Nigéria	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde	03/03/2004	Vigente

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sistema Integrado de Atos Internacionais, 2015

**ANEXO D - Atos internacionais Brasil-Angola de 2003 à 2014**

<b>País</b>	<b>Título do Acordo</b>	<b>Celebração</b>	<b>Situação</b>
Angola	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola	01/04/2015	Em Tramitação
Angola	PROTOCOLO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL SOBRE FACILITAÇÃO DE VISTOS	16/06/2014	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do “Projeto Piloto em Doença Falciforme”	23/06/2010	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária”	23/06/2010	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola”	23/06/2010	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do projeto “Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos”	23/06/2010	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola”	23/06/2010	Vigente
Angola	Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros	23/06/2010	Em Tramitação
Angola	Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação	23/06/2010	Em Tramitação
Angola	Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa	23/06/2010	Em Tramitação
Angola	Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola	23/06/2010	Vigente

Angola	Ata de Compromisso entre a Embaixada da República Federativa do Brasil e a Fundação Eduardo dos Santos ``FESA ``	17/08/2009	Vigente
Angola	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Cessão Recíproca de Imóveis para o Funcionamento dos Centros Culturais do Brasil em Angola e de Angola no Brasil	17/08/2009	Vigente
Angola	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Formalização da Cessão de Uso de Imóveis para a Embaixada do Brasil em Angola e para a Embaixada de Angola no Brasil	17/08/2009	Vigente
Angola	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Angola no Domínio de Turismo	17/04/2009	Em Tramitação
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola"	17/07/2008	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola"	17/07/2008	Vigente
Angola	Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública de Angola	09/11/2007	Vigente
Angola	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	18/10/2007	Vigente
Angola	Memorando de Entendimento para Incentivo à Formação Científica de Estudantes Angolanos	18/10/2007	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Técnica e Científica para a Implementação do Projeto ``Escola para Todos ``	18/10/2007	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Técnica e Científica para a Implementação do Projeto ``Capacitação para Elaboração de Proposta de Reforma Curricular ``	18/10/2007	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Técnica e Científica para a Implementação do Projeto ``Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária ``	18/10/2007	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto ``Formação de Docentes em Saúde Pública em Angola ``	09/07/2007	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para	09/07/2007	Vigente

	Implementação do Projeto ``Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola ``		
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto ``Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola ``	26/05/2006	Vigente
Angola	Acordo sobre Extradicação	03/05/2005	Em Tramitação
Angola	Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	03/05/2005	Em Tramitação
Angola	Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	03/05/2005	Em Tramitação
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica nas Áreas de Geologia, Mineração e Tecnologia Mineral.	03/05/2005	Em Tramitação
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária	03/05/2005	Em Tramitação
Angola	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública.	03/05/2005	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto ``Inserção Social pela Prática Esportiva ``	19/01/2005	Não Vigente
Angola	Programa Executivo de Cooperação Cultural para 2004 a 2006	04/11/2003	Vigente
Angola	Protocolo de Cooperação Técnica no Domínio do Petróleo.	04/11/2003	Não Vigente
Angola	Segunda Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Formação Profissional, firmado em 28/04/1999	04/11/2003	Vigente
Angola	Protocolo de Cooperação Técnica na Área do Meio Ambiente	03/11/2003	Não Vigente
Angola	Protocolo de Cooperação sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura e Pecuária	03/11/2003	Vigente
Angola	Protocolo de Cooperação Técnica para apoio ao Instituto de Formação da Administração Local (IFAL)	03/11/2003	Vigente
Angola	Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para apoiar o Desenvolvimento do Programa "Escola para Todos" em sua fase Emergencial (2004-2007)	03/11/2003	Vigente

Angola	Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica	03/11/2003	Vigente
Angola	<u>Ajuste Complementar no Domínio do Desporto</u>	03/11/2003	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola"	03/11/2003	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola"	03/11/2003	Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola"	03/11/2003	Não Vigente
Angola	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional	03/11/2003	Vigente
Angola	Memorando de Entendimento	27/05/2003	Vigente

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sistema Integrado de Atos Internacionais, 2015

ANEXO E – Transcrição da Entrevista com Carlos de Lima

Transcrição entrevista realizada no dia 30/10/2015 as 19hrs

Entrevistado: Carlos Renato de Lima

Função: Funcionário da Petrobras e Professor

A transcrição sofreu uma pequena alteração e diminuição para se adequar mais a temática pretendida na dissertação.

Carlos: O que eu falar com relação a opiniões, são opiniões minhas, não tem nada a ver com a opinião da Petrobras. Com relação a dados, eu não posso dar dados confidenciais, nem dados que são considerados secretos nem nada disso. Então, vamos falar de dados públicos e da parte mesmo de geopolítica que a gente trabalha, coisas que estão na imprensa, que são divulgadas.

**Primeiro Momento:** Apresentação de material disponibilizado pelo entrevistado do curso dado na Petrobras sobre a atuação internacional da Petrobras.

Esse curso era um curso que eu dava para pessoas da Petrobras inteira, então era um material que mesmo as pessoas que trabalham na Petrobras, dependendo da área que elas trabalham e tudo, elas não podem ter acesso a determinado tipo de informação. Então, tudo isso aqui são coisas que tem na internet e que você acha fácil. Assim, tem algumas coisas que você verá que tem mapa e no caso são mapas que a gente mesmo produz, mas as informações são informações que estão na internet, não tem nada de segredo e nada de estratégia da companhia.

Bom, é o seguinte, olha só, vou te falar um pouquinho desse material até para você ter uma referência para quando você ler, até porque está em formato de slide. A Petrobras começou a atuar no internacional em 1972 (...) com a Braspetro. Tinham vários motivos: a capacitação gerencial, busca de tecnologia avançada para exploração e produção, a necessidade de suprimento – o Brasil importava mais de 70% do petróleo que consumia na época -, além disso, o fato da Braspetro ser uma empresa estatal você tinha poder de barganha maior de petróleo, você diversificava riscos porque você não depositava todas as fichas aqui dentro e você expandia a companhia e o comércio exterior do Brasil, porque o Brasil na época não tinha uma Agência de Comércio Exterior como o Brasil tem hoje, como a CACEX, a FUNCEX, várias agências de fomento ao comércio exterior e que na década de 1970 não existia. Inclusive nessa época a Petrobras criou em 1976 a INTERBRÁS, a Interbrás é uma empresa que é o seguinte: A BRASPETRO começou crescendo muito. Inicialmente ela lidava somente com negociações

de petróleo: ou seja, iam lá para fora e nos associávamos a outras empresas para fazer exploração e produção de petróleo. (...) Uma das descobertas que na época da Braspetro foi feito foi a descoberta de dois campos de petróleo no Iraque (...) e que eram na época os maiores campos e estão produzindo até hoje. Com o problema do choque do petróleo, eles decidiram nacionalizar as reservas (o governo do Iraque) e a Petrobras saiu do Iraque em 1979.

### (...) **Explicação da Linha do Tempo**

A Interbras atuava como um braço de comércio exterior, porque nesse momento começou a surgir oportunidades da Petrobras exportar produtos manufaturados brasileiros de valor agregado. Então criou-se uma marca de produtos brasileiros chamada TAMA, essa marca tinha fogão, eletrodomésticos, máquinas e vendia para vários países. A Petrobras vendia carro no Oriente Médio (...) Em 1990, foi encerrada a Interbras, a Interbras foi criada em 1976 e em 1990, a atuação internacional continua através da Braspetro e em 2000 é criada a internacional com a incorporação da Braspetro.

A história da internacionalização da Petrobras é pautada basicamente em alguns momentos: os anos 70 foram pela garantia de suprimentos, a gente buscava petróleo porque não estávamos encontrando petróleo no Brasil, o petróleo encontrado na Petrobras nos anos de 1970 era muito em terra, só que assim não estava se encontrando no Recôncavo Baiano, aquela região toda ali. Não estava se encontrando petróleo suficiente para suprir as necessidades do mercado nacional, então a gente importava muito petróleo. Isso trazia um problema sério que era o problema de equilíbrio da balança de pagamentos, porque as importações de petróleo eram feitas em moeda estrangeira e a gente não gera barril estrangeiro, isso gerava um déficit na balança comercial e acabava dando problema na balança de pagamentos.

Então a gente foi para fora no sentido de que de pegar petróleo e trazer para o Brasil e qual era o foco inicial? Oriente Médio, Norte da África e a Colômbia, tanto que foram os primeiros países que a gente foi: Argélia, Líbia, Iraque e outros. Depois começamos a nos aventurar mais indo para outros países, mas ao mesmo tempo em que estávamos indo para fora para tentar abastecer o mercado doméstico, as pesquisas continuavam aqui dentro. Primeiro a gente deixou de procurar petróleo em terra e começamos a nos aventurar em águas rasas, chamamos de águas rasas, as águas com profundidade de 800m, 700 m, então buscou-se procurar petróleo em águas rasas e começou a ser achado petróleo na Bacia de Campos. A Bacia de Campos vai de Cabo Frio até o meio de Espírito Santo e a Bacia de Santos, vai de Santos até Cabo Frio.



Então, como se deu a internacionalização da economia em 1980? Impactado, por causa da Bacia de Campos, por esse motivo começamos a investir aqui dentro, não tinha porque nos aventurarmos lá fora. Por que? Porque lá fora você está sujeito a governo, regulações diferentes, situação política e aqui dentro você está resguardado.

(...)

Nos anos 1990 a gente passou por uma fase de consolidação de fronteiras: acabou a Interbrás em 1990 e continuou o desenvolvimento da Bacia de Campos e agora da Bacia de Santos. Na Bacia de Santos já tinha encontrado petróleo e já tínhamos tecnologia de exploração em águas profundas.

Em 1997, houve a quebra do monopólio estatal porque até 1997 a Petrobras tinha o monopólio da exploração de petróleo no Brasil, em 1997, o governo quebrou esse monopólio e no caso Petrobras olha isso como uma ameaça. A Petrobras olha a exploração e pensa o seguinte: se o governo acabou com o monopólio, significa que outras empresas podem entrar no Brasil, isso significa que as grandes - Exo, Shell e outras - vão poder entrar e a gente vai ter uma concorrência muito alta aqui. Então o que a gente faz? Voltamos a atuar lá fora para tentar compensar essa perda que vai ter com a presença das grandes aqui dentro. Retoma-se o impulso de investimento no exterior como forma de enfrentar a concorrência aqui dentro. (...)

Nos anos 2000 a Petrobras começou a se tornar uma companhia de classe mundial, ou seja, surgiu aquela ideia de fazer da Petrobras uma empresa internacional com participação em diversos países, ser uma empresa global, não só de petróleo, mas sim de energia (...) até então a gente é uma empresa de petróleo e gás, a partir desse momento a gente começa a entrar em outros negócios.

**Alana:** Mas por que houve essa mudança nos anos 2000?

**Carlos:** Começaram a perceber a questão da matriz energética, a Petrobras deveria ser uma empresa integrada na cadeia, aí é uma questão de gestão administrativa, de teoria da administração, quando você é integrado na cadeia o que acontece? Existem dois tipos de integração, a vertical e a horizontal. Na integração horizontal o que você tem são ganhos de escopo (...) você pega um insumo e vários produtos. No caso da integração vertical é um pouco diferente (...) a Petrobras começou como uma empresa de E&P e refino, depois petroquímica, fertilizantes, e aí entramos na onda de querer atuar na energia elétrica, porque existia algo interessante nesse campo.

(...)

A partir de 1996, com o Mercosul, o Brasil busca uma integração com os países da América Latina e obviamente isso passa para dentro da Petrobras. Com isso em 2000 a Petrobras vai comprar uma empresa argentina EG3 e em 2002 a gente comprou a Perez Companc que foi o maior investimento da época (...) a gente passou a focar em três áreas: Golfo do México, Costa Oeste da África e América Latina por causa da integração.

Golfo do México porque além de ser offshore (produção dentro do mar) - a Petrobras é uma empresa que domina a exploração offshore reconhecida pela OTC -, a questão do mercado americano e você tinha estabilidade regulatória porque os EUA são um país estável, uma democracia consolidada, com regras claras.

América Latina por conta da proximidade de mercado e integração da cadeia. A Costa Oeste da África, primeiro pela política de aproximação do Brasil com a África (...) e pelo mapa da Pangeia. Porque você pode observar que em algum momento da história os territórios estavam juntos e por isso um perfil geológico que tem lá, é um perfil semelhante com o que tem aqui. Se aqui atuamos com excelência, lá também atuamos com excelência, por isso fazia sentido irmos para Costa Oeste da África.

(...)

A gente sofre um revés na internacional que é a descoberta do pré-sal, você encontra um potencial no Brasil, então pra que você vai gastar dinheiro lá fora? Você vai gastar dinheiro aqui. Então a internacional vai sofrer com essa inflexão. (...) Em 2013, foi assinado o acordo com a BTG com a joint venture da Petrobras na África e em 2015 a área internacional da Petrobras acaba como setor. A área internacional acabou, mas a atuação internacional continua.

(...)

Esse é o mapa da Petrobras hoje, estamos em 16 países: Japão, EUA, México, Colômbia, Venezuela, Uruguai, Argentina, Bolívia, Paraguai, Benin, Tanzânia, Nigéria, Gabão, Angola e Namíbia. (...)

A principal região produtora da Nigéria é o Delta do Niger, só que a Petrobras não está no onshore do Delta do Níger (...). A gente está no offshore (...) mesmo com a Joint Venture a Petrobras está atuando nesses blocos. Vamos pegar o exemplo do campo de Akpo, a operadora é a Total, a França, e a Petrobras tem 20%, então quando produzem mil barris a Petrobras ganha

200, mas com a joint venture vendemos 50% de todos os nossos ativos para Pactual, ficamos com 10%.

**Alana:** A BTG é Brasileira?

**Carlos:** A BTG é de um grupo do Banco Pactual. A Petrobras precisava de dinheiro para investir no pré-sal e assim começou a ver ativos que não estavam rendendo o esperado ou que estavam demorando demais a produzir e começou a vender em alguns lugares e ao receber essa proposta ela aceitou (...)

Em Angola a gente tem mais exploração do que produção de petróleo. (...) A Petrobras se sente mais confortável de ser operadora na Angola do que na Nigéria, por isso ela é operadora da maioria de seus blocos (...)

**Alana:** Por que a Petrobras conseguiu ser operadora na Angola e não Nigéria?

Em Angola, parece que a Angola tem um perfil geológico mais parecido com o Brasil do que a Nigéria. A Petrobras se sente mais confortável em ser operadora na Nigéria do que na Angola (...)

**Carlos:** Fico à disposição para suas perguntas

### **Segundo Momento: Resposta de perguntas**

1) Qual sua área de trabalho? Quanto tempo trabalhou na Petrobras?

Eu trabalho na E&P, na gerência de planejamento e gestão de portfólio. Trabalho há 10 anos na Petrobras e trabalhei 9 anos na Internacional.

2) Você compreende que a Petrobras é um elemento estratégico geopolítico para o Brasil? Por quê?

É, sem sombra de dúvidas. Primeiro, o petróleo é um elemento de alta relevância em termos de matriz energética hoje e também nas projeções. Você olha para as projeções do departamento de energia dos EUA - eu uso muito para dar aula e para evitar problemas de disclaimers eu evito pegar dados com consultorias e prefiro pegar dados abertos, até para a pessoa pra quem eu estou dando aula, tenha oportunidade de pegar os mesmos dados. Então, você vê que na projeção, até 2050, do último relatório do departamento de energia dos EUA, o gás e o petróleo vão dominar amplamente a matriz energética pelo menos até 2050, então o petróleo continuará sendo um elemento estratégico importante pelo menos pelos próximos 35 anos.

E pesa muito o fato da Petrobras ter participação do governo. Por quê? Porque geralmente quando você vai negociar petróleo com países que produzem petróleo, que são países tradicionais na produção de petróleo. Esses países também tem preferências por negociar de governo para governo, porque são as relações entre governos, são as relações diplomáticas que deixam de envolver simplesmente as questões econômicas e financeiras e passam a envolver muito mais coisa. Então quando o governo de Angola negocia o investimento da Petrobras em Angola, ele está negociando muito mais do que o investimento da Petrobras em Angola, ele está negociando uma relação cultural, uma relação política, a assinatura de convênios entre universidades, enfim, uma série de coisas que vem a reboque e que fazem com que a atividade da Petrobras lá fora seja de extrema relevância, tanto em termos econômicos, como em termos diplomáticos, minha visão.

**3)** Você entende que há alguma correlação entre a política externa brasileira e a internacionalização da Petrobras? Como se dá?

Acho sim, não apenas no governo Lula, mas sim, acho que tem relação entre a concepção da política externa brasileira e a atuação da Petrobras lá fora. A Petrobras é 51% do governo, o acionista majoritário é o governo federal, então no fim das contas quem acaba dando as cartas é o acionista majoritário. Assim, se os acionistas minoritários falam: não queremos ir para o Gabão. Mas o acionista majoritário decide ir para o Gabão, então a gente vai para o Gabão. Então, assim se dá muito em cima de determinações de política externa mesmo. (...)

**4)** A Petrobras investe no continente africano desde o final da década de 1970, mas concentrou um investimento significativo a partir do século XXI. Por que aconteceu isso?

O Brasil, na minha opinião, ele veio com o governo Lula (...) O governo Lula tenta, primeiro, mudar um pouco o eixo da política externa que era muito voltada para os grandes centros que eram Europa e EUA, e ele tenta formar uma aliança com países emergentes, com países onde o Brasil poderia exercer algum papel de liderança, então os países africanos passaram a ser alvo de nossa política externa. (...) Um outro fator é a busca do Brasil no assento do Conselho de Segurança da ONU, então o Brasil com essas ações de diplomacia na África, ele pode ter o voto de países africanos para garantir essa sua posição.

Mas repara que nem todo o país que o Brasil fez acordos, por exemplo, o Brasil abriu várias embaixadas no governo Lula, a gente já tinha embaixadas, mas o governo Lula ampliou, acho que mais que duplicou o número de embaixadas por lá. Mas nem todos esses países são

produtores de petróleo e alguns são, mas a gente não foi. Não há uma correlação 100% (...) existe também um filtro. (...) Existe algum nível de correlação, mas essa correlação não é 100%, tem algumas nuances.

**5) Porque é ou foi interessante para a Petrobras investir no continente africano?**

Ela resolve investir no continente africano em busca de diversificação de riscos já que você tem a semelhança geológica forte entre as duas costas, a costa brasileira e a costa oeste da África

**6) Recentemente, a Petrobras tem parado de investir no internacional, se concentrando mais na produção interna. Esse fato tem alguma relação com a descoberta de pré-sal? E com a mudança da política entre os governos? Ou é uma somatória de outros fatores? Quais?**

São dois fatores. Na verdade é um grande fator que é o pré-sal. O pré-sal sem dúvida freiou, funcionou como uma âncora no ímpeto para o investimento da Petrobras. (...) Não há relação nenhuma com a mudança de governo e é o pré-sal, porque demanda um nível de investimentos muito elevados, muito elevados mesmo. (...)

**7) O Brasil alcançará a autosuficiência energética com o pré-sal em médio prazo? Ou o Brasil continuará precisando importar petróleo do continente africano pelas próximas décadas?**

O grande problema foi o seguinte, a Petrobras se endividou muito com o pré-sal e os problemas financeiros gerados na companhia em função desse desenvolvimento é que estão gerando problema no sentido da gente conseguir nossa autosuficiência no curto, médio prazo. (...) Por isso o Brasil vai continuar importando nos próximos anos. (...)

**8) Apesar da descoberta de pré-sal, houve um incremento das importações de petróleo do Brasil oriundas do continente africano em 2013 e 2014, principalmente Nigéria. Por que isso ocorreu?**

Porque a produção do pré-sal, apesar de ser elevada, está na casa dos 700 mil barrils. E outra coisa, tem uma relação direta com a qualidade do nosso parque de refino. O nosso parque de refino é um parque de média complexidade. Existe um índice que se chama índice de complexidade de Nelson e ele mede o nível de complexidade de uma refinaria. O petróleo produz diversas frações: o gás liquefeito de petróleo até fertilizantes, coque, calcinado de petróleo, até o lixo você aproveita. (...) Nosso parque de refino é de complexidade média, quando você refina a ideia é você extrair o máximo possível das frações mais nobres. Quais são? Nafta gasolina, diesel, querosene de aviação, são as quatro frações mais nobres que vão gerar mais ganhos em termos de preço. (...) Pelo fato ser de complexidade média e nosso

petróleo ser de qualidade média, apesar de termos petróleo leve (...) para produzir o máximo de gasolina e diesel a gente tenta importar petróleo leve e aí a gente faz o blending, mistura o petróleo pesado com o leve para dar um petróleo mais ou menos para conseguir jogar em uma refinaria. (...) mesmo com o pré-sal a gente vai continuar importando (...)

**9)** No governo Lula teve a guinada no biocombustíveis, a seu ver com a atividade do pré-sal isso foi diminuindo?

Sim, porque resolveram focar em algo realmente estratégico ao invés de tentar inovar. Os biocombustíveis são interessantes, mas hoje ainda não dão lucro. Os projetos continuam, ainda tem integração com empresas de produção de etanol, a gente tenta a questão do biodiesel (...) mas com menos ímpeto. O pré-sal virou estrela total.

### **Comentário Final Carlos:**

Existem três fatores que não perguntou e que acho importante de levar em consideração. São três fatores importantes que são interessantes de você pensar, a primeira são os preços de petróleo, até em junho do ano passado estava na casa dos 100 dólares e caíram a partir para 50, 40 atualmente. (...) Com o preço de petróleo alto (...) é importante pensar dois conceitos break even e o conceito de equilíbrio. O preço de break even é o preço que paga o projeto e o de equilíbrio é o que dá um retorno mínimo. Com o petróleo a 120 dólares ao barril, qualquer projeto passava (...) com isso a produção dos países aumentou. Veio a crise de 2008 que se alastrou até 2013, para alguns países 2014. A China começou com o slow down da economia, crescia 10%, está crescendo 6% agora. Isso faz o que? Primeiro efeito, redução da demanda de petróleo e ao mesmo tempo houve o aumento da produção e diminuição da demanda, com isso houve sobreoferta de petróleo (...) Para você ter uma ideia as importações dos EUA de petróleo nigeriano caíram 70%.

**Alana:** Porque o do Brasil aumentou?

Porque os EUA tem os não convencionais. (...) Mas aqui a gente não produz para não contaminar os aquíferos aqui.

O preço é um fator. O segundo fator é a questão das fontes alternativas, principalmente energia eólica, energia solar, energia elétrica e energia das marés. (...) isso é uma ameaça grande a indústria do petróleo. Aí é a minha visão, não estou falando como a Petrobras, mas a Petrobras tem que tomar muito cuidado com os próximos 25, 30 anos. (...) Apesar de ainda haver uma

certa dominância do petróleo e do gás natural, pode ser que a gente não esteja ganhando dinheiro por não ter investido nessas fontes de energia.

O primeiro fator era preço, o segundo fator energias alternativas e o terceiro fator que são mais questões de política. Muita coisa precisa ser pensada e repensada e é o que a Petrobras tem feito hoje (...)

Para a sua dissertação, Angola e Nigéria são dois temas interessantes, dois países super interessantes de analisar. A corrente de comércio entre os dois países é muito grande, tanto o Brasil como a Angola e o petróleo é o que faz a corrente de comércio. (...) O grosso é petróleo. (...)

## ANEXO F

Questionári: Petrobras na África

Questionário enviado a Osvaldo Braga da Silva, PhD em geologia e esteve na Angola como geólogo e consultor da Petrobras. Ex-funcionário da Petrobras.

Prezado,

Este questionário é um instrumento de pesquisa que visa a entender a lógica e a motivação do crescimento dos investimentos brasileiros na África durante o governo Lula e Dilma. Olhando pela ótica da energia e do petróleo, queremos entender os motivos que levaram a Petrobras a ir para o continente africano. Ainda assim, buscamos saber alguns detalhes sobre a atuação da empresa em solo africano, precisamente na Angola e na Nigéria. A análise dos dados obtidos por meio desse questionário fundamentará dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

### **1. Que tipo de atividade a Petrobras desenvolve na África?**

Atualmente, a Petrobras desenvolve atividades diretas em sete países africanos, atuando na exploração e produção de petróleo em áreas marítimas na Nigéria, Gabão, Angola, Benin, Líbia, Namíbia e Tanzânia. Além disso, após a aprovação, em Moçambique, em 2011, da mistura de 10% de etanol à gasolina, a Petrobras Biocombustível, subsidiária da Petrobras, definiu o início da produção de etanol no país a partir se 2014. Esse etanol será produzido com base no melaço de cana gerado por usinas produtoras de açúcar.

À África, a Petrobras leva sua tecnologia de prospecção e exploração em águas profundas, considerada a mais eficiente do mundo, para buscar oportunidades na costa ocidental. Está presente em Angola, Benin, Gabão, Líbia, Namíbia e Tanzânia, e tem na Nigéria, maior fornecedora do petróleo importado pelo Brasil, onde explora poços em conjunto com a estadunidense Chevron e a francesa Total, a sua principal parceira.

As atividades da Petrobras na África priorizaram a busca e a extração de petróleo, especialmente em águas profundas e ultraprofundas.

Moçambique tem grande interesse pela substituição da gasolina, pois importa 100% do petróleo que consome. O governo daquele país estuda a introdução uma mistura obrigatória de 10% de etanol à gasolina. A Petrobras Biocombustíveis, já possui uma usina de produção de açúcar em Moçambique.



**2. Quais países da África a empresa possui investimentos externos diretos – IED e projetos?**

África do Sul  Angola  Argélia  Benin  Botsuana  Burkina Faso  Burundi  Cabo Verde  Camarões  Chade  Comores  Cote d'Ivoire  Djibuti  Egito  Eritreia  Gabão  Gana  Guiné  Guiné Equatorial  Guiné-Bissau  Gâmbia  Lesoto  Libéria  Líbia  Madagascar  Malawi  Mali  Marrocos  Mauritânia  Maurícia  Moçambique  Namíbia  Nigéria  Níger  Quênia  República Centro Africana  República Democrática do Congo (Congo-Kinshasa)  República do Congo  Ruanda  Senegal  Serra Leoa  Seychelles  Somália  Suazilândia  160  Sudão  Sudão do Sul  São Tomé e Príncipe  Tanzânia  Togo  Tunísia  Uganda  Zâmbia  Zimbábue  Territórios.

**3. Quais as motivações para a escolha desse (s) destino (s) para investir?**

As motivações são de ordem política, e econômica. Política porque o governo têm interesse em estreitar os laços de amizade e cooperação entre os países. Econômica porque a região possui grande potencial petrolífero, geologia muito parecida com a brasileira e possibilidade de parceria também na área de biocombustíveis.

Incentivos governamentais. **De que tipo?** Os governos africanos não oferecem incentivos governamentais para a Petrobras.

Vantagens comparativas do país. **Quais?** As vantagens comparativas são principalmente de ordem geológica. Na Nigéria, por exemplo, o Delta do Níger é uma área riquíssima em petróleo.

Outros. Favor especificar

**4. Você já trabalhou ou trabalha em algum país africano onde a Petrobras atua? Se afirmativa, informe qual (is). Caso negativa, desconsidere as questões 5 e 6 . Sim, já trabalhei em Angola.**

**5. Como foi a experiência de trabalho? Existiam mais funcionários brasileiros ou de origem do país africano no qual trabalhou?**

A experiência foi riquíssima, tanto em termos pessoais quanto profissionais, mas não voltaria a trabalhar em Angola. A questão da segurança é terrível. Não se pode ir a campo para realizar trabalhos de geologia. A corrupção também é altíssima.

**6. Como era feito o treinamento para funcionários africanos? A Petrobras oferece e oferecia algum curso de formação para funcionários africanos?**

Normalmente, por contrato, se é obrigado a se submeter às leis do País. Assim, em cada cargo de gerência obrigatoriamente tem que ter um funcionário africano do mesmo nível. A Petrobras oferece cursos específicos na área de Petróleo, tais como bioestratigrafia, integridade de poços etc., mas todos de curta duração. Para os serviços de escritório e apoio logístico somente funcionários africanos.

**7. A seu ver, a atuação da Petrobras em solo africano foi ou é interessante para a Petrobras? Foi e ainda é importante para o governo brasileiro?**

Sim. Muito importante, na medida em que traz conhecimento técnico e científico, além de ser economicamente viável.